

# **68**

***Mudou o  
Mundo***



**Márcio Moreira Alves**

**68**  
***Mudou o***  
***Mundo***

Prefácio de Gilberto Dimenstein



**EDITORA  
NOVA  
FRONTEIRA**

@ 1993 by Márcio Moreira Alves

Direitos de edição da obra em língua portuguesa  
adquiridos pela

EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A.

Rua Bambina, 25 - Botafogo - CEP 22251-050

Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 286-7822 - Fax: 286-6755

Endereço telegráfico: NEOFRONT

Telex: 34695 ENFS BR

Revisão

*Sonia Regina Cardoso*

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

A481s      Alves, Márcio Moreira, 1936-  
68 mudou o mundo / Márcio Moreira Al-  
ves ; prefácio de Gilberto Dimenstein. - Rio  
de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

ISBN 85-209-0497-1

1. Brasil - Política e governo - 1968.
2. América Latina - Política e governo - 1968.
3. Jovens - Atividades políticas. I. Título.

93-1156

CDD - 320.981

CDU - 32(81)

*Ao meu neto Diogo, e à sua geração.*

*Aos meus companheiros da “república socialista do Lago”,  
Edgar da Mata Machado, Eugênio Doin Vieira e Davi Lerer.*

*A Mário Covas, meu líder no MDB.*

*Aos que ficaram pelo caminho.*



## SUMÁRIO

Prefácio, 1  
Introdução, 7

### Capítulo I

A explosão dos sonhos e da violência, 13  
O sonho do Che no Brasil, 14  
Influência da Olas no PCB, 16  
O Vietnã derruba Johnson, 16  
O ouro sai de cena, 18  
Os ventos sopram para o Leste, 19  
A luta dos negros americanos, 20  
Os estudantes sonham com a política, 21  
Os enfeitados do banquete, 22  
A imaginação no poder, 23  
A repressão pelo voto, 25

### Capítulo II

A guerrilha chega ao Brasil, 29  
Nasce a ALN, 31  
A CIA escreve sobre Brizola, 32  
Caparaó: a guerrilha que não houve, 34  
A sopa de letrinhas, 35  
As bases teóricas, 37  
Todo mundo de olho apertado, 39

### **Capítulo III**

- A esquerda vai à luta, 43
- Todos para o assalto, isto é um banheiro!, 45
- A ALN pega no fuzil, 47
- Os estudantes guerrilheiros, 47
- A gangue da metralha, 50
- A aventura de Lamarca, 52
- A guerra era secreta, 55

### **Capítulo IV**

- A classe média vai ao paraíso, 57
- A esquerda custou a ver, 58
- Delfim desobedece ao FMI, 60
- O paraíso do crediário, 62
- As relações com o mundo lá fora, 64
- O desenvolvimento perverso, 65
- O “gordo sinistro”, 66
- Os americanos bigodeados, 69

### **Capítulo V**

- O despertar dos operários, 71
- A injustiça planejada, 73 .
- As reivindicações operárias, 75
- Quem eram os operários, 77
- As greves: Contagem, 78
- Cutucar com vara curta, 79
- O Exército em ação, 81
- Raízes do PT, 83

### **Capítulo VI**

- A Igreja dos pobres, 85
- Uma Igreja enfraquecida, 86
- As ordens de João XXIII, 88
- A Teologia da Libertação, 89



A guerra fria explicava tudo, 90  
Os comandantes perdem o comando, 92  
Os primeiros conflitos, 93  
O caso Comblin, 94  
O padre Wauthier, 95  
A guerra declarada, 96

## **Capítulo VII**

A briga dos doidos, 99  
A tortura, 101  
Geisel derruba o SNI, 102  
Sinal verde para as ditaduras, 103  
As teorias da contra-insurreição, 104  
A Escola Superior de Guerra, 105  
Segurança é tudo, 107  
O caso Parasar, 108  
Sinais de desunião, 111  
Conclusão, 112

## **Capítulo VIII**

A rebelião da juventude, 115  
Nova classe revolucionária?, 116  
O problema dos excedentes, 117  
Pelas liberdades democráticas, 119  
Um morto, um mártir, 120  
O engajamento dos intelectuais, 122  
Estudantes e intelectuais: caminhando juntos, 125  
A marcha do golpe, 127

## **Capítulo IX**

A resistência dos políticos, 129  
A idéia da Frente Ampla, 130  
Uma conspiração pública, 132  
O generoso coração de Juscelino, 133  
As conversas fechadas, 134

Os militares e a Frente Ampla, 137  
O “grupo dos imaturos”, 139  
A “república socialista do Lago”, 140  
A armação da comunidade de informações, 143

## **Capítulo X**

Ditadura, nua e crua, 145  
O conflito cidadania *versus* Estado, 146  
A marcha da insensatez, 148  
O pretexto, 149  
O jogo da sucessão, 152  
A diversidade das motivações, 154  
A cólera dos mansos, 155  
As tentativas de acordo, 157  
Não foi só por acaso, 159  
A história nos julgará, 161

## **Capítulo XI**

Como o ano terminou, 169

**Notas**, 175

## PREFÁCIO

*Gilberto Dimenstein*

Um pequeno detalhe me chamou a atenção neste livro — um detalhe que certamente passará despercebido para a maioria dos leitores. Uma casa alugada no Lago Sul, em Brasília, onde Márcio Moreira Alves morava com mais alguns deputados de esquerda, foi batizada de “república socialista do Lago”.

Ele descreve a localização em poucas palavras, pouco mais de uma linha: “Um lugar semideserto, por onde passeavam à noite lobos guarás, corujas e cobras.” Moro exatamente no Lago Sul, onde li esse trecho à noite. Deitei os originais na mesinha e, por alguns segundos, deixei-me levar por aquele cenário de cobras e lobos.

Tão distante. O Lago Sul não é mais semideserto. Está repleto de casas, lojas com produtos importados, escolas, carros pretos com motoristas. Nas padarias, ouvem-se com frequência inglês, francês, alemão e espanhol, pronunciados por diplomatas europeus, acompanhados de mulheres com roupas coloridas, vindas da África.

Minha distância com os sonhos de 1968, de Márcio, tem o mesmo tamanho da distância em relação aos lobos guarás. Mas a leitura de cada página foi redesenhando o cenário, num movimento retroativo, até que eu pudesse ver com clareza como aquela geração influenciou a minha geração — assim como aquele “Lago Sul” modelou o “Lago Sul” que viria depois dele, sem nenhum vestígio de “repúblicas socialistas”.

Até porque as “repúblicas socialistas” foram se desfazendo pelo mundo, cobertas com as pedras do Muro de Berlim. Palavras como “imperialismo” e “ditadura do proletariado”, ou personagens como Mao, Guevara e Luís Carlos Prestes, soam distantes.

A “revolução jovem” hoje nos parece velha, atada à crise da burocracia. O comunismo era um engano, um equívoco, e as melhores mentes jovens de uma geração lutaram e morreram por ele.

A cada página vamos descobrindo como se misturam sonhos e ilusões — os papas da economia de oposição convencidos de que o regime militar não patrocinaria crescimento econômico. Nunca se viram índices tão gigantescos de crescimento. Algumas das melhores cabeças sucumbiram à idéia de que as armas derrubariam a ditadura.

Márcio vai montando cada peça que levaria ao desenho de 1968 — da evolução da correlação de forças na Guerra Fria, passando pela metamorfose da Igreja Católica e das Forças Armadas brasileiras, movida pela ideologia da segurança nacional e por um projeto de país moldado na Escola Superior de Guerra.

Todos os ingredientes que montariam o mapa político vão se compondo para explicar o Ato Institucional nº 5. Um mapa que nos orienta sobretudo hoje, quando tentamos entender as peças que se movimentam fora e dentro do Congresso, dos sindicatos, dos governos.

Dessa precisa e metódica colagem vai saindo o desenho de uma feroz crítica — feroz e corajosa, já que, nesse desenho, aparece o rosto do autor, responsável pelo pretexto que levou os militares a endurecerem.

A leitura do livro situa o discurso de Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo, em sua real dimensão histórica. Eles iriam dar o golpe dentro do golpe. Estavam atrás de um símbolo. E o acharam: um jornalista de oposição, autor das primeiras denúncias sobre tortura, ao mesmo tempo parlamentar de oposição.

Perguntei a mim mesmo: ele teria feito aquele discurso provocativo, sugerindo que as adolescentes não dançassem com os cadetes? O encaideamento de fatos do livro torna a resposta inútil. Não importa. Nessa crítica retrospectiva, a grandeza histórica do livro está em justamente dar essa sensação: o jogo estava jogado.

O golpe de 1964 era o golpe de 1968 — e alguns sabiam disso desde o começo. Os militares de “linha dura” e seus civis, por exemplo. Também sabiam os que, na oposição dentro do Congresso, se recusavam a compor, batizados na época de o “grupo dos imaturos”.

Márcio não quis se preservar diante do leitor. Ao dissecar um tempo, dissecou-se. Agora mais — digamos — “maduro”, não se sente

incomodado ao revelar que, por trás dos estudantes, havia manipulação.

A manipulação estudantil era dupla. De um lado, os grupos radicais, defensores da luta armada; de outro, os militares que também jogavam os estudantes para a luta armada. Márcio sustenta em seu livro que, em essência, aqueles jovens iam para as ruas, no início, movidos não pelo sonho socialista, mas pelo sonho, como se dizia, “pequeno burguês”. Queriam entrar na faculdade, assegurar uma vaga e, assim, aumentar a competitividade no mercado de trabalho — algo mais pragmático, uma raiz do *yupismo*.

Mas havia também o sonho. O sonho da mudança. O próprio fato de a Câmara ter-se negado a autorizar a cassação de Márcio tem como uma de suas explicações um sonho, um projeto de país no qual a lei esteja acima dos homens. Os ditadores passaram, foram pisoteados pela história, mas o princípio ficou.

Em seu discurso de defesa perante os parlamentares, Márcio usou um argumento arrebatador: a impessoalidade do direito. Os personagens passam, mas o direito conquistado fica. Ao evitar a cassação, o Congresso tombou naquele momento, mas voltou e recobrou paulatinamente todas as suas forças.

O sonho é perigoso. E o livro mostra como é carregado de equívocos. E mostra, até com cortante ironia, as discussões estereis dos grupos de esquerda, dos intelectuais, dos estudantes apaixonados de 1968. Mas sem sonho nada é possível — e esse é outro recado que o livro deixa.

O sonho do socialismo esfacelou-se. Mas o sonho de uma sociedade sem desigualdades, centrada no homem, não.

Da ilusão de uma geração — a de 68 — e do pragmatismo das que vieram depois, há um fértil caminho para a conquista da utopia possível para uma nação.

Utopia possível é não ter crianças fora da escola, na rua. É não ter 270 mil seres morrendo por ano antes de completar cinco anos, vítimas da desnutrição. É não ter 2 milhões de adolescentes grávidas.

Utopia possível é um país tão rico, com tantas terras, sol e água, não passar fome. Não é sonho. É algo que se constrói em apenas uma geração.

Vive-se, de fato, uma revolução no país, tecida ao largo da falência do Estado e pela democratização da informação. Uma juíza carioca prendeu os maiores bicheiros do Rio e ajudou a abater a convicção popular de que rico não vai para a cadeia. Derrubou-se um presidente sem um único tiro, uma única briga na rua.

Mas, ao mesmo tempo, matam-se quatro crianças por dia — e não se chega a isso sem ausência de cidadania. Poucos dias depois de a Câmara aprovar o *impeachment*, assassinaram-se 111 presos no Carandiru.

São contradições de um país que consegue ser o destaque mundial em corrida de Fórmula 1, mas não domina coisas elementares como sistemas de irrigação, cuja tecnologia remonta aos primórdios da humanidade. Temos sistemas financeiros dos mais sofisticados, com bancos capazes de fazer inveja ao Primeiro Mundo — mas faltam bancos escolares.

Temos doenças de quinto mundo, mas ao mesmo tempo lidamos com doenças de Primeiro Mundo, como os ataques cardíacos. São dos mais avançados nossos centros para tratamento de coração, e dos mais atrasados nossos centros para tratar de males facilmente evitáveis.

O Brasil está entre o sonho e o pesadelo — o sonho de ter mais e melhores bancos escolares. Ou o pesadelo da guerra civil não declarada, com seus seqüestros a cada dois dias só no Rio ou a matança de suspeitos de delinqüência.

Nada mais apropriado para esse dilema do que a profecia de Isaías, que Márcio usou em sua defesa para não ser cassado: “Pois eu vou criar novos céus e uma nova terra. O passado não será mais lembrado, não volverá mais ao espírito, mas será experimentada a alegria e a felicidade eterna daquilo que vou criar. Serão construídas casas que se habitarão, serão plantadas vinhas das quais se comerá o fruto. Não mais se plantará para que outro se alimente. Os filhos do meu povo durarão tanto quanto as árvores, e meus eleitos gozarão do trabalho das suas mãos. Não trabalharão mais em vão, não darão mais à luz filhos votados a uma morte repentina.”

A linha evolutiva da utopia de Isaías está sintetizada num dos mais férteis personagens deste livro: Herbert de Sousa, o Betinho. Márcio abre espaço às suas reflexões críticas sobre os descaminhos e equívoco-

cos dos projetos revolucionários. Betinho acompanhava tudo de perto. Acompanhava com o coração e o cérebro abertos.

Betinho se encantou (e apanhou) por causa de uma utopia, imaginando que a mudança dos homens dependia da superação da luta de classes. Hoje é mais pragmático, sem perder-se de Isaías: lidera uma campanha contra a fome, angariando a adesão de empresários, trabalhadores, governo. Senta na mesa com quem puder ajudar a vencer a praga da desnutrição. Assim como está no centro da articulação do Pacto pela Infância, um movimento que reúne todas as principais representações, oficiais ou não, a favor da criança.

Tentar entender Betinho é tentar entender a evolução das mentalidades. E não se chegará a parte nenhuma sem que se debruce em 1968, marco dos nossos sonhos e pesadelos.





Há dias que valem por séculos na história dos povos, escreveu Marx sobre a Comuna de Paris. Há, também, anos que valem por décadas, marcando o início ou o fim de longos ciclos. Por vezes, trazem ventos de ruptura que passam por cima das fronteiras e varrem muitos países ao mesmo tempo. A reação contra o absolutismo, que levantou barricadas revolucionárias pelas capitais da Europa em 1830 e em 1848, é um exemplo. A miséria que se abateu sobre o mundo com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 é outro. O ciclo conservador que se inicia em 1968 é o exemplo mais próximo de nós.

Na Europa, 1968 consolidou, pelo voto, o regime de presidencialismo imperial de De Gaulle, manteve a Democracia Cristã na Itália, deu fôlego ao agonizante generalíssimo Franco na Espanha e em parte alguma trouxe as transformações societárias reclamadas a pedradas pelos estudantes nas ruas. Ao contrário: como o continente chegava então ao auge do ciclo de prosperidade iniciado no após-guerra com o Plano Marshall, as rebeliões da juventude consolidaram o conservadorismo de uma classe operária que não precisava mais derrubar o capitalismo para atingir um grau de riqueza e bem-estar inimaginável pelos teóricos socialistas do século anterior. A internacionalização dos mercados transferira para o Terceiro Mundo as cenas de exploração e miséria tão vivamente descritas por Charles Dickens e Émile Zola. A formação de um proletariado externo ao núcleo industrial dominante não podia caber nos esquemas de reprodução ampliada do capital que Marx montara.

Nos Estados Unidos, socialmente o mais subdesenvolvido dos

países capitalistas industrializados, as contradições que explodiam nos motins dos negros e nos protestos contra a Guerra do Vietnã não só consolidariam internamente o conservadorismo da maioria satisfeita como fortaleceriam uma política de intervenção externa. A Ofensiva do Tet, reveladora da fragilidade militar americana na Indochina, forneceria à Central Intelligence Agency (CIA) carta branca para impedir a ascensão de qualquer tipo de governo de esquerda, quaisquer que fossem os meios necessários para se conseguir esse objetivo. Na América Latina, essa carta branca significou apoio às ditaduras militares reacionárias, que se foram espalhando como uma nova peste negra pelo mapa do continente.

No Brasil, o ano assinalou o início da ditadura militar nua e crua, mas, também, o princípio de muitos outros fenômenos políticos e econômicos até hoje presentes em nossas vidas.

Em 1968 começou o “milagre econômico” baseado na concentração de riquezas e na ampliação do mercado de bens industriais duráveis, como o automóvel e os eletrodomésticos. A expansão do crédito ao consumidor levou a classe média ao paraíso.

Em 1968 as organizações de esquerda, nascidas de sucessivas cisões do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou da vertente católica do pensamento socialista, representada pela Ação Popular (AP), optaram definitivamente pela luta armada contra o regime militar. Essa opção levaria à morte muitos dos mais inteligentes e generosos líderes da juventude da época.

Em 1968 apareceu, em Osasco (SP), um novo tipo de sindicalismo, baseado em comissões de fábricas, realmente capaz de mobilizar as elites da classe operária. Esse novo tipo de organização daria origem às centrais sindicais de hoje, especialmente à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1968 a Igreja Católica passou, no Brasil, para a oposição ao regime militar, substituindo os partidos políticos amordaçados e dando voz aos pobres, perseguidos e injustiçados, que não tinham outras maneiras de se exprimir. Em agosto e setembro, os bispos brasileiros assumiram a liderança do episcopado latino-americano na Conferência de Medellín, que produziu a até hoje mais dura condenação do tipo de capitalismo implantado em nossos países. Alguns dos seus pensadores

começaram a elaborar os textos da Teologia da Libertação, que viriam a ter uma influência universal.

Finalmente, consolida-se em 1968 o poder da “comunidade de informações” nas Forças Armadas, poder baseado na Doutrina de Segurança Nacional e em um anticomunismo radical, que paralisou por uma década qualquer tentativa de mudar as estruturas injustas da sociedade brasileira. Internamente, além de instaurar a espionagem e a desconfiança entre camaradas de armas, a hegemonia da “comunidade” paralisou a evolução do pensamento estratégico brasileiro.

Um quarto de século é suficiente para permitir o distanciamento necessário para escrever, sem paixão e com acesso a arquivos secretos e versões contraditórias, a história dos acontecimentos políticos que mudaram o Brasil e o mundo.

Relutei muito em enfrentar essa tarefa. Participante da crise brasileira daquele ano, apontado pela comunidade de informações como responsável pelo AI-5 e o conseqüente fechamento do Congresso, preferia deixar que outros a cumprissem. No entanto, a cada livro que surgia eu me decepcionava. Com exceção do trabalho de Thomas Skidmore, *Brasil, de Castelo a Tancredo*, a visão que apresentavam ou era fragmentária, geralmente concentrando a atenção no movimento estudantil, ou continha grosseiros erros factuais e de análise. Mesmo a descrição de 1968 no livro de Skidmore deixa a desejar, uma vez que o seu objeto de estudo é um período muito mais amplo.

Comecei a convencer-me da necessidade de, pelo menos, tentar contar a história toda, mas a preguiça e o dia-a-dia retardavam a decisão. Ela foi tomada, afinal, por sugestão de Adolfo Bloch e de sua companheira Ana Bentes.

Empresário aventureiro, sempre “disposto a começar de novo, Bloch — velho judeu que chegou ao Brasil com a camisa do corpo, fugindo dos *pogroms* da Rússia, e montou um império — procurava, em março de 1993, maneiras de reconquistar para a revista *Manchete* um público que perdera, mais interessado em bons textos sobre assuntos sérios do que em consumir fotografias de mulheres bonitas e fofocas sobre princesas e artistas.

Escrevi para *Manchete* duas longas reportagens sobre o Projeto Cilha Norte e os índios ianomamis. Quando discutíamos os próximos

assuntos, foi lembrado que o AI-5 faria 25 anos em dezembro e não havia ainda um relato satisfatório sobre o que acontecera. Surgiu a idéia de uma série de reportagens. Juntamos a fome com a vontade de comer: os Bloch queriam vender mais revistas, eu precisava de um empurrão para enfrentar uma tarefa há muito planejada.

Essas reportagens, ampliadas e acrescidas das notas sobre as fontes consultadas, formam este livro. Nele, procurei não misturar o rigor da análise política profissional, para o qual fui treinado, com a memoria-lística, exceto nos dois últimos capítulos, nos quais a separação era impossível, uma vez que a fonte histórica utilizável eram os meus próprios arquivos e a minha memória.

Consultei a bibliografia mais ampla que pude encontrar, fiz algumas entrevistas para cobrir lacunas de informação e procurei ser o mais objetivo possível, tanto diante dos fatos como diante dos mitos, especialmente dos mitos sobre a formação e militância política dos estudantes e dos operários da época.

Sou grato aos amigos e amigas que me ajudaram nesse trabalho, um leque que passa pelos profissionais do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, até chegar a meu mais fraterno companheiro de indagações intelectuais, Luís Carlos Bresser Pereira.

Ana Corbisier, Itobi Alves Correa Júnior, Aluísio Nunes, Ladislav Dowbor e alguns outros ofereceram-me as suas recordações dos tempos da luta armada. O jornalista Hélio Fernandes e a deputada Sandra Cavalcanti contribuíram com informações sobre a Frente Ampla. Renato Archer, um infatigável conversador sobre grandezas e miudezas da vida política brasileira, complementou com uma entrevista o seu abundantíssimo depoimento, recolhido por uma equipe do CPDOC. O jornalista Hélio Fernandes, uma espécie de redator oficial da Frente Ampla, comentou detalhadamente o capítulo no qual relato esse episódio. Sandra Cavalcanti, a primeira ponte entre Lacerda e Juscelino Kubitschek, relatou-me como o seu primeiro contato com o ex-presidente, numa boate de Nova York, terminou com um apoteótico tango.

Glênio Vieira e, especialmente, Luciano Casales, ofereceram críticas, sugestões e informações sobre o meio militar. Apesar delas, conservei no capítulo referente aos militares algumas passagens com as quais não concordam.

Um especial agradecimento vai para Gilberto Dimenstein, que escreveu o prefácio. Eu queria ter, sobre o livro, a opinião de um jornalista jovem, que não viveu os fatos. Por isso, procurei aquele que me parece ser o mais talentoso repórter da sua geração.

Finalmente, agradeço a alguns leitores que se deram ao trabalho de comentar por escrito as reportagens publicadas, trazendo, por vezes, observações pertinentes e informações que eu desconhecia.



### **A explosão dos sonhos e da violência**

1968, o ano das rupturas, quando todos os sonhos pareciam possíveis aos jovens e nenhuma violência era proibida aos poderosos, começou politicamente no dia 8 de outubro de 1967. A Bolívia, finalmente, entrava na História. Entrava tristemente, como ocorrera em seu passado de massacres e esperanças perdidas, através de uma morte, em uma miserável escola na perdida aldeia de Las Higueras, nos Andes: a morte de Ernesto Guevara, argentino, médico, revolucionário. Ferido e preso, foi ultimado com uma rajada de metralhadora e um tiro de pistola por um sargento bêbado das tropas antiguerrilhas, treinadas por instrutores norte-americanos.

Para as esquerdas nascia, naquele momento, o mito de Che Guevara, o guerrilheiro heróico, o jovem generoso, capaz de abandonar um lugar de ministro em Cuba para lutar pela revolução socialista em um país que não era o seu, junto a um povo que desconhecia. O seu belo rosto sonhador, de barba e boina estrelada, será erguido em todas as passeatas estudantis que ocorrerão pelos quatro cantos do mundo ao longo do ano e, por ironia, será transformado em artigo de consumo, estampado em camisetas.

Para a direita, a eliminação de Che Guevara significava que a Revolução Cubana fora um acidente histórico, que não mais se repetiria. “Morreu o último bastardo idealista”, comentou um ex-auxiliar de Kennedy. “Agora podemos fazer política com gente séria, que entende o que é o poder.”

## O sonho do Che no Brasil

A notícia da morte de Che Guevara chegou a Havana pouco depois da reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), quando ainda se encontravam lá muitos dos delegados, em particular os que tinham vindo de países onde os comunistas estavam na clandestinidade.

A conferência da Olas fora convocada por Fidel Castro contra a opinião da União Soviética e dos partidos comunistas tradicionais. Estes eram contra porque achavam sua mensagem principal — a de “criar no continente dois, três, muitos Vietnãs”, ou seja, muitos focos de luta armada contra o capitalismo — uma provocação inútil aos Estados Unidos. Fidel talvez soubesse ser a tarefa improvável. No entanto, arriscou um conflito com o seu poderoso aliado soviético para tentar dar algum tipo de proteção ao companheiro de lutas, que sabia em risco de vida nas serras bolivianas, e aos cubanos que com ele pensaram ser possível fazer da Cordilheira dos Andes uma gigantesca Sierra Maestra.

Estava em Havana um comunista brasileiro que naquele momento rompia com o partido ao qual dedicara a vida, o PCB. Chegara a ser membro do seu Comitê Central e responsável por São Paulo, a mais importante base da organização. Rompia por acreditar na luta armada como única forma de combater o regime militar que se instalara, em 1964, com a derrubada do presidente João Goulart. Era um mulato forte, nascido em Salvador de mãe negra e pai italiano, expansivo como os baianos e briguento como o Zumbi: Carlos Marighella.

Dez dias após a morte do Che, Marighella dedicava à sua memória um texto que iria mudar a história do nosso país: *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil*. Baseado nele, a guerrilha urbana ganharia a imaginação de muitos jovens, a maioria de classe média.

Em comparação com as ações guerrilheiras de outros países, inclusive as da Itália, Alemanha, Espanha e Inglaterra, as praticadas pelos brasileiros em 68 poderiam ser consideradas modestas: assaltos a bancos, alguns ataques a estabelecimentos militares, o assassinato de um oficial norte-americano. No entanto, elas se transformariam na principal razão da vitória dos oficiais da chamada “linha dura”.



Linha dura, no Brasil, correspondia a uma definição doutrinária, embora um tanto imprecisa. A doutrina era a da segurança nacional, que atribuía às Forças Armadas a missão de combater um inimigo interno — a subversão —, que tanto podia vir dos comunistas das linhas de Moscou, Havana ou Pequim, como dos socialistas e dos católicos progressistas. Colocando os direitos do Estado acima dos direitos do cidadão, essa doutrina permitia a presença militar em todos os aspectos da vida nacional, ainda que, estranhamente, os militares tivessem delegado a tecnocratas civis ampla liberdade para tratar do que era o mais importante, a condução da economia.

Os oficiais da linha dura tenderam a se juntar em uma “comunidade de informações”, cujo poder foi se consolidando ao longo do ano. Nos debates internos que se travaram nas Forças Armadas, defendiam a completa abolição das garantias da cidadania, ainda preservadas na Constituição de 1967 que o presidente Castelo Branco fizera aprovar.

A progressiva hegemonia de um número relativamente reduzido de oficiais de extrema-direita sobre a comunidade de informações e a conseqüente ampliação da sua influência sobre o restante das Forças Armadas não foram um fenômeno exclusivamente brasileiro, ou sequer latino-americano. Com o apoio da CIA, isso se produziu também na Europa: na Grécia, na Alemanha Ocidental e, especialmente, na Itália.

A Guerra do Vietnã agravava a paranóia anticomunista da diplomacia secreta norte-americana, levando os Estados Unidos a apoiar ditaduras militares de direita onde quer que detectassem uma mínima possibilidade de participação das esquerdas no poder.

Além das ditaduras estabelecidas em países de escassa tradição democrática, como os da América Latina, da África e da Ásia, os Estados Unidos incentivaram a tomada do poder pelos coronéis gregos, em 1967, e acompanharam com benevolência uma tentativa de golpe de Estado na Itália. Essa tentativa, liderada pelo príncipe Junio Valerio Borghese e realizada na noite de 7 para 8 de dezembro de 1969, teve o seu fracasso acobertado pelos serviços secretos italianos, chefiados pelo almirante Eugenio Henke e o general Vito Miceli, homens da inteira confiança da CIA.<sup>1</sup> Note-se que o chefe da agência de contra-espionagem da Alemanha (BND) era, em 68-69, Reinhard Gehlen, ex-chefe de

uma das seções de contra-espionagem nazista, nos serviços liderados pelo almirante Canaris, condenado como criminoso de guerra em Nuremberg.

No Brasil, a consequência do triunfo da linha dura foi a implantação de uma ditadura de ferro que duraria mais de dez anos.

## **Influência da Olas no PCB**

O PCB sentiu imediatamente a pressão das teses da Olas e a influência dos aliados de Marighella sobre seus quadros. O seu VI Congresso, reunido em dezembro de 1967, afastou-se, pela primeira vez em muitos anos, de uma linha legalista, que recomendava aos militantes atuar somente no espaço permitido pelas regras do regime. Abrindo uma janela para a luta armada, declarou que “as forças populares não podem limitar-se aos marcos das leis impostas pelo regime e devem combinar as formas legais e ilegais de ação”.<sup>2</sup> Aliás, uma demonstração das possibilidades de ação legal que ainda existiam foi a publicação da íntegra das resoluções desse congresso, bem como dos debates entre o PCB da Guanabara e o recém-fundado PCBR, no legalíssimo *Jornal do Brasil*.<sup>3</sup> Nele trabalhavam vários comunistas, já que seu dono, Manuel do Nascimento Brito, seguia a receita de Assis Chateaubriand e de Roberto Marinho: fazer jornal sem comunistas é tão impossível como montar um balé sem homossexuais.

## **O Vietnã derruba Johnson**

Enquanto os cubanos elaboravam sua estratégia guerrilheira, os norte-americanos aplicavam sua doutrina do direito de intervenção em qualquer lugar do mundo onde o regime capitalista fosse contestado por comunistas com armas nas mãos. Essa doutrina nascera de um memorando de Allen Dulles, primeiro diretor da CIA, ao Congresso, datado de 25 de abril de 1947, no qual dizia: “Não é imaginável que possamos limitar a nossa reação à estratégia comunista aos casos em que sejamos convidados pelo governo no poder. Devemos ser nós mesmos a decidir quando, como e onde agir.” Esta doutrina está em vigor até hoje.

Lyndon Johnson, presidente dos Estados Unidos, pedira ao Congresso que lhe desse os instrumentos necessários para acabar com a Guerra no Vietnã durante o ano de 1967. Recebeu os bilhões de dólares que queria, dinheiro que foi transformado na maior concentração de armas jamais lançada em campos de batalha e em 500 mil soldados. Passado o ano, no entanto, só podia oferecer aos parlamentares e aos seus eleitores a promessa de mais sangue, mais suor e mais lágrimas.

Sangue, suor e lágrimas fora a proposta entusiasticamente apoiada pelos ingleses, quando feita por Churchill, diante da ameaça de uma invasão alemã à Inglaterra. Só que os Estados Unidos não estavam ameaçados de invasão. Ao contrário: haviam invadido um remoto país asiático, povoado por camponeses pobres que pareciam ter uma inesgotável capacidade de morrer em defesa do seu próprio território.

Ao longo de 2 mil anos de história, os vietnamitas derrotaram todos os invasores que se atreveram a embrenhar-se nas suas florestas, fossem indonésios, tailandeses, chineses ou franceses. Desde 1962, quando John Kennedy criou o Comando Militar Norte-Americano no Vietnã do Sul, já haviam provocado dezenas de milhares de baixas, entre feridos e mortos, nas tropas norte-americanas. A população dos Estados Unidos começava a repudiar essa guerra distante e a protestar contra o preço que cobrava, em dinheiro e em sangue.

Em 30 de janeiro de 1968, durante as comemorações do Ano Novo Lunar, o Festival do Tet, uma divisão de infantaria vietnamita completa — *vietcong*, como os americanos chamavam seus opositores —, com os seus arsenais e unidades de apoio, saltou de túneis e das favelas onde se escondia, no bairro popular de Cholon, e iniciou uma ofensiva no próprio centro de Saigon, capital do Vietnã do Sul, principal centro de operações norte-americano.

A ofensiva foi contida, mas tornou-se claro o apoio popular aos *vietcongs*. Esconder dos serviços de informação militares mais de 15 mil combatentes, seus armamentos e munições, revelava uma complacência generalizada e prenunciava a derrota. Os sacrifícios da guerra passaram a ser encarados como inúteis pelos jovens que seriam chamados a nela arriscar suas vidas. A partir do Tet, o movimento contra a guerra, que já realizara uma marcha sobre Washington em outubro

de 1967, ganhou novas forças, conquistando as universidades e as elites intelectuais do país.

O pacifismo tornou-se a mais visível expressão política do país. Consciente da impopularidade da sua política no Sudeste Asiático, Lyndon Johnson desistiu de concorrer à reeleição, abrindo caminho para uma vitória eleitoral dos seus adversários republicanos, que chegaram à Presidência em novembro, com Richard Nixon.

## **O ouro sai de cena**

A Guerra do Vietnã sinalizou para os demais países industrializados o fim do domínio total dos Estados Unidos sobre a economia mundial. É que, pela primeira vez em mais de meio século, o país tinha déficits em sua balança comercial, ou seja, gastava mais em importações do que ganhava exportando. A percepção dessa fraqueza desencadeou uma onda global de especulação contra as moedas que os operadores financeiros das multinacionais consideravam vulneráveis. Tornou-se difícil manter a prática de trocar dólares por ouro a um preço fixo.

As reservas americanas — montanhas de ouro acumuladas ao longo das décadas de vacas gordas e guardadas no supercofre de Fort Knox — desapareciam rapidamente. No início de janeiro, o equivalente a 950 bilhões de dólares já se haviam evaporado, na tentativa de manter o equilíbrio no mercado mundial de moedas, no qual a libra inglesa, atrelada ao dólar, era vítima de ataques especulativos. Pela primeira vez, os computadores e as comunicações por satélites permitiam às grandes multinacionais aplicar as suas sobras de caixa de um lado para outro do planeta, jogando na diferença dos fusos horários e procurando ganhos até de centavos ao trocar uma moeda por outra. Como as operações envolviam muitos bilhões de dólares, esses poucos centavos representavam lucros consideráveis para as empresas e uma insuportável pressão sobre os bancos centrais dos países industrializados.

Finalmente, em março, o governo americano foi obrigado a declarar sua moeda inconvertível — abolindo o direito de se trocar dólares por ouro por uma taxa fixa — e a deixar flutuar o preço do ouro, que mantivera estável desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Como conservava o direito de emitir dólares como entendesse e a sua

moeda era aceita em todos os contratos comerciais do mundo, essa medida não afetou a vida cotidiana nos Estados Unidos. Mas encerrou-se, com ela, a era do dólar imperial, todo-poderoso, e começaram os tempos da partilha do poder com o marco alemão e com a moeda — o iene — de um povo até então quase invisível no cenário mundial: os japoneses.

No dia 2 de janeiro de 1968 comemorou-se na surdina, quase sem registro nos jornais do Ocidente, uma data simbólica: um século da Restauração Meiji, que iniciou a modernização do Japão. Kimpel Shiba, editor do *Asai Shimbun*, maior jornal do mundo, avisou sem ser ouvido: “os primeiros cem anos foram os mais duros”.

Vinte e cinco anos mais tarde, um dólar compra duas vezes menos ienes que em 1968. Os japoneses haviam perdido a modéstia, acumulavam megassuperávits no seu comércio com os Estados Unidos e iam dominando o mercado americano, por fatias, ocupando progressivamente os diversos setores da indústria. Era o abraço do samurai, vingando-se da derrota na guerra.

## **Os ventos sopram para o Leste**

Nada acontece na Europa do Leste, escreviam os analistas políticos ocidentais. O poder do Exército Vermelho, os sistemas de espionagem internos e a disciplina dos partidos comunistas tornavam aparentemente impossível a evolução dos regimes ditos “socialistas reais”. Raros eram os observadores que discordavam desse diagnóstico — uma demógrafa francesa, que observara a maior velocidade no crescimento das populações muçulmanas da União Soviética em relação à população russa, previa conflitos após o ano 2000, e um exótico diplomata brasileiro, Márcio Ramalho, escrevia de Bucareste sobre a possibilidade de mudanças na Hungria e na Romênia, desde que elas fossem iniciadas no interior dos partidos comunistas no poder.

A previsão de Ramalho começou a acontecer, para espanto geral, no dia 6 de janeiro de 1968, quando o secretário-geral do Partido Comunista da Tchecoslováquia, Antonin Novotny, stalinista de quatro costados, foi substituído pelo reformador Alexander Dubcek. Começava, em pleno inverno, o jogo de gato e rato entre a linha dura soviética e a

juventude do mais ocidental país do Leste, jogo que faria florir a Primavera de Praga e terminaria em agosto, sob as lagartas dos tanques do Pacto de Varsóvia.

Os ventos da liberdade sopraram também na Polônia, onde as manifestações estudantis foram reprimidas pelo exército. Tal como no Brasil, onde todos os contestadores eram perseguidos e acusados de comunistas, abriram-se em Varsóvia centenas de processos contra os “sionistas” (ou seja, judeus) e os “revisionistas” (ou seja, opositores políticos). Esses processos, que incriminaram 350 mil pessoas, só viriam a ser anulados por uma anistia em 1984.

Apesar das derrotas e da repressão, iriam tornar-se vitoriosas no futuro as bandeiras libertárias levantadas pelos estudantes de Praga, pelos trabalhadores da Polônia — que formariam, com o Solidariedade, os primeiros sindicatos independentes do Leste — e pelos próprios soldados do Pacto de Varsóvia, que se sentiram traídos na invasão da Tchecoslováquia, como mais tarde se sentiriam no Afeganistão.

Ainda não se sabe o resultado final do desmoronamento do império soviético. Dor, guerra, miséria e destruição são hoje as conseqüências mais evidentes desse cataclisma histórico. Mas suas raízes foram plantadas com as flores sobre o túmulo dos jovens tiroteados na praça Estanislau, em Praga, perto do teatro onde Mozart pela primeira vez encenou o seu *Don Giovanni*.

## **A luta dos negros americanos**

Na noite de 4 de abril de 1968, Martin Luther King, líder da luta dos negros norte-americanos por seus plenos direitos civis, foi assassinado em um hotel de Memphis, Tennessee. Sua morte foi como um rastilho de pólvora até os bairros pobres das grandes cidades. Nas semanas seguintes eles explodiram de norte a sul e de leste a oeste dos Estados Unidos, em uma onda de violência muito mais terrível que as rebeliões anteriores, de Nova York ou de Los Angeles, provocadas por militantes dos Panteras Negras. Antes que a onda passasse, 110 cidades em 29 estados haviam conhecido os incêndios e as destruições de protesto da maior massa de marginalizados da afluente sociedade americana.

Embora pacifista, King fora um líder muito firme nas suas reivindicações. Em 1963, depois de anos de enfrentamentos com os racistas do Sul, ele liderara a Marcha Sobre Washington, quando dezenas de milhares de pessoas, brancas e negras, se reuniram na grande esplanada fronteira ao Memorial de Lincoln para exigir igualdade para todos perante a lei. Um ano mais tarde, graças ao apoio do presidente Johnson, essa reivindicação foi formalizada na Lei de Direitos Civis, contrária a todas as formas de discriminação, provocando intensos protestos, dessa vez dos brancos sulistas. O destino tem as suas ironias: a morte do maior defensor da não-violência nos Estados Unidos provocou a maior vaga de violência da história recente do país.

## **Os estudantes sonham com a política**

O ano dos estudantes, é como a maioria das pessoas se lembra de 1968. Foi mesmo. A rebelião na França foi a maior, a mais televisiva, a de maior criatividade, a que mais mexeu com as estruturas de um país. Mas ocorreram rebeliões na Espanha de Franco, na Itália, nas bolorentas universidades de Oxford e Cambridge, na Inglaterra. Até na liberalíssima Suécia, paraíso realizado da social-democracia, onde o Estado proíbe que se seja pobre, o Parlamento foi ocupado pelos jovens. Nos Estados Unidos, onde não existia uma tradição de manifestações políticas dos estudantes — os partidos Democrata e Republicano têm uma estratégia política idêntica, só se diferenciando nas táticas — a polícia interveio em quase todos os estados. A briga na Universidade de Columbia, em Nova York, não ficou devendo, em violência, aos combates no Quartier Latin, de Paris.

O cúmulo da violência aconteceu no México, onde o governo estava disposto a tudo para garantir a realização tranqüila das Olimpíadas. Os alunos da Universidade Autônoma, uma das maiores do mundo, foram fazer uma manifestação de protesto na praça de Tlatelolco. Essa praça, onde ficam vários ministérios, tem uma só entrada e fica no lugar da fortaleza onde o último imperador asteca foi derrotado pelos espanhóis. Uma placa de bronze anuncia, com arrogância oficial, que do sangue ali derramado por duas raças, a européia e a indígena, nasceu uma terceira, a raça mexicana. Ao ministro do Interior, futuro

presidente, um pouco mais de sangue não pareceu ser um preço alto demais para garantir o prestígio mexicano, realçado pela realização dos jogos. Luís Echeverría mandou os tanques barrarem a saída da praça e deu a ordem de fogo. Oficiosamente, o governo reconheceu cinquenta mortos, embora jamais fornecesse um número oficial. A imprensa e as organizações de direitos humanos calcularam em quatrocentos e quinhentos as vítimas do massacre.

## **Os enfeitados do banquete**

O mais longo ciclo de paz e de prosperidade que a Europa jamais conheceu chegou ao pico em 1968. As cidades já estavam reconstruídas, as fábricas colocavam à venda mercadorias em volumes cada vez maiores e cada vez mais diversificadas, mercadorias que podiam ser compradas pela vasta maioria da população. Do ponto de vista material, a vida nunca fora melhor.

Nem só de pão vive o homem, ensinam os Evangelhos. Curiosamente, foi um acordo político destinado a dar uma estabilidade ainda maior à sociedade alemã que provocou os primeiros debates sobre o poder jovem. O Partido Democrata Cristão aliou-se ao Partido Social Democrata — os dois partidos que contam de verdade na Alemanha — para formar um governo de coalizão. Em consequência, o país ficou sem oposição, o que nunca é saudável para a democracia. Sem oposição, logo, sem reformas, pois a rotina só se quebra quando pressionada de fora. As rotinas das universidades européias vinham intactas desde antes da guerra, por vezes muito antes. A hierarquia dos catedráticos alemães, distantes anos-luz dos seus alunos, só se comparava em rigidez à das universidades soviéticas, que, aliás, a copiaram. Na França, a última grande mudança tinha sido promovida por Napoleão.

Um estudante da Universidade Livre de Berlim, Rudi Dutschke, que viria a ser conhecido como “Rudi, o Vermelho”, começou a organizar os colegas, inspirado nas idéias de um velho filósofo neomarxista, simpático aos jovens, Herbert Marcuse, autor de *Eros e Civilização* e de *A ideologia da sociedade industrial*.

Constatando a grande aliança governamental alemã, Rudi declarou: ”Daqui em diante só existirá uma oposição: a dos estudantes.”



Achava que as universidades eram fábricas de idiotas especializados. Propunha uma política de autogestão, tanto para as universidades como para os centros de trabalho, a abolição de toda e qualquer hierarquia, e a discussão permanente e contraditória de todos os problemas da sociedade. Propunha, ainda, adotar a provocação como forma de educação política. Por exemplo: quando o vice-presidente dos Estados Unidos, Hubert Humphrey, foi a Berlim, tentou acertá-lo com tortas de creme, como nas comédias de pastelão do cinema mudo.

Rudi, o Vermelho, foi vítima de um atentado neonazista, mas os seus seguidores não conseguiram abalar o sólido mundo germânico. Quem conseguiu mexer com as estruturas de um país, a França, foi um dos seus adeptos, Daniel Conh Bendit, estudante na Universidade de Nanterre, subúrbio chique de Paris.

## **A imaginação no poder**

Tudo começou com um incidente banal. Os estudantes de Nanterre fizeram, em 22 de março, uma manifestação por melhores condições de ensino, o que, em última instância, significaria melhores condições de disputa no mercado de trabalho, depois de formados. É que a universidade francesa inchara, tal como as do resto da Europa Ocidental, onde o número de universitários passara de 739 mil, em 1950, para 1,7 milhão, em 1968. Mas não mudara. Os métodos de recrutamento, tanto nas empresas privadas como no serviço público, permaneciam inalterados. Os diretores de recursos humanos continuavam a dar preferência aos formandos das chamadas “grandes escolas” — poucas, elitistas e separadas do sistema universitário comum.

Diante do protesto estudantil e da ocupação de alguns prédios, o reitor de Nanterre teve a reação clássica de autoridade ofendida: chamou a polícia, que chegou de cassetete em punho. Houve luta, alguns estudantes foram presos, muitos apanharam.

A bola de neve começou a rolar. Cohn Bendit conseguiu agrupar alguns grupúsculos esquerdistas, como a Juventude Comunista Revolucionária, o Comitê de Ligação dos Estudantes Revolucionários, a Federação dos Estudantes Revolucionários, a União dos Comunistas Marxistas-Leninistas, a Guarda Vermelha, o grupo Servir o Povo.

Muito nome de tribo, mas poucos índios. Em todo caso, esses bandos juntaram-se no Movimento 22 de Março, que começou a receber a adesão espontânea dos alunos de outras universidades.

Em princípios de maio, quando a primavera faz de Paris a mais deslumbrante festa do mundo, os estudantes voltaram às ruas. As suas manifestações foram novamente reprimidas e ganharam força. O ministro da Educação, escritor Alain Peyrefitte, mandou fechar a Sorbonne, que foi imediatamente ocupada pelos estudantes e declarada território livre da repressão, como na Idade Média, quando os guardas do rei não podiam atravessar as fronteiras da universidade sem licença do reitor.

O Quartier Latin cobriu-se de bandeiras vermelhas, do comunismo, e negras, do anarquismo. Os grafitos fizeram das paredes as vitrines dos sonhos: “Corre, o velho mundo está atrás de ti”; “Seja realista: peça o impossível”; “Faça amor, não faça a guerra”; “É proibido proibir”.

A ocupação dos centros culturais foi fácil: os intelectuais tomaram um banho de juventude e aderiram aos estudantes. Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir foram para a Sorbonne entrevistar os líderes das várias facções: Serge July, da Esquerda Proletária; Jacques Sauvageot, da União Nacional dos Estudantes Franceses; Alain Geismar, maoísta; e, claro, Cohn Bendit. O Teatro do Odeon, que pertence à tradicional Comédie Française, foi “fechado para o público burguês” e transformado em centro de assembleias, aliás permanentes. O seu locatário, Jean Louis Barrault, monstro sagrado dos palcos franceses, foi despejado, apesar de ter também aderido ao frenesi geral.

As coisas começaram a ficar mais sérias em 10 de maio, quando as ruas vizinhas à universidade foram palco de batalhas campais entre estudantes e a polícia militar. Não sobrou um único paralelepípedo no leito da estreita rua Mouffetard, que serpenteia ladeira acima desde o metrô Monge até a praça da Contrescarpe e é perfeita para barricadas. Mais tarde, a Prefeitura cobriria com uma camada de asfalto o calçamento de pedras, para privar de munição os rebeldes do futuro. Uma nuvem de gás lacrimogêneo cobriu o bairro. Houve 367 feridos, 468 presos, mas apenas uma morte, a de um homem que caiu no Sena, fugindo da polícia, e se afogou.

Ficou tão em moda solidarizar-se com os estudantes que algumas colunáveis mais afoitas percorriam a batalha distribuindo convites: “Madame Fulana recebe os estudantes depois das barricadas.”

Os estudantes tentaram aproximar-se dos operários nas portas das fábricas mas, como falavam línguas diferentes, foram a princípio rechaçados. Acontece que a França pagava, na época, salários bem mais baixos que os da Alemanha e da Europa do Norte. A rebelião estudantil proporcionou a oportunidade para as centrais sindicais corrigirem essa desigualdade. A poderosa Central Geral dos Trabalhadores, (CGT), com dez milhões de filiados e liderada pelo Partido Comunista Francês (PCF), anunciou, no dia 11, uma greve de 24 horas em solidariedade aos jovens.

A greve não parou. Na estatal Sud Aviation, em Narites, no oeste do país, houve a primeira ocupação de fábrica, com a detenção dos diretores. Nas fábricas dos automóveis Renault, a mesma coisa. No dia 18 já eram cinquenta as fábricas ocupadas, o aeroporto estava em greve, as rádios, tevês e jornais também. Depois, vieram os táxis, o metrô, os correios, o telefone, até as padarias. Quatro dias mais tarde, com 8 milhões de trabalhadores em greve, as três centrais sindicais propuseram negociações imediatas ao governo.

## **A repressão pelo voto**

Charles De Gaulle não era um generaleco latino-americano qualquer, que se dispusesse a estabelecer uma ditadura militar. Era um estadista, talvez o maior de uma geração de grandes homens públicos, um republicano e um democrata. Era, ainda, um estrategista, o que quer dizer que trabalhava sempre com cenários alternativos, adaptados a circunstâncias diferentes.

No auge das greves e dos combates de rua, o general De Gaulle sumiu do mapa. Soube-se mais tarde que fora visitar o comandante das tropas francesas aquarteladas na Alemanha, general Jacques Massu, para garantir o apoio da mais equipada parcela do exército. Conseguiu, com uma condição: o exército não atiraria contra o povo francês. Ao voltar, apenas uma frase: “*Reformes, oui, la chienlit, non*”. Os jornalistas saíram correndo atrás de dicionários para saber o que significava

a palavra *chienlit*. Verificaram ser um termo do jargão militar que quer dizer bagunça.

“Reformas, sim, bagunça, não.” O slogan de De Gaulle era tão conciso quanto as melhores frases dos estudantes. Após ver desfilar pelos Campos Elísios centenas de milhares de cidadãos que o apoiavam, De Gaulle deu instruções ao primeiro-ministro Georges Pompidou para conceder aos trabalhadores um aumento geral de 35%, gigantesco para um país com inflação de 5% ao ano, dissolveu o Parlamento e convocou eleições gerais.

As greves começaram a acabar em 10 de junho. Georges Seguy, presidente da CGT e um dos arquitetos do acordo com o governo, foi acusado de traidor do povo por líderes estudantis. Os jornalistas perguntaram o que achava da opinião de Cohn Bendit, então o mais célebre personagem da França. Seguy, atarracado, cabelo escovinha, metalúrgico, consciente da força da sua organização, respondeu:

— Cohn Bendit? Não conheço.

Tinha razão. A CGT continuou a existir e a influir na vida francesa. Cohn Bendit desapareceu, após o seu momento de notoriedade. Veio a ressurgir 25 anos mais tarde, domesticado, como secretário municipal de meio ambiente da cidade de Munique. Passou de vermelho para verde.

No dia 18 de junho a polícia retomou a Sorbonne. As eleições deram a De Gaulle uma espetacular vitória sobre os partidos de esquerda e, em 10 de outubro, a Assembléia Nacional Francesa aprovou, por 441 votos a zero, uma profunda reforma educacional, negociada com os partidos Comunista e Socialista.

Encerrou-se, pela vontade democrática do povo, uma fase de sonhos que parecia abrir-se sobre o desconhecido.

No Brasil, ao contrário, as ruas banhadas de sangue iriam desaguar no pior período de violência política institucional da nossa história.

Talvez esteja nessa evolução divergente a diferença entre um país desenvolvido e um país subdesenvolvido.

Pelo voto ou pela repressão violenta e ditatorial, o resultado final do grande sobressalto político que o mundo conheceu em 68 foi o contrário dos sonhos escritos nas paredes e gritado nas ruas pelos estudantes que, por períodos breves, as conquistaram. Em vez de marcar o início

da revolução universal, 1968 marcou o início de um dos mais longos ciclos conservadores da história do Ocidente, mais longo e mais duradouro que a restauração monárquica do século XIX, arquitetada pelo primeiro-ministro da Áustria, príncipe Metternich, de vez que englobou não só a Europa como os Estados Unidos, a América Latina, o Japão e o Sudeste Asiático. Esse período marcou também a morte do mais caro mito dos socialistas e dos comunistas — o mito da classe operária revolucionária. Em todos os países industrializados, quando chamada a opinar pelo voto entre a revolução e a manutenção da sociedade capitalista, a classe operária escolheu a segunda opção.



### **A guerrilha chega ao Brasil**

Os partidos comunistas latino-americanos, seguidores da linha soviética, enfrentaram uma difícil decisão em 1967. O Partido Comunista de Cuba (PCC), o único a ter chegado ao poder no continente, chefiado por Fidel Castro, santo guerreiro das esquerdas mundiais, convocara, para 31 de julho até 10 de agosto, uma reunião com o objetivo declarado de criar vários focos de guerrilha contra os governos locais e os Estados Unidos. Era a conferência da Olas.

A secreta e urgente razão dos cubanos para incentivar a criação de focos de guerrilha — dar cobertura ao Che Guevara na Bolívia — não interessaria necessariamente aos demais, caso a conhecessem. A escolha que deveriam fazer limitava-se a decidir se compareciam ou não à conferência. Se comparecessem, arriscavam uma repressão mais forte nos seus países de origem. Se não comparecessem, arriscavam cisões, sobretudo entre os militantes das suas juventudes, cativados pelos mitos heróicos da saga cubana. Tratava-se, portanto, de escolher entre possibilidades de perdas, de vez que nenhum deles esperava ganhar alguma coisa atendendo à convocatória de Fidel.

Ora, em muitos países, como o Chile, a Venezuela e o Uruguai, os partidos comunistas eram legais. Disputavam eleições, tinham representantes nos parlamentos e uma importante participação no movimento sindical. Achavam, em consequência, que a construção da sociedade que desejavam passava pela consolidação e o desenvolvimento das instituições democráticas existentes, que seriam destruídas caso partissem para a luta armada.

Em outros, como na Argentina e no Brasil, os comunistas estavam na ilegalidade mas não sofriam uma repressão exagerada dos respectivos regimes militares, preocupados principalmente com as ações de grupos de ultra-esquerda, como os Tupamaros uruguaios e os Montoneros argentinos, que já haviam optado pela guerrilha urbana. Também pensavam ser possível progredir dentro dos quadros legais existentes. Acresce que a União Soviética, principal apoio dos vietnamitas, a quem fornecia armas, munições, treinamento e o mais que pudesse dar, não queria saber de novas frentes de luta em uma região longínqua. Considerava a América Latina parte das linhas de defesa dos Estados Unidos, da mesma forma como os americanos consideravam os países da Europa do Leste parte da esfera de influência soviética e lá não se metiam abertamente.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) resolveu não comparecer a Havana, proibindo seus militantes de fazê-lo. Carlos Marighella, militante de longa passagem pelas cadeias do governo Getúlio Vargas, dois anos de mandato como deputado pela Bahia, clandestino profissional desde sempre e responsável por São Paulo, principal base da organização, decidiu desobedecer, pela primeira vez, ao seu partido. Na carta que escreveu a Fidel Castro, em que explana a sua decisão, dizia:

Não renunciarei jamais à minha condição de comunista. É por isso que não posso me recusar a atender ao convite do comitê organizador da Olas para participar da conferência. A via que escolhi é a guerrilha, que devemos desencadear nos campos e através da qual me integrarei definitivamente à Revolução Latino-Americana. A guerrilha é, para mim, a única maneira de unir os revolucionários brasileiros e de levar o nosso povo ao poder. Como comunista, estou convencido de que meu gesto servirá ao menos para mostrar que comportamento um revolucionário deve ter.<sup>1</sup>

De Havana mesmo, Marighella mandou uma carta ao Comitê Central do PCB, desligando-se do partido. Em resposta burocrática, o Comitê Central reuniu-se em setembro e expulsou Marighella e Jover Telles, por terem ido a Cuba, e, informalmente, Jacob Gorender, por discordar de Luís Carlos Prestes e de sua linha partidária, que considerava anti-revolucionária.<sup>2</sup>

Gorender relata a sua despedida:



Conhecíamos as regras informais daquele jogo e sabíamos que não voltaríamos a nos encontrar. Dissolvia-se uma convivência de muitos anos. Áspera e implacável, a dissensão política conflitava com laços de amizade. Nem sempre política e amizade caminham juntas. De um lado e de outro, alguns velhos companheiros que se davam o último abraço entraram na lista dos assassinados e ‘desaparecidos’.<sup>3</sup>

A dureza da luta a que aqueles homens e mulheres se propunham atingia também as suas relações pessoais, desumanizando-as.

## **Nasce a ALN**

Entrar e sair de Cuba era, na época, uma operação demorada, que envolvia alguns riscos para um revolucionário. Por medida de segurança, não se usavam os aeroportos do México e de Madri. A CIA, agência central de inteligência dos Estados Unidos, costumava fotografar todos os passageiros da Cubana de Aviación, da soviética Aeroflot e da Iberia, as companhias que mantinham linhas para Havana a partir do mundo capitalista. Rotas seguras implicavam demorados desvios por países onde a ação da espionagem americana era dificultada pela polícia local.

Marighella tomou o rumo de Praga, com passaporte falso e a peruca que usava como disfarce, e em fins de novembro já estava de volta ao Brasil. Antes, porém, mandou um emissário a Argel procurar Miguel Arraes, hóspede de honra do governo argelino desde que se asilara na sua embaixada do Rio, em 1965. O emissário explicou o projeto guerrilheiro e convidou Arraes a participar.

Arraes, prudente e talvez melhor conhecedor da realidade brasileira, recusou. Era um nacionalista, possivelmente um social-democrata marcado pela pobreza da sua infância no sertão cearense, um homem solidário com as lutas anticolonialistas do Terceiro Mundo, mas não era um revolucionário.<sup>4</sup>

Marighella, quando teve a resposta, compreendeu o posicionamento de Arraes. Nos onze anos que ainda separariam o político pernambucano da sua volta ao Brasil ele não pôde contar com compreensão igual por parte tanto dos seguidores de Marighella como dos militantes das demais organizações armadas que surgiram no país. Chamado

de *liberal*, um xingamento para os esquerdistas, foi vítima de intrigas, objeto de acusações e alvo das pequeninas misérias que fazem parte da política quotidiana dos exilados.

Não podendo derrubar o governo que os obrigou a deixar o país, os exilados tratam de se atacar uns aos outros, simplesmente porque estão mais à mão. Esses ataques, embora inúteis e até contraproducentes para a causa comum, muitas vezes se transformam em ódios entranhados e descambam para vendetas que destroem até a possibilidade de organizar a solidariedade humanitária aos mais necessitados.

Em fins de 1967, Carlos Marighella fundou o Agrupamento Comunista de São Paulo, abrindo uma cisão na direção do PCB local e trazendo para as suas posições vários militantes, como os líderes operários Ronaldo Fratti e Raphael Martinelli, além de Joaquim Câmara Ferreira. Este iria sucedê-lo na direção da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e terminaria por ser morto sob tortura em um sítio que para essas atividades mantinha o delegado Sérgio Fleury, do DOPS. As bases do PCB em São Paulo serviram para a montagem dos primeiros grupos táticos armados (GTAs) da ALN, células de guerrilha urbana.

“O primeiro dever de um revolucionário é fazer a revolução” era a palavra de ordem, que se trataria de pôr em prática logo em seguida.<sup>5</sup>

## **A CIA escreve sobre Brizola**

Marighella não tinha sido o primeiro militante de esquerda a pensar em guerrilhas no Brasil. Um grupo de militares que acompanhara Leonel Brizola ao exílio no Uruguai — suboficiais, sargentos e marinheiros na sua maioria — havia formado uma organização chamada Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), com o objetivo de derrubar pelas armas o regime que os obrigara a sair do país em 1964.

Brizola era, embora meio a contragosto, o líder desses jovens guerreiros. A contragosto porque, em primeiro lugar, não compartilhava dos seus ideais socialistas. Formado na tradição autoritária dos positivistas gaúchos — tradição começada por Júlio de Castilhos no século passado, consolidada pelos longos anos de governo de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul, no início do século XX, transplantada ao plano nacional pelo Estado Novo de Getúlio Vargas e continuada

por João Goulart mas, sobretudo, por ele mesmo —, Brizola prezava demais a hierarquia, que encimava, e a propriedade privada, de que usufruía, para acreditar nas pregações igualitárias dos seus admiradores. Aliás, quando criou um partido, o PDT, e voltou a exercitar o poder, como governador duas vezes eleito do Rio de Janeiro, nele instaurou uma disciplina de ferro, expulsando todos os que dele divergiam ou que tentavam compartilhar a liderança. O seu caráter é muito mais o do tradicional chefe político gaúcho, estancieiro e, como diz a música do Geraldo Vandré, dono de gado e gente, que o de um líder revolucionário ou o de dirigente de um partido democrático de esquerda.

No entanto, apesar das resistências que pudesse ter às propostas socialistas, Brizola estabeleceu contatos com Cuba — através do ex-deputado Neiva Moreira e de Herbert José de Sousa, o Betinho, dirigente da Ação Popular — e recebeu recursos para promover a guerrilha. Nasceu desses contatos uma calúnia contra ele, levantada pelo regime militar e muitas vezes repetida por seus adversários nas lutas políticas fluminenses: a de que se teria apropriado do dinheiro cubano para benefício próprio, o que teria levado Fidel Castro a chamá-lo de *El Ratón*, “o Rato”, em conversa com brasileiros.

É inverossímil que um governante com a experiência de Fidel tratasse desrespeitosamente, diante dos seus conterrâneos, um político de um país com o qual sempre desejou estreitar relações. Só essa improbabilidade bastaria para desqualificar a história contada. Mas quem exime definitivamente Brizola da acusação é a própria CIA, que havia infiltrado agentes junto ao grupo de exilados brasileiros em Montevidéu.

Em um telegrama datado de 28 de agosto de 1967, conservado nos arquivos da Biblioteca Lyndon Johnson, de Austin, Texas, a Central de Inteligência Americana escreve o seguinte:

Leonel Brizola, o líder esquerdista brasileiro exilado no Uruguai, concluiu um acordo com Fidel Castro para planejar a implantação a longo prazo de uma guerrilha no Brasil, baseada na doutrina castrista das ‘Guerras de Libertação Nacional’ e no treinamento de brasileiros em Cuba. Não serão enviados guerrilheiros cubanos ao Brasil porque Brizola defende fortemente a tese de que qualquer ação a ser desenvolvida no Brasil deverá ser 100% brasileira. (Comentário do agente de campo: uma fonte diferente relata que Brizola fez comentários no mesmo sentido a representantes do Partido Comunista do Brasil, PCB). Os

lugares-tenentes de Brizola dizem que mais de trezentos brasileiros foram ou estão sendo treinados para a guerrilha em Cuba.

Os ciúmes a propósito da liderança persistem. Brizola acredita que Castro viola os seus próprios princípios ao tentar exercer liderança sobre as guerras de libertação em vários países latino-americanos. (Comentário da fonte: Brizola considera-se um líder destacado na América do Sul e acha que Castro não deveria aspirar a uma liderança revolucionária no sul do Continente.)

O grupo de Brizola acredita que mais um ano será necessário para que uma tentativa séria de guerrilha possa ser tentada no Brasil. Ao longo do último ano, aproximadamente seis tentativas de estabelecer uma base guerrilheira no Rio Grande do Sul fracassaram, da mesma maneira como fracassou um esforço mais ambicioso na serra do Caparaó. Em conseqüência, Brizola concentrará a preparação da atividade guerrilheira em Mato Grosso e em Goiás, que são os únicos estados onde acredita que os camponeses possam ser influenciados por agitadores treinados. O plano é mandar pequenos grupos para esses dois estados, na medida em que consiga recrutá-los e desenvolvê-los. Os adeptos de Brizola dizem que já existem dois grupos em Goiás.

Os líderes do grupo de Brizola afirmam que Fidel Castro ofereceu-lhes mais fundos que os que poderiam usar eficientemente. Decidiram aceitar apenas os fundos mínimos necessários às atividades correntes, especialmente à preparação da guerrilha. Eles estão conscientes tanto da atitude hostil que Castro teve em relação a Francisco Julião de Paula, antigo líder das Ligas Camponesas, depois de ter supostamente desperdiçado fundos cubanos, como da possibilidade de se levantarem posteriormente acusações de corrupção contra o círculo brizolista.

*Brizola recebe atualmente, de forma periódica, dinheiro de Cuba via viajantes do exterior, que trazem dólares. Não se pedem recibos ou prestações de contas, mas Brizola registra cuidadosamente todas as despesas e mantém uma contabilidade, para o caso de um dia ser cobrado sobre isso.<sup>6</sup>*

Os mais próximos colaboradores de Brizola na época, Neiva Moreira, que articulou a ponte política com Cuba, e Betinho, que foi a Havana buscar as primeiras contribuições, confirmam a ajuda mas coincidem em dizer que ela se limitava a cobrir o preço das viagens de avião até Cuba, onde os militantes recebiam treinamento militar por conta do governo.<sup>7</sup>

## **Caparaó: a guerrilha que não houve**

A guerrilha de Caparaó, referida no telegrama da CIA, foi a primeira e única tentativa do MNR de criar um foco de resistência ao regime. Essa tentativa foi desarticulada sem que se disparasse um só tiro.

O fiasco de Caparaó deveu-se a um erro estratégico. Os candidatos a guerrilheiros escolheram o local da sua base a partir, exclusivamente, de raciocínios militares. A política não entrou nos seus cálculos. Não fizeram levantamentos prévios da população local, não tentaram infiltrar-se nela para estabelecer pontos de apoio e não levaram em consideração as condições de vida e as contradições políticas que pudessem existir na região.

O local escolhido era, realmente, longe dos quartéis da repressão, montanhoso e no meio da mata, sendo de difícil acesso e podendo ser facilmente defendido — vantagens militares. No entanto, não havia qualquer trabalho de doutrinação prévia dos moradores — desvantagem política. Quando os moradores perceberam movimentações suspeitas na região, em março de 1967, chamaram a polícia, que chamou o Exército. Os guerrilheiros foram cercados e tiveram que se render.

As prisões realizadas em Caparaó restringiram-se aos militantes surpreendidos com armas nas mãos no local e a um pequeno grupo de apoio. É que o professor de matemática Bayard Boiteux, encarregado da ligação da guerrilha com as bases urbanas, resolveu seguir o exemplo de Tiradentes: assumiu plena e total responsabilidade pelo foco guerrilheiro e, nos interrogatórios, recusou-se a citar o nome de qualquer pessoa que já não estivesse presa. Com isso, o processo se fechou sobre si mesmo.

Bayard foi condenado pela Justiça Militar, passou quatro anos preso em quartéis de Minas e do Rio, e, ao ser libertado, seguiu para o exílio em Argel e em Portugal. Um grupo de suboficiais e sargentos, presos na penitenciária Frei Caneca, no Rio de Janeiro, foi libertado por companheiros em maio de 1969, em uma das mais espetaculares fugas de que se tem notícia em prisões brasileiras. A maioria integrou-se a outros grupos guerrilheiros, já sem qualquer ligação com Brizola, enquanto outros seguiram para o exílio, sobretudo no Chile.

## **A sopa de letrinhas**

Eram tantas as organizações da esquerda brasileira que as suas siglas mais pareciam uma sopa de letrinhas. Daniel Aarão Reis, militante e historiador paciente, reuniu em livro os principais documentos de de-

zoito organizações dessa “nova esquerda”, redigidos a partir de 1961, e fez fichas históricas de outras dez, que não chegaram a pôr suas análises no papel. Fez, também, um mapa e um quadro cronológico, para facilitar a compreensão dessa barafunda.<sup>8</sup>

Só partidos comunistas (PCs) havia cinco, todos derivados do velho PCB, fundado em 1922 e fiel à linha de Moscou até ser dissolvido após o desmantelamento da União Soviética. Saídos da cisão trotskista russa, que resultou na IV Internacional, havia quatro, todos com a palavra operário nas suas iniciais. Dois outros relacionavam-se com a linha chinesa de Mao Tsé-tung (hoje, Mao Zedong), a Ação Popular (AP) e a Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML). Vanguardas também eram duas, a Popular Revolucionária (VPR), que conquistou a adesão do capitão Carlos Lamarca, principal líder militar guerrilheiro, e a Armada Revolucionária (VAR-Palmares), que recolheu os destroços do MNR brizolista.

Havia, finalmente, o curioso caso do MR-8, batizado por acaso, ou por engano, em março de 1969, no decorrer do assalto à agência do Banco Aliança, na rua da Abolição, no Rio de Janeiro. Um dos assaltantes, João Manuel, hoje prefeito de Gravatal, no Paraná, começou a fazer um discurso revolucionário para os apavorados reféns, presos no banheiro. Lá pelas tantas, entusiasmou-se e declarou: “Esse dinheiro que estamos expropriando dos banqueiros e dos patrões servirá para a libertação do povo brasileiro pela nossa organização, o MR-8. Viva Che Guevara!”

Basicamente, esse MR-8 era uma dissidência estudantil do PCB de Niterói, conhecida até então como DI-RI, sigla que soava como a de um departamento da administração estadual. Havia outra dissidência, a da Guanabara (DI-GB), cujo líder mais conhecido era o atual deputado Wladimir Palmeira. Como a polícia anunciou, com grande publicidade, em meados de 1969, ter destruído o MR-8, os militantes cariocas assinaram o seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick com essa sigla, que terminaram por adotar como definitiva. A intenção era desnortear e desmoralizar os órgãos de repressão.

Além das suas raízes em outros rachas do movimento comunista internacional, como o trotskismo e o maóismo, muitas vezes as cisões eram fruto de regionalismos ou disputas pessoais entre lideranças.

Afinal, todos queriam derrubar o regime e implantar o socialismo. Mas não conseguiram chegar a um comando unificado, provavelmente em virtude das suas próprias fragilidades organizacionais, resultantes da fraca implantação social.

Entenda-se: em um país como o nosso, de pouca tradição partidária — portanto, sem o hábito de discutir idéias —, a importância dos líderes e do culto às suas personalidades é determinante para o rumo dos acontecimentos. Em vez de um partido trabalhista, tivemos o getulismo; em vez de um partido desenvolvimentista, tivemos o juscelinismo; em vez de um partido moralista, tivemos o janismo.

Nas esquerdas, a mesma coisa. Em um documento do Partido Comunista, de 1964, intitulado “Se Fores Preso, Camarada”, que o general Antônio Carlos Muricy guardou nos seus arquivos, está escrito:

Os comunistas brasileiros devem ter sempre em mente o exemplo do camarada Prestes, cujo comportamento, ao ser preso em março de 1936 e, em seguida, durante os nove anos da sua prisão, é um modelo de dignidade revolucionária, internacionalmente conhecido e admirado.<sup>9</sup>

O programa básico da Ação Popular Marxista-Leninista, de março de 1971, traz essa pérola:

O camarada Mao Tsé-tung é o líder incontestável do proletariado do mundo inteiro, é o dirigente mais provado e experiente do movimento comunista internacional dos nossos dias (...). Ao dirigir lutas de tão grande alcance e complexidade, o camarada Mao Tsé-tung integrou a verdade universal do marxismo-leninismo com a prática concreta da revolução em nosso tempo, herdando, defendendo e desenvolvendo o marxismo-leninismo em todos os domínios e, de maneira genial e criadora, elevando-o a uma etapa completamente nova.<sup>10</sup>

E ainda há quem duvide do espírito religioso dos brasileiros...

## **As bases teóricas**

Os políticos brasileiros, tanto da direita como da esquerda, nunca foram de ler muito, de se apegar a esquemas teóricos e de escrever análises profundas da realidade nacional. Luís Carlos Prestes foi o único secretário-geral de um importante partido comunista latino-americano a jamais ter escrito um livro de análise sobre o próprio país.

Caio Prado Júnior foi praticamente expulso do PCB por ter buscado em fontes históricas irretorquíveis os argumentos para provar nunca ter havido um regime feudal no Brasil. Ao contrário, demonstrou que nossa economia sempre estivera inserida no capitalismo mundial — mercantil primeiro, industrial depois —, o que teve influência determinante na estrutura política brasileira, inclusive no campo.

Lia-se Marx, sim, mas muito menos que, por exemplo, nos Estados Unidos, onde o estudo de *O Capital* era matéria obrigatória nos cursos de economia e de ciências políticas. Lia-se mais em São Paulo que nos outros estados, e jamais se organizou no Rio algo parecido com o célebre Seminário Marx, montado, a partir de 1958, na Faculdade de Filosofia da USP por professores do gabarito de José Arthur Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes e Roberto Schwartz.<sup>11</sup> Aliás, os professores paulistas sempre acharam, e acham ainda, que enquanto eles procuram fazer ciência, os cariocas procuram assunto para conversas de boteco e, no máximo, conseguem fazer ideologias.

Marx circulou muito no Brasil através de apostilas, manuais e interpretações reducionistas. O livro *Para ler O Capital*, de Louis Althusser, andou circulando no final dos anos 60, mas o que circulou de verdade, por ser uma simplificação brutal, foi o livro de uma sua aluna, a chilena Marta Hannecker, *Conceitos fundamentais de O Capital*. O filósofo alemão Herbert Marcuse, que os militares achavam ter tido grande influência sobre os revolucionários estudantis, não era lido praticamente por ninguém. O seu livro *Eros e civilização*, editado pela Zahar em 1968, teve uma única edição. É muito chato e difícil de entender. Só o subtítulo já mostra a barreira que representa para leitores pouco habituados a leituras psicológicas e filosóficas: “Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud”. Para dar uma idéia da sua restrita circulação: o único militante do MR-8 que o lera, Marco Antônio Medeiros, ficou com o apelido de “Marcuse”. Parece que até hoje o máximo que um estudante brasileiro comum consegue absorver em matéria de teoria política são cinquenta páginas.

Claro: depois que a conferência da Olas deu a chancela da revolução cubana ao livro *Revolução na revolução?*, de Régis Debray, ele se tornou o texto sagrado das organizações guerrilheiras ligadas a Cuba.



A teoria do foco revolucionário, que esse trabalho defende, destinava-se a atrair para a luta armada os militantes dos partidos comunistas do continente, com ou sem a concordância das suas direções. O sucesso dessa tentativa seria vital para a sobrevivência da guerrilha de Che Guevara na Bolívia.

*Revolução na revolução?* foi escrito, portanto, como um livro de intervenção política conjuntural, destinado a cumprir um papel específico, e não como uma reflexão acadêmica desinteressada sobre a Revolução Cubana ou uma elaboração teórica destinada a ter vigência permanente. Essa talvez seja uma das razões que levaram o seu autor a rapidamente repudiar as teses que ele próprio defendia.

Quem melhor sintetizou as opções teóricas das organizações armadas influenciadas por Cuba foi Jacob Gorender, velho comunista em ruptura com o PCB. Em *Combate nas trevas*, escreve o seguinte:

O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. Se já existiam as condições objetivas, também eram necessárias as condições subjetivas, conforme ensina o marxismo. Ou seja, a vontade de fazer a revolução por parte das forças sociais por ela beneficiadas. Aqui entrava a grande descoberta: as condições subjetivas poderiam ser criadas, ou rapidamente completadas, pela ação de um foco guerrilheiro. Este funcionava como o pequeno motor acionador do grande motor — as massas.

O foco se iniciava com a ação de um punhado de homens e se punha a atuar entre os camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa contra ataques do exército. Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levavam a luta armada para outras regiões e confluíam afinal para o exército rebelde, capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva.

O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a idéia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerrilha rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário.<sup>12</sup>

## **Todo mundo de olho apertado**

A principal organização armada a divergir da teoria do foco era a Ação Popular. Nascida, em fins de 62, da juventude católica, estudantil e operária, propôs-se, inicialmente, a buscar um caminho estritamente

nacional para o socialismo, passando pelo nacionalismo, a aliança operário-camponesa-estudantil e as reformas de base. A idéia entusiasmou alguns políticos da esquerda do Partido Democrata Cristão (PDC), como Plínio de Arruda Sampaio e Paulo Tarso Santos, que chegou a ser ministro da Educação. Entusiasmou, sobretudo, muitos universitários, que viam na organização uma maneira de defender as reformas estruturais da sociedade brasileira sem ter que participar do Partido Comunista.

A proposta prosperou de tal forma que a AP conseguia eleger militantes seus para a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), então uma entidade com peso na vida nacional. Dois deles são hoje deputados, com posições divergentes: Aldo Arantes, do PC do B, e José Serra, do PSDB.

Depois do golpe de 1964 e de uma série de atritos entre a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a alta hierarquia da Igreja, a AP desligou-se inteiramente das suas origens religiosas. Na busca de rumos e espaços, descobriu primeiro o marxismo, depois o maoísmo.

Betinho, um dos principais ideólogos do início da AP, conta, nas entrevistas que deu a Ricardo Gontijo, o choque que teve com essa transformação:

Começa por volta de 66, 67, o processo de maoização da AP, em consequência do retorno do grupo enviado à China e que se submetera não propriamente a um curso, mas a um enlouquecimento ideológico.<sup>13</sup>

No depoimento que escreveu para *Memórias do exílio*, Betinho foi mais específico:

Quando eu volto, depois de uma crise geral da direção, a organização está todinha de olho apertado, só encontro Mao Tsé-tung, Chu En'Lai, Lin Piao, e todo o mundo se trata de camarada. Começa uma fase terrível; e eu, dada a minha vocação cristã de sofrer no martírio, vou assumir tudo isso, aceito agora em nome da proletarização. Dizem-me que sou um pequeno burguês, que nunca deixei de ser. Então, porque sou um pequeno burguês, tenho de passar por um processo de proletarização, o que significa purgar todas as vestes de pequeno burguês e tornar-me um operário. Se eu cumprisse isso teria condições de ser um militante revolucionário, um verdadeiro marxista-leninista-maoísta, pronto para me reincorporar na nova organização, no novo partido do operariado que tinha surgido no Brasil!

Deveria ter chegado para os companheiros e dito: ‘Vocês estão todos loucos, então até logo, vou conversar com gente mais normal.’ Mas não consegui fazer isso e fiquei louco, com os loucos.<sup>14</sup>

Betinho, pelo menos, conseguiu sobreviver. Virou uma espécie de consciência crítica da sociedade brasileira, uma pessoa tão respeitada que o presidente Itamar Franco entregou-lhe a condução da luta contra a fome, para que o programa tivesse um mínimo de credibilidade. Outros tiveram menos sorte e morreram em combate ou nas salas de tortura da repressão política.

Ao contrário das organizações ligadas a Cuba, a AP defendia uma prioridade para o trabalho de massas, sobretudo no campo. O capítulo “Tática” do seu programa, dizia:

Na etapa de preparação da guerra popular, as formas fundamentais de luta são não armadas. Contudo, o povo tem o direito e o dever de recorrer desde o início à sua justa violência, em caráter defensivo e segundo as condições concretas de cada lugar. E são também indispensáveis desde o início ações armadas pioneiras de várias modalidades, a serem conduzidas em união estreita com o movimento de massas, segundo as condições concretas de cada lugar e voltadas para despertar e organizar as massas.<sup>15</sup>

E agora, José? Como se traduziram em atos concretos todas essas intenções revolucionárias, as do foco guerrilheiro e a maoísta, da guerra popular prolongada, que deveria fazer com que o campo cercasse as cidades?

A resposta foi uma atividade revolucionária de tal forma modesta que não reteve a atenção de nenhum dos estudiosos da guerra insurrecional em nível mundial. As condições econômicas, as tradições político-partidárias do país e a origem de classe da maioria dos militantes não conduziam a um movimento armado de grandes massas. O resultado foi inverso ao desejado pelos revolucionários: o fortalecimento da extrema-direita militar. Marx dizia que a ignorância não ajuda ninguém. Lênin escreveu que o acaso favorece sempre a polícia. Involuntariamente, os defensores da luta armada no Brasil deram razão a ambos.



### **A esquerda vai à luta**

Às 5:00h da manhã de 26 de junho de 1968 um caminhão Chevrolet carregado de dinamite foi lançado contra o quartel-general do II Exército, localizado do lado oposto do ginásio do Ibirapuera, na capital de São Paulo. O caminhão havia sido roubado por militantes da VPR, um dos grupos que procuravam derrubar o regime militar através da guerrilha urbana. Dois guerrilheiros saltaram do caminhão em movimento depois de acender a mecha dos explosivos. O caminhão, desgovernado, bateu em um poste, não chegando até o muro do quartel. Um sentinela, o soldado Mario Kozel Filho, chegou perto e morreu na explosão que, segundo a France Press, causou ferimentos em mais cinco soldados.

Três dias antes, militantes da mesma VPR, usando uniformes do Exército, haviam entrado de ambulância no Hospital Militar do Cambuci, também em São Paulo, e roubado os onze fuzis da guarnição.<sup>1</sup>

Indignado, o general Manoel Carvalho Lisboa, comandante do II Exército, lançou pela imprensa um desafio: “Atacaram um hospital! Que venham atacar o meu quartel.” O principal chefe da VPR era o ex-sargento Onofre Pinto, e havia na organização vários outros ex-militares. Resolveram aceitar o repto, sem avaliar com cuidado as consequências disso sobre sua própria organização e os demais movimentos armados, ainda que fosse fácil prever uma enorme reação dos órgãos policiais e militares a um ataque à sede do poder militar na maior cidade do Brasil.<sup>2</sup>

Esse atentado selou a sorte da Constituição de 1967, que o marechal Castelo Branco fizera votar. Um importante grupo de generais, secundados por alguns civis, que já estudava a idéia de um golpe dentro do golpe de 64, passou a achar impossível manter o regime, desafiado por manifestações estudantis e, já agora, por contestações militares, caso o Congresso permanecesse aberto, a imprensa livre e os tribunais capacitados a anular prisões arbitrárias, através da concessão de *habeas corpus*.

A linha dura lutava contra o *habeas corpus* desde o início do regime militar. A primeira crítica explícita foi referente ao caso da prisão como subversivo, em Recife, de um economista chamado Sérgio, filho do marechal Taurino de Resende, amigo íntimo do presidente Castelo Branco. Informando o Presidente a respeito, o general Antônio Carlos Muricy, comandante do IV Exército, telegrafou, em 26 de setembro de 1964:

Informo a V. Excia. que a concessão de sucessivos *habeas corpus* vem causando preocupações nos meios civis e militares, encorajando a ação da contra-revolução nessa área.<sup>3</sup>

Afinal, os militares brasileiros não tinham a capacidade dos ingleses, dos italianos e dos alemães, que enfrentavam os atentados do IRA, na Irlanda, das Brigadas Vermelhas, na Itália, e do grupo Baden-Meinhoff, na Alemanha, sem torturas e sem quebras da legalidade democrática. Aliás, o apreço que tinham pela democracia era mínimo, para não dizer nenhum.

Os generais aceleraram, a partir daí, as articulações para abolir o que restava de garantias aos cidadãos brasileiros. Essas articulações eram lideradas pelo chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Emílio Garrastazu Médici, o ministro da Justiça, Gama e Silva, vulgo Gaminha — que tinha sempre na pasta várias versões de atos institucionais, cada uma mais totalitária que a outra —, e pelo chefe da Casa Militar da Presidência, general Jayme Portella, o mais íntimo assessor do general Arthur da Costa e Silva, presidente da República. Na Aeronáutica, o grupo golpista pensava em usar a unidade de elite do Parasar para realizar grandes atentados, cuja culpa seria lançada sobre os comunistas, como estopim para a ditadura total.<sup>4</sup>

Portella, no livro que publicou sobre o governo Costa e Silva, menciona as ações da guerrilha urbana apenas de passagem, mas dá amplos detalhes sobre as intrigas que teceu, até mesmo contra o senador Daniel Krieger, líder do governo no Senado e amigo pessoal do presidente, e das iniciativas que tomou para precipitar uma crise com o Congresso, com o objetivo de implantar uma ditadura sem entraves.<sup>5</sup>

Carlos Castelo Branco, o príncipe dos analistas políticos, registrou na sua coluna do *Jornal do Brasil*, em 2 de abril de 1968, que o partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), examinava informações segundo as quais o governo estudava a edição de um novo ato institucional. Portanto, tal como na *Crônica de uma morte anunciada*, de García Márquez, o assassinato do que restava de democracia no Brasil vinha sendo premeditado muito antes da sua concretização pelo Ato Institucional nº 5, o AI-5, em dezembro de 68.

O assalto ao Hospital Militar do Cambuci e o atentado contra o Quartel General do II Exército também foram observados, mas por um ângulo oposto, por outro militar: o capitão Carlos Lamarca. Chefiando uma companhia do 4º Regimento de Infantaria, teve relatórios circunstanciados de ambas as ações, porque os soldados da guarda, tanto no hospital como no quartel, eram seus comandados. Ou seja: Mario Kozel Filho, vítima do atentado, servia sob suas ordens.

Segundo Emiliano José e Oldack Miranda, seus biógrafos, para Lamarca “aquilo representava um passo adiante. Aquele era um pessoal sério, não era só de blá-blá-blá”. A partir desses episódios, Lamarca, que vinha buscando formas de lutar contra o regime militar há muito tempo, procurou contatos com a VPR e com Carlos Marighella, líder da ALN, com quem se encontrou em setembro de 1968.<sup>6</sup>

## **Todos para o assalto, isto é um banheiro!**

Há uma certa confusão a respeito de quais teriam sido as primeiras ações das organizações de esquerda que optaram pelo enfrentamento armado com o regime militar.

Jacob Gorender diz que a primeira ação, ainda sem responsabilidade organizativa, teria ocorrido em Presidente Epitácio, no Oeste de São Paulo, em 24 de setembro de 1967. Nesse dia, um grupo de campo-

neses, chefiado pelo militante comunista Edmur Pérícles de Camargo, matou um fazendeiro chamado Zé Dico, grileiro de terras com quem tinham um conflito.

Herbert José de Sousa, o Betinho, acha que a primeira ação aconteceu em 1966 e foi frustrada. Ele conta:

Despreparados, militantes da AP decidem assaltar um banco no interior da Bahia, com o objetivo de arrecadar fundos para financiar a guerrilha. Uma pessoa ficou muito nervosa na hora de anunciar o assalto e gritou da porta: ‘Todos para o assalto, isto é um banheiro!’ E falou com aquela voz peremptória, procurando disfarçar o nervosismo na firmeza da ordem. Nisso, um contínuo começou a gritar porque ficara perplexo, sem saber onde devia entrar, se no assalto, se no banheiro. Deu-se o descontrole generalizado, alguém atirou e houve um morto ou ferido, não me lembro bem. O pessoal fugiu e todo mundo achou que se tratava de ladrões comuns, malsucedidos.

O fiasco fez a AP desistir para sempre de assaltos a bancos, apesar da penúria em que vivia. Maoísta desde 1966, a organização sonhava com a implantação de uma guerrilha no campo, ponto de partida para a “guerra popular prolongada”, segundo o modelo chinês.

Na realidade, a primeira contestação violenta ao regime militar foi um ato praticado por dois militantes da AP, em 1966, ato condenado pela organização, que não o autorizara: a colocação de uma bomba no aeroporto dos Guararapes, no Recife, que provocou mortos e feridos. A bomba visava ao general Costa e Silva, ministro do Exército, então candidato à Presidência contra a vontade do marechal Castelo Branco e da sua equipe. Conta Betinho, que não tem razões para mentir:

Ao sermos informados, na direção da AP, ficamos em pânico. Não havíamos decidido nada daquilo, sujeitando-nos a uma represália violentíssima, se a repressão descobrisse que os carros pertenciam aos nossos quadros. Os dois responsáveis passaram por uma reeducação ideológica, de efeito tão improdutivo como o atentado. Um deles foi designado para trabalhar em uma área camponesa no interior do Estado do Rio. Dois meses depois nos procurou para dizer que ia tudo muito bem, porque ele conseguira umas quarenta bananas de dinamite em uma pedreira da região.

Isso indicava tratar-se, em definitivo, de uma pessoa ensandecida.<sup>7</sup>



## **A ALN pega no fuzil**

Itobi Alves Correa Jr., hoje um pacato senhor de cabelos brancos, chefe de gabinete do secretário municipal de Cultura do prefeito Paulo Maluf, fez parte do primeiro grupo de trabalho armado organizado pela ALN. Ele é preciso sobre suas atividades iniciais:

O primeiro assalto a banco foi em janeiro de 1968, chefiado pelo próprio Marighella, contra uma agência da avenida Angélica, no bairro de Higienópolis, em São Paulo. Marighella queria mostrar com um exemplo concreto como era fácil tirar dinheiro dos bancos. Ele tinha pressa em pôr em prática a palavra de ordem segundo a qual o dever de todo revolucionário é fazer a revolução. Por isso, o assalto foi feito quase sem preparação e tão sem cobertura que alguns participantes tiveram que fugir de ônibus. Marighella assaltara o banco de cara limpa, sem disfarce algum. As testemunhas, interrogadas pela polícia, disseram que o assaltante era o cantor Ciro Monteiro. Ciro era também mulato e careca. O que não se sabe é se chegou a ser incomodado.<sup>8</sup>

Que assaltar era fácil, era mesmo. Segundo as estatísticas de *O Estado de S. Paulo*, os assaltos a bancos em São Paulo, apenas dois em 1967, pularam para onze em 1968 e só no primeiro semestre de 1969 chegaram a 31. Sem falar nos assaltos a cinco carros blindados e um trem pagador. Tão fácil era assaltar bancos, que fazê-lo passou a ser uma espécie de vestibular da luta armada, tarefa que se dava aos iniciantes.

Claro: nem todos esses assaltos foram organizados pela ALN. Outras organizações armadas, especialmente a VPR, também procuravam financiar-se através desse tipo de ação.<sup>9</sup> Os bandidos é que ainda não tinham descoberto a mina, e só viriam a fazê-lo depois de conviver com os presos políticos no presídio Tiradentes, em São Paulo, e na Ilha Grande, no Rio de Janeiro.

## **Os estudantes guerrilheiros**

Em 1970, o Estado-Maior do Exército fez uma pesquisa sobre a idade e a origem de classe de quinhentos presos políticos. Chegou à conclusão de que 56% eram estudantes ou pessoas que haviam deixado a área estudantil havia pouco tempo, 4% a 5% eram operários não especializados, 4% eram camponeses e 3% militares cassados ou reformados

compulsoriamente. Os restantes 32% eram pessoas de condições sociais diversas, mas nenhum era analfabeto. Praticamente não havia negros. A idade média era de 23 anos e 80% eram homens. No Rio de Janeiro, as mulheres eram 26% do total; no Nordeste, eram pouco menos de 11%; no Sul, não chegavam a 2%.<sup>10</sup>

Essa amostragem leva a duas conclusões:

1. A grande sementeira para o recrutamento de militantes das organizações armadas foi, realmente, o movimento estudantil. Individualmente, os estudantes estavam proibidos de se manifestar, pela legislação restritiva dos direitos individuais, editada pelo regime, e pela repressão às manifestações de rua e às assembléias. Também não tinham canais coletivos de expressão, porque os diretórios acadêmicos haviam sido extintos.

Enquanto o conjunto do movimento, tanto no Brasil como no resto do mundo, inclusive do mundo comunista, revoltava-se contra a autoridade, qualquer que fosse a sua forma de manifestação, uma pequena parcela desse conjunto buscou o caminho extremo da contestação armada.

2. A classe operária não era mais, como nos tempos de Marx e Lênin, “a classe revolucionária”, motor das transformações sociais radicais.

O primeiro intelectual brasileiro a escrever com todas as letras essa heresia sobre a classe operária, heresia capaz de arrepiar os cabelos de qualquer marxista de botequim, foi Luís Carlos Bresser Pereira, em um livro chamado *Tecnoburocracia e contestação*, publicado pela Editora Vozes em 1972. Até hoje não se sabe como o ex-ministro da Fazenda escapou de ser queimado em uma fogueira no pátio da Fundação Getúlio Vargas, onde ensina. Talvez porque muito poucos leram um livro com um título tão rebarbativo.<sup>11</sup> Bresser dizia:

No século passado e no começo deste século, se havia uma classe potencialmente revolucionária, era ela a classe operária. As condições miseráveis em que vivia e trabalhava, a odiosa exploração de que era objeto, sua proletarização e massificação tornavam-na, naturalmente, a base de qualquer revolução. Mas essas condições foram se modificando. A predição de Marx do empobrecimento crescente da classe operária não se concretizou. Pelo contrário, seu padrão de vida melhorou sensivelmente em todos os países que se industrializavam.

Hoje, em quase todos os países do mundo, a classe operária é uma classe acomodada. Conseguiu um padrão de vida razoável e está satisfeita com ele.

E por que estudantes se tornavam revolucionários? Esse é assunto para outro capítulo, no qual cuidaremos dos movimentos estudantis no Brasil. No entanto, é preciso enfrentar desde logo um dos mitos mais caros ao regime militar: o do aliciamento, para as organizações armadas, dos estudantes verdadeiros por estudantes profissionais, obedientes a ordens vindas da União Soviética, da China ou de Cuba.

É um mito porque, em primeiro lugar, a idade média de 23 anos de militantes já presos faz supor que eles haviam entrado bem antes nas organizações. Logo, não devia haver entre eles “estudantes profissionais”, ou seja, militantes que permanecem indefinidamente no meio universitário, sustentados por seus partidos, com o objetivo de aliciar colegas. Em segundo lugar, se a palavra de ordem da URSS e da China fosse subverter as universidades do mundo capitalista, como explicar as revoltas estudantis ocorridas também nos países comunistas? Ou será que os estudantes esmagados pelos tanques chineses na Praça da Paz Celestial de Beijing estavam obedecendo aos russos, e os reprimidos pelos tanques russos na Praça Venceslau, de Praga, estavam ligados ao Partido Comunista da China?

Finalmente, recusar a motivação real dos estudantes, gerada em território brasileiro pelas condições da nossa sociedade, ainda que tenham sido eles estimulados por ideologias formuladas no exterior, como o marxismo, o maoísmo, o castrismo ou, no limite, o cristianismo, é considerá-los um bando de débeis mentais.

É como débeis mentais que os descrevia o general Antônio Carlos Muricy, que, juntamente com o almirante Pena Boto e o brigadeiro Penido Burnier, era um dos ideólogos do anticomunismo militar extremado. Em conferência pronunciada no Ministério da Educação em 11 de novembro de 1971, dizia ele:

O jovem é normalmente uma presa fácil, pois é geralmente sincero, bem-intencionado, tem o desejo de afirmar-se em seu meio, mostrar-se independente, além de possuir elevado sentimento de auto-suficiência. Não quer ser considerado atrasado ou reacionário. Sente-se ofendido quando o chamam de “quadrado” ou “pequeno burguês”.

Seqüioso de saber, ávido por ajudar, aceita sem grandes dificuldades os pontos de vista alheios, as frases estereotipadas, os lugares-comuns da teoria marxista.<sup>12</sup>

Essa visão, preconceituosa e paternalista, choca-se com o fato de terem entrado na luta armada alguns dos melhores alunos das melhores escolas secundárias e faculdades do país, além dos seus líderes políticos. Apesar da pouca idade e dos erros que cometeram, escreveram vários documentos e análises que revelam um volume considerável de leituras e um conhecimento pouco comum de problemas brasileiros e internacionais.

Na verdade, a luta suicida que os estudantes assumiram sacrificou uma parte da elite da juventude brasileira. Basta ver os postos de comando que os sobreviventes vieram a assumir no mundo universitário, político e empresarial para se avaliar a extensão das perdas.

Mas, sendo este um assunto futuro, por ora fica uma constatação, que traz em si uma das explicações para as dificuldades que as organizações armadas tiveram em recrutar quadros nas camadas menos educadas do povo: como apenas 6% dos brasileiros têm curso superior ou chegaram a matricular-se um dia em uma universidade, o modo de pensar e de falar, os comportamentos e até a cor da pele dos militantes eram diferentes dos da massa da população, que não os compreendia.

## **A gangue da metralha**

Marighella conseguiu levar para a ALN 70% das bases estudantis do Partido Comunista Brasileiro em São Paulo, parte dos seus militantes operários e parte das bases nas profissões liberais. Quase todos os estudantes vinham da Faculdade de Filosofia, que funcionava na rua Maria Antônia, e, sobretudo, da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, histórica matriz de formação das lideranças políticas paulistas.

Ser presidente do diretório acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito, era passaporte quase certo para uma carreira política. Em 1968, dois ex-presidentes tinham mandatos de deputados federais: Ulysses Guimarães, raposa velha, e Hélio Navarro, eleito em 1966. Outros, como Almino Afonso e Roger Ferreira, tinham tido os seus

mandatos cassados pelo regime militar. Portanto, seria normal que o líder dos estudantes de Direito optasse sempre pela luta legal contra o autoritarismo, quaisquer que fossem as dificuldades para realizá-la.

Não foi o que fez o presidente do XI de Agosto em 67, Aluísio Nunes. Membro da juventude do PCB, acompanhou o racha de Marighella e entrou na luta armada. Embora não chegasse a participar diretamente de ações violentas, fez parte do grupo de cobertura ao assalto ao trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, em 10 de agosto de 1968. É provável que sua vida tenha sido salva por uma bolsa de estudos que havia pedido ao governo francês logo antes de formarse. Quando soube que a bolsa fora concedida, Marighella incentivou-o a ir para Paris, preparar-se para o futuro e cumprir, para a organização, missões de divulgação e de contatos com a esquerda européia. Pensava que a luta no Brasil seria longa e que esse tipo de trabalho poderia ser útil.

Com seis meses de Europa, em contato com estruturas políticas poderosas e organizadas como os partidos comunistas da França e da Itália, que haviam optado por respeitar as regras da democracia, e, apesar dessa opção, ou por causa dela, tinham profunda inserção nas suas sociedades, Aluísio começou a perceber os erros do guerrilheirismo da ALN. Um ano mais tarde, morria Marighella, e o seu, “embaixador” perdia a razão de ser. Aluísio voltou ao Brasil com a anistia, foi deputado estadual e é hoje vice-governador de São Paulo.<sup>13</sup>

O famoso assalto ao trem pagador foi um dos mais preparados pelo primeiro Grupo de Trabalho Armado da ALN. As suas viagens rotineiras haviam chamado a atenção de um ferroviário comunista, que as assinalou a Marighella. Feito o levantamento do trajeto, ficou decidido que o melhor lugar para o assalto era nas proximidades de um viaduto.

Quando estava tudo pronto, dia marcado e tudo, um anarquista grego chamado Sábado Dinotos resolveu lançar uma bomba justamente no viaduto escolhido. A bomba explodiu, e durante dois ou três meses as vizinhanças ficaram cheias de investigadores da polícia política, que tentavam descobrir cúmplices do grego. O assalto foi adiado. Quando finalmente realizado, com uma presa de US\$ 21 mil para os guerrilheiros, a polícia ficou sem pistas.

Segundo um dos assaltantes, João Leonardo da Silva Rocha, o sucesso foi péssimo:

O pior de tudo foi que, no fundo, começávamos a acreditar que éramos heróis. Adormecemos contentes com os comentários da imprensa e os reiterados fracassos da polícia. Essa perda de visão crítica trouxe graves complicações: falta de vigilância, clima de euforia, sectarismo em relação a outros grupos que surgiam para a luta armada, subestimação do papel das massas e dos seus movimentos, machismo, etc.<sup>14</sup>

Durante algum tempo os assaltos guerrilheiros não foram identificados como políticos pela polícia. Envoltos em mistério, muito bem organizados em comparação com a bandidagem da época, montando ações que envolviam um número relativamente grande de pessoas e armas pesadas, despertaram a imaginação de um veterano repórter policial de São Paulo, Orlando Criscolo, do *Diário da Noite*. Ele começou a romantizar os assaltantes, que batizou de “gangue da metralha”. Jurava em cruz que eram estrangeiros — argentinos, talvez porque no Brasil não havia marginais capazes de tanta disciplina e coordenação.

Criscolo não deixava de ter alguma razão. Marco Antônio Braz de Carvalho, o Marquito, comandante do primeiro GTA, um fluminense atarracado, um pouco mais velho que os comandados, cheio de ternura para com crianças e friamente implacável na ação, defendia a tese de que era muito mais útil ler sobre os assaltos de Dillinger, bandido americano dos anos 30, que ler Marx ou Lênin. Por aí pode-se imaginar o grau de militarismo a que tinham chegado.

Em janeiro de 1969, Marquito foi morto em um apartamento usado pela ALN, em São Paulo, ao enfrentar a polícia. A notícia da sua morte foi proibida, mas Criscolo arrumou um jeito de noticiá-la, como homenagem ao profissionalismo do seu personagem preferido. Foi preso para aprender a obedecer à censura.

## **A aventura de Lamarca**

Carlos Lamarca nasceu no Estácio, bairro do Centro do Rio de Janeiro, em 1937, filho de um sapateiro. Com dezessete anos de idade entrou para a Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre, depois de repro-

vado duas vezes em concursos que prestou em São Paulo e Fortaleza. Era um rapaz ordenado, disciplinado e persistente, persistência que o levou a ser o único dos quatro irmãos a conseguir entrar em um curso superior.

Na Academia Militar das Agulhas Negras teve o seu primeiro contato com a literatura de esquerda, pois mãos misteriosas deixavam a *Voz Operária* sob os travesseiros de alguns cadetes considerados abertos à pregação comunista.

Lamarca iniciou a vida como se espera de um jovem oficial: casou-se com a namorada de infância, Marina Pavan, e teve um primeiro filho, César. Foi servir em um regimento em Quitaúna, Osasco, na grande São Paulo. Em 1962, foi designado para uma missão de treze meses no Batalhão Suez, integrante das tropas de paz das Nações Unidas, na Faixa de Gaza, entre o Egito e Israel. Era uma maneira de ganhar mais e de economizar, para enfrentar as despesas com a filha, Cláudia, que acabava de nascer.

No Egito, segundo Marina contou aos biógrafos do marido, é que Lamarca tomou consciência da pobreza e das injustiças sociais. Ao regressar ao Brasil foi designado para uma unidade em Porto Alegre, onde ficou até 1965, ano inicial do seu processo de engajamento político.

Voltando para Quitaúna, Lamarca encontrou-se com um companheiro antigo, o sargento Darcy Rodrigues, que havia passado dois meses preso em 1964 mas fora reintegrado ao Exército. Darcy fazia um trabalho de convencimento político no quartel, a pretexto de organizar um clube de amigos. Com esse grupo Lamarca começou a estudar textos de guerrilha, livros de Che Guevara, Mao Tsé-tung e Lênin.

Darcy serviu de ponte para os primeiros contatos organizacionais de Lamarca com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), formado por suboficiais e sargentos ligados a Leonel Brizola. Em princípios de 1968, após o fracasso da guerrilha de Caparaó, a maioria dos integrantes do MNR juntou-se a uma cisão do grupotrotskista ORM-Polop, sigla que queria dizer Organização Revolucionária Marxista Política Operária, para formar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), tendo como líder o sargento Onofre Pinto.

Sempre fiéis à sua formação militar, Lamarca e Darcy começaram a desviar munições e explosivos para a VPR, que não parece ter sabido

direito o que fazer com o material. Em setembro de 68, Lamarca encontrou-se com Marighella, que o convidou a chefiar os grupos armados da ALN e a assinar com ele, logo após o seu desligamento do Exército, um manifesto conclamando o povo brasileiro à revolução. Ambas as propostas foram recusadas. O capitão Lamarca, com o seu rígido pensar hierárquico, passara a considerar-se subordinado do sargento Onofre.

Onofre, que terminaria sendo raptado na Argentina e morto pela repressão, garantia a Lamarca que a VPR já dispunha de uma base rural suficiente para começar uma guerrilha no campo, o sonho das organizações armadas. Seriam 2 mil camponeses no Pará, em área já levantada. Lamarca só descobriria a mentira depois de ter dado o passo definitivo: junto com Darcy Rodrigues, um soldado e um cabo, fugiu do quartel de Quitaúna, levando consigo munição e 63 fuzis FAL.<sup>15</sup>

Paralelamente, uma jovem judia, criada na mais pura tradição judaica da Hungria e precocemente casada com um médico conservador, descobria a política, a vida universitária, a liberdade sexual e as teorias comunistas. Chamava-se Iara Iavelberg e entrou para a Polop. Separou-se do marido, estudou psicologia, participou dos combates estudantis e das passeatas. Namorou José Dirceu, galã de matinê, líder estudantil e presidente do Diretório da Faculdade de Direito da PUC, apesar de ser ele do PCB, um anátema para os trotskistas da Polop. Iara era uma derrubadora de mitos e de preconceitos.

A Polop rachou, por algum desses motivos sutis e inexplicáveis que fracionavam os revolucionários da época. Um dos seus pedaços juntou-se ao MNR para formar a VPR. Iara foi junto. Em outubro, foi designada para dar assistência política ao grupo de militares de Quitaúna. Conheceu Lamarca como professora de revolução. Meses mais tarde, encontraram-se como homem e mulher. O amor total, a ligação estável que Iara procurara a vida inteira, viveu nos sustos de uma clandestinidade que durou pouco.<sup>16</sup>

Lamarca foi morto na manhã de 21 de agosto de 1971, quando dormia, exausto, debaixo de uma árvore, perto de Brotas, no interior da Bahia. O major Newton Cerqueira, hoje general e presidente do Clube Militar, comandou a caçada. Emiliano José e Oldack Miranda descrevem o desenlace, no livro *Lamarca, o capitão da guerrilha*:



Excitado, o major Cerqueira, depois de vê-lo morto, saiu gritando: 'Eu matei! Eu matei! Alagoano é foda! Alagoano é foda!'<sup>17</sup>

Dias antes, cercada pela polícia em um apartamento em Salvador, Iara Javelberg preferiu suicidar-se a ser presa e torturada.

## **A guerra era secreta**

As discussões no interior das organizações guerrilheiras, os seus planos, dramas e cisões, eram totalmente desconhecidos do grande público e dos políticos de oposição ao regime militar. Mesmo os deputados paulistas mais ligados aos estudantes e aos sindicatos, como Hélio Navarro, ex-presidente do XI de Agosto, e Davi Lerer, médico do Sindicato dos Metalúrgicos, não tinham a mais vaga idéia do que realmente acontecia nesse mundo clandestino. Além disso, eram discriminados, tanto por estudantes como por operários, que os consideravam, pelo fato de serem deputados, coniventes com a ditadura e suportes da ideologia burguesa. Davi Lerer foi impedido de falar aos metalúrgicos em greve em Osasco. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, José Ibrahim, já aderira à VPR. Nem Hélio nem qualquer outro deputado federal se atrevia a falar aos estudantes, cientes de que seriam vaiados e repelidos. O radicalismo casava-se com a intolerância, para gozo da repressão e do regime militar.

Somente quatro ações armadas tiveram a sua conotação política noticiada pela imprensa ao longo de 1968: os ataques ao hospital militar do Cambuci e ao Quartel-General do II Exército, o assassinato do major americano Charles Chandler, em 12 de outubro, ultimado por um comando da VPR que o considerara professor de torturas no Vietnã, e o assalto, em 13 de novembro, de um carro pagador do Instituto de Previdência da Guanabara. Esse assalto foi comandado pessoalmente por Carlos Marighela, que viera ao Rio de Janeiro só para essa ação. A motivação política tornou-se conhecida com a prisão e interrogatório, sob tortura, de um dos participantes.

A conseqüência dessa extrema clandestinidade foi a frustração de um dos componentes básicos da guerra irregular — a sua publicidade. Friedrich von der Heydte, um dos teóricos da guerra irregular moderna mais conhecidos dos militares brasileiros, escreveu a respeito:

Guerra irregular é principalmente guerra psicológica. A propaganda, em consequência, é uma arma que o guerrilheiro não pode dispensar em fase alguma da guerra. Na estrutura de preparação, a propaganda tem uma tarefa tríplice. Primeiro, deve consolidar as fileiras dos futuros guerrilheiros; deve também, em segundo lugar, difundir a idéia em nome da qual a guerra irregular vai ser conduzida por amplas camadas da população e assim conquistar novos amigos para o movimento; finalmente, deve enfraquecer o poder e a vontade de resistir do adversário.<sup>18</sup>

Nenhum desses objetivos foi alcançado pelas organizações armadas. Comparada com outros movimentos que se processavam na América Latina, a guerrilha brasileira, que teve uma importância fundamental para a implantação da ditadura do AI-5, era de tal forma reduzida que nenhum dos estudiosos americanos ou europeus a menciona. Uma canção do Centro de Cultura Popular (CPC) da UNE dizia: “Mas um dia o Gigante acordou — uah! — e nasceu um país subdesenvolvido, subdesenvolvido, subdesenvolvido...” Até em guerrilhas.

### **A classe média vai ao paraíso**

Começaram em 1968 os sete anos de vacas gordas do “milagre econômico” do regime militar.

Enquanto os estudantes universitários, filhos da classe média, iam para as ruas enfrentar a polícia e alguns entravam nas primeiras ações da guerrilha urbana, seus pais começavam a ganhar dinheiro como nunca. As ofertas de emprego choviam. O arrocho salarial só existia para os funcionários públicos pouco qualificados e os operários. Começavam os tempos de glória de Sérgio Dourado, com os apartamentos de três quartos em São Comado, e do padrão global da “vênus prateada”, comandada por Walter Clark. Os executivos tupiniquins eram mais bem pagos que os norte-americanos. .

Jovens operários, já na segunda geração das indústrias de Osasco, criavam as comissões de fábrica, raiz do novo sindicalismo, e partiam para uma greve de modelo francês, com ocupação dos locais de trabalho e prisão dos patrões. Uns poucos também iriam engrossar as fileiras da guerrilha. Ao longo de quatro anos haviam sofrido a redução do poder de compra dos salários. Esta tinha sido a única política consistentemente mantida no programa antiinflacionário do governo Castelo Branco, encerrado em março de 67. A parcela dos salários no produto interno bruto (PIB) passou de 55,5% em 1959 para 52% em 1970, apesar da produtividade média na economia ter crescido a uma taxa de 9,1 % ao ano. Era natural que os trabalhadores com tradição industrial reclamassem uma fatia maior do bolo.

Já os seus primos pobres, saídos do campo, recém-chegados do Nordeste ou de Minas Gerais, atendiam às ofertas das empresas, que retomavam freneticamente as atividades após os anos de recessão. Para esses recém-chegados, viver nas cidades e ter um emprego fixo, com carteira assinada, já era uma revolução, e muito concreta. Não precisavam da revolução que existia na cabeça dos companheiros politizados, freqüentadores dos sindicatos, ainda que também eles eventualmente reclamassem do arrocho salarial.<sup>1</sup>

## **A esquerda custou a ver**

A economia brasileira engrenava uma arrancada como jamais se vira, com taxas médias de crescimento de 11,2% ao ano, entre 1968 e 1973. As esquerdas, cujos principais economistas estavam exilados, custaram a se dar conta da realidade.

Em parte, porque Celso Furtado, o seu mais renomado e competente mestre, ainda acreditava na teoria da estagnação do capitalismo brasileiro, pois não concebia a possibilidade de um crescimento econômico baseado em uma desigualdade crescente entre as diversas classes sociais e entre as regiões do país. Estava ofuscado por sua própria experiência pessoal, pois dedicara a vida inteira, como pensador e como executivo, a tentar reduzir essas diferenças. Constatava o fim de um ciclo da industrialização substitutiva de importações e não imaginava saídas. Pensava que a equipe econômica do governo Castelo Branco levava o Brasil a um processo de “pastorização”, ou seja, uma volta ao campo, ao Brasil agrário e exportador de alimentos, como nos séculos passados. Acreditava na destruição sistemática da indústria por falta de investimentos, porque essa equipe via a realidade brasileira como parte da segurança norte-americana, a quem não interessaria o desenvolvimento das economias-satélites. Essa visão baseava-se no conhecimento que tinha de um plano norte-americano para a Alemanha do pós-guerra, que não chegou a ser implementado. Essa hipótese, no entanto, se teve alguma validade no tempo do poder absoluto da dupla Campos-Bulhões, foi desmentida pela mudança de estratégia introduzida pelo grupo de Delfim Neto depois de 1967.<sup>2</sup>

Só em fins de 1970 a geração de economistas de esquerda seguinte à de Furtado — Maria da Conceição Tavares, Antônio Barros de Castro, Luís Carlos Bresser Pereira, José Serra — começou a publicar as suas análises do modelo de desenvolvimento, baseado na concentração da riqueza na classe média e na classe empresarial.

“Além da Estagnação”, o artigo que deu o ponto de partida ao ciclo de críticas às conseqüências sociais do “milagre”, foi apresentado em novembro de 1970 em Santiago do Chile, no II Seminário Latino-Americano para o Desenvolvimento, promovido pela Unesco e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), por Maria da Conceição e José Serra, sendo posteriormente publicado na mais prestigiosa revista econômica da América Hispânica, o *Trimestre Económico*, do México.<sup>3</sup> Bresser Pereira, sem conhecer esse texto, anunciou as mesmas conclusões em uma longa entrevista publicada na revista *Visão*, em dezembro do mesmo ano.

A geração posterior — Eduardo Suplicy, Edmar Bacha, Andre Lara Rezende, Persio Arida e outros — estava ainda se doutorando nas melhores universidades dos Estados Unidos. Foi em Yale, uma elegantíssima universidade cheia de prédios neogóticos cobertos de hera, que Bacha descobriu ser o Brasil uma Belíndia, mistura de Bélgica e Índia, metáfora que forjou em um belo artigo e que é até hoje utilizada.

Parte da cegueira da esquerda deveu-se, ainda, a que os teóricos ultra-esquerdistas, em grande voga na América Hispânica — trotskistas como Rui Mauro Marini e Teotônio dos Santos — não eram economistas. Eram sociólogos que preferiam ler neomarxistas europeus a examinar as contas da *Conjuntura Econômica*. Sem manejar direito os instrumentos da análise econômica clássica, sabiam mais de ideologia que da realidade.

Um dos primeiros a perceber a realidade, porque a vivia no Brasil, foi o capitão Carlos Lamarca. Seu companheiro Alfredo Sirkis conta que, durante os longos quarenta dias da negociação da troca do embaixador da Suíça — seqüestrado — por presos políticos, em 1970, ele estudou estatísticas econômicas, chegando à conclusão de que era ridículo, naquele momento, “pretender que o capitalismo brasileiro vivia uma crise de estagnação. Havia três anos crescia a mais de 10% ao ano, e a esquerda era a última a reparar.”<sup>4</sup>

## **Delfim desobedece ao FMI**

Antônio Delfim Neto, um economista de quarenta anos de idade que tivera flertes de juventude com o Partido Socialista, tornou-se o imperador da economia brasileira no dia 15 de março de 1967, com a posse do general Arthur da Costa e Silva na Presidência. Órfão de pai muito cedo, começou a trabalhar aos quatorze anos de idade, como contínuo da Gessy Lever, quando parece ter-se desgostado para sempre de ser pobre e de com pobres lidar. Conseguiu entrar para a Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, tornou-se presidente do centro acadêmico e daí para a frente colocou a sua inteligência e capacidade de articulação política a serviço das elites de São Paulo.<sup>5</sup>

Ao chegar ao Ministério da Fazenda, Delfim tratou primeiro de estabelecer sua liderança sobre o Ministério do Planejamento, de onde Roberto Campos dera as ordens no período anterior. Este último era órgão ocupado por Hélio Beltrão, um sobrevivente da equipe de governo de Carlos Lacerda, na Guanabara, homem inteligente, conversador suave, tocador de violão, mas sem a gana de poder do seu colega paulista. Não houve resistências.

Depois, tratou de reverter a política de seu padrinho político, Roberto Campos, a quem devia as indicações para a Secretaria da Fazenda de São Paulo, em 1966, e para o próprio ministério.

Reverter, no caso, consistiu em mudar as prioridades da política econômica que haviam sido impostas a ferro e fogo durante o governo Castelo Branco. Essa política, que provocara uma brutal recessão, parecia muito com a que sucessivos ministros da economia implementaram a partir da segunda metade do governo Sarney, no final da década de 1980: aumento de impostos, cortes nos gastos públicos, arrocho salarial, arrocho no crédito, eliminação de subsídios e aumento das tarifas públicas (energia elétrica, telecomunicações, transportes, enfim, todos os serviços que o governo fornece à população). Isso corresponde às medidas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para todos os países do mundo, estejam eles em dificuldades permanentes ou provisórias, sejam plenamente industrializados, como a Inglaterra, semi-industrializados, como era o Brasil da época, ou quase tribais, como o Zaire, antigo Congo Belga.

Até aquela época, e desde então, essas receitas nunca conseguiram fazer com que um país pobre ficasse mais rico ou que os pobres de algum lugar melhorassem de vida. Em uns poucos países, como o Chile ou a Bolívia, conseguiram controlar a inflação e melhorar muito a vida dos ricos e de algumas camadas remediadas. No entanto, não tivessem sido aplicadas, a equipe de Delfim possivelmente não teria tido o mesmo sucesso em implantar o modelo de crescimento desigual. Dez anos mais tarde, no governo Figueiredo, quando as finanças públicas estavam mais deterioradas, Delfim tentou uma reprise do “milagre” e fracassou redondamente.

As receitas do FMI são ideológicas, quer dizer, tomam conta da cabeça dos tecnocratas como a crença em uma religião revelada por Deus, com dogmas que não admitem discussão. São adotadas porque os seus métodos de difusão são parecidos com os que os soldados portugueses usavam para difundir a religião católica na Índia. Eles encostavam o fio da espada na garganta dos indianos e diziam: “Crê ou morre!” Os tecnocratas de hoje seguram as torneiras dos créditos internacionais e exigem que os governantes, para não morrerem de sede, adotem suas receitas.

São adotadas, também, porque encontram sempre sócios poderosos, tanto nas classes dominantes locais, principais beneficiários de medidas que provocam a concentração da riqueza, como nas multinacionais, que vendem para as classes dominantes locais, e na alta burocracia internacional, que manda no Banco Mundial, no Banco Interamericano de Desenvolvimento e nos demais organismos que controlam o fluxo de dinheiro oficial no mundo. .

Delfim não era ideológico nem religioso. Ao contrário. Quando mais tarde brigou com um ministro da Agricultura, um fazendeirão gaúcho chamado Cirne Lima, soube-se que dizia ser o Estado “um ente essencialmente aético”. Quer dizer: considerava o Estado um organismo que não se rege por regras morais.

Ao assumir o poder, fez um diagnóstico da economia brasileira que recomendava a retomada do crescimento, o que poderia ser conseguido sem provocar uma forte pressão inflacionária porque a maior parte das fábricas estava com um quarto das suas máquinas paradas, o que em economês se chama “capacidade ociosa elevada”. Achou, também,

que a inflação não era o resultado de um excesso de demanda, ou seja, de um número exagerado de pessoas querendo comprar bens, exagero provocado pelos excedentes de salários e pelos gastos públicos — tese defendida pela dupla Campos-Bulhões contra todas as evidências empíricas —, mas sim o resultado de custos de produção altos, determinados por juros elevados, por pouco dinheiro na economia e por mercados pequenos demais para permitir que os industriais aumentassem suas vendas e diminuíssem o preço de cada unidade que produziam.

## O paraíso do crediário

Finalmente, como mandava no Estado, Delfim tratou de aumentar o tamanho deste, ainda mais do que fizera Roberto Campos, criador do Banco Nacional da Habitação e de várias outras estatais. Aumentava, dessa forma, o seu próprio poder. Para dar uma idéia dessa sede de poder: entre 1968 e 1974 foram criadas 231 novas empresas públicas. Foi um recorde, sobretudo para quem hoje se diz contra a presença do Estado na economia, como é o caso dos deputados Campos e Delfim.

As empresas estatais, responsáveis por 26% do patrimônio líquido da indústria brasileira em 68, quatro anos mais tarde já detinham 32%. O governo passou a reter 50% dos depósitos bancários, a quase totalidade dos recursos para financiar investimentos, 80% da energia elétrica, 72% da siderurgia, 80% das exportações de minério de ferro e 80% da exploração, refino e distribuição de petróleo.

Com todos os cordões nas mãos — os do Tesouro, do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Banco Central e, sobretudo, os da mais poderosa arma da administração brasileira, que é o *Diário Oficial*—, a equipe de Delfim resolveu favorecer os industriais, os grandes fazendeiros e o grande comércio. Esse favorecimento, aliás, embora tivesse a sua parcela de opção, dependia menos de decisões conjunturais dos governantes do que da opção estratégica, que era a adoção do modelo de crescimento baseado nas indústrias automobilística e de eletrodomésticos, bens de consumo ao alcance apenas da parcela mais rica da população.



A política escolhida tinha no crédito dois pilares: internamente, soltou o crédito para os empresários, emprestando muitas vezes o dinheiro dos bancos oficiais com juros abaixo da inflação; e passou uma montanha de dinheiro para as empresas que financiavam a venda a prestação de bens duráveis, como automóveis, geladeiras e televisões; externamente, buscou no mercado internacional o complemento à poupança interna para obras de infra-estrutura e para as que favoreciam os próprios tecnocratas, como as de construção de prédios suntuosos para sedes de bancos públicos e empresas estatais. Aumentou assim a dívida do país.

No Brasil antigo falava-se no “turco da prestação”, o mascate que vendia a prazo e, nos meses seguintes, fazia a ronda de visitas aos clientes para cobrar o que era devido. No Brasil de 68 e nos anos seguintes o justo seria falar no “Delfim da prestação”, porque na sua administração o crediário passou a fazer parte do cotidiano das classes médias, chegando até as classes mais desfavorecidas no caso de mercadorias de menor preço.

O que milhares de imigrantes do Oriente Médio e da Europa Central tinham feito quarenta anos antes, usando o crédito e as poupanças pessoais para financiar as vendas, o ministro da Fazenda e os seus “Delfim boys” fizeram de uma tacada só: abriram as portas do consumo para as classes médias.

Em 1960 só uma de cada dez casas nas cidades tinha um aparelho de TV. Em 1970, já eram quatro em dez as casas com televisão. Começava a desaparecer a figura do “televizinho”. Com os carros, a mesma coisa. A indústria automobilística chegou a crescer 34,5% em um só ano (1969), tendo crescido 24,5%, em média, entre 1968 e 1973. Mudou também a composição dos produtos. Em 1969, graças à invenção dos consórcios, para cada cem veículos que saíram das fábricas, 67 foram carros de passeio. Um ano antes, só 49 eram automóveis; 51 eram caminhões ou ônibus. Quer dizer: a política de Delfim deu preferência ao consumidor individual, ao homem de classe média, reduzindo a participação dos transportes coletivos e de carga na produção do setor.

Ao mesmo tempo em que favorecia o consumismo, Delfim modernizou o sistema de impostos, aumentando a arrecadação em 55% entre 68 a 71. Além disso, encontrou novas fontes de recursos para o

governo, através de fundos como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado por Roberto Campos, do Plano de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), fontes onde foi buscar dinheiro para a construção civil e outras atividades.<sup>6</sup>

Com isso, a indústria da construção, que emprega muita gente, cresceu mais depressa que todas as outras, exceto as indústrias automobilística e de eletrodomésticos, carros-chefes do programa governamental: aumentou em um ritmo de 15% ao ano até 73, incorporando parte dos homens que se mudavam do campo para as cidades e não tinham capacitação para trabalhar nas fábricas.

## **As relações com o mundo lá fora**

Seguro morreu de velho. Embora achasse que a utilização da capacidade ociosa da indústria não iria pressionar demais os índices inflacionários, que tinham alcançado 24% ao ano em 67, Delfim conhecia os empresários de São Paulo e sabia que seu apetite por lucros desmedidos era desmedido também. Tratou de quebrar mais uma regra dos economistas ortodoxos, que são contra a intervenção do governo nos mercados: criou uma política de preços e, para aplicá-la, o Conselho Interministerial de Preços (CIP), de vida longa e maracutaias largas.

O controle dos salários é a outra perna da intervenção do Estado na economia que os economistas ortodoxos costumam conjurar como uma aparição do diabo. Só que quem vive de salários é o povão, o que torna mais leve o preconceito contra a sua regulamentação por intervenção estatal. Essa a razão da dupla Campos-Bulhões ter aplicado um arrocho nos salários do funcionalismo público e, logo depois, em todos os outros. Delfim foi na onda e, com a aprovação do Congresso, manteve o arrocho, como veremos adiante.

No plano internacional, Delfim aproveitou a oferta de dinheiro no mercado mundial para fazer crescer a dívida externa e criou grandes incentivos para as empresas exportadoras, especialmente as que vendiam produtos industrializados. Buscou, assim, evitar o gargalo da falta de divisas, que tradicionalmente emperrava os ciclos de crescimento da economia brasileira.

Uma das invenções desse período foram as minidesvalorizações do cruzeiro frente ao dólar, uma maneira, que persiste até hoje, de indexar o componente externo da economia. No início, as minidesvalorizações, de menos de 2% de cada vez, não eram diárias, como atualmente, e sim mensais ou até bimestrais. Elas chegaram a ganhar um nome esquisito em inglês, *crawling peg*, que quer dizer “bucha rastejante”, e foram elogiadas pela imprensa especializada dos Estados Unidos. Essas minidesvalorizações foram a forma encontrada para garantir as receitas em cruzeiros daquilo que se vendia no exterior, evitando, portanto, a escassez de divisas para importações, um tradicional gargalo da economia brasileira, limitador da sua capacidade de expansão. O resultado é que cerca de 8% do aumento das vendas industriais deveram-se a exportações.

## **o desenvolvimento perverso**

As altas taxas de crescimento da economia brasileira, registradas a partir de 1968 e continuadas durante o mais duro período de repressão política, fez com que alguns amigos da ditadura — especialmente economistas e cientistas políticos norte-americanos — elaborassem teorias sobre as virtudes do autoritarismo. Aplaudiam os tecnoburocratas, formados nas universidades do Primeiro Mundo, que tomariam decisões econômicas “racionais” e independentes das pressões de interesses políticos “espúrios”. Enquanto isso, os militares e os policiais impediriam as manifestações de protesto de liberalóides da classe média, que reclamavam maior liberdade de participação política, e as reivindicações “irracionais” dos grupos de trabalhadores cujos aumentos salariais estivessem sendo mantidos abaixo dos índices de inflação.

William Ellis, diretor para o Brasil da agência americana de desenvolvimento (AID), declarou a uma comissão da Câmara de Deputados, em Washington:

Em termos das políticas econômicas gerais, posso dizer que houve uma clara melhoria; o Ministro da Fazenda pode agora fazer por decreto coisas que tinham antes de passar pelo Congresso: eles têm feito decretos a torto e a direito, e a maioria é boa.<sup>7</sup>

Tudo estaria no melhor dos mundos, como se propalava nos discursos do presidente da República e dos seus ministros.

Mas havia um senão. O melhor dos mundos possíveis não era aberto a qualquer um. Os benefícios do crescimento não eram distribuídos de maneira igual para todos os setores da sociedade, atingindo o trabalhador braçal da agricultura, o peão da construção e o operário não qualificado, de um lado, e os contra-mestres, gerentes, executivos e empresários, de outro. Havia diferenças, muito grandes e cada vez maiores.

Por causa do aumento das desigualdades entre os brasileiros, a Igreja Católica começou a dizer que os ricos ficavam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

A constatação desse fenômeno, discutido e publicado sobretudo no exterior, levou os economistas liberais e de esquerda a batizar o tipo de desenvolvimento patrocinado pela equipe Delfim Neto de “desenvolvimento perverso”.

Mais tarde, quando as desigualdades saltavam aos olhos de todos os observadores, elas levaram o próprio general Garrastazu Médici, presidente da República, a dizer “a economia vai bem, mas o povo vai mal”.

## **O “gordo sinistro”**

O desempenho da equipe de Delfim Neto a partir de 1968 foi o mais favorável às classes dominantes brasileiras que já se viu. Repetia o do governo de Napoleão III, na França do século passado, quando os ministros gritavam para a burguesia: “Enriqueçam, enriqueçam!” Mas, se foi assim, por que os políticos de oposição, parte da burguesia, os economistas e jornalistas voltados para o social, os sindicalistas dos campos e das cidades ficaram com tanta raiva que apelidaram Antônio Delfim Neto de “gordinho sinistro”?

Em primeiro lugar, a raiva veio do crescimento das desigualdades, tanto entre as classes sociais como entre as regiões do país, motivado fundamentalmente pelo arrocho do salário mínimo, que é o máximo de ganho que a maioria dos brasileiros consegue levar para casa.

Durante o governo Castelo Branco, a dupla Campos-Bulhões havia posto em funcionamento uma fórmula, inventada pelo professor

Mário Henrique Simonsen, de calcular os aumentos anuais do salário mínimo de maneira a reduzir progressivamente o poder de compra dessa faixa da população. Em vez de se dar o aumento recompondo o pico do salário do período anterior e deixar que a inflação fosse comendo o poder de compra até o dia do novo aumento — como se praticava antes, já causando, aliás, grande prejuízo para os assalariados — a nova fórmula calculava para o ano a vencer a média dos salários reais dos dois anos anteriores. Média, evidentemente, menor que a do pico, porque a inflação vinha se acelerando. Procurava calcular, também, qual seria a inflação dos doze meses seguintes, o chamado “resíduo inflacionário”, que deveria ser compensado. Ora, esse “resíduo” era estabelecido deliberadamente abaixo a inflação real. Com isso, o poder de compra do salário mínimo de 1967, quando mudou o governo, era menor em um quinto do que o poder de compra do mesmo salário de 1964. Comentário de Albert Fishlow, economista da Universidade da Califórnia:

Apesar da renda *per capita* dos brasileiros ter aumentado em um terço nesse período, doze anos de crescimento econômico não resultaram em nada para os trabalhadores não qualificados do Brasil.<sup>8</sup>

Delfim Neto, que não tinha inventado a mutreta, tratou de aproveitá-la gostosamente.

O Dieese, mantido pelos sindicatos de trabalhadores industriais, mostrou as perdas calculando quantas horas alguém que ganhasse salário mínimo tinha de trabalhar para comprar a ração alimentar mínima, tal como definida por uma lei de 1938. Em 1965, esse tempo era de 88 horas e 16 minutos; em 1968, era de 101 horas e 35 minutos; no fim do período Delfim Neto, em 1973, era de 147 horas e 4 minutos.

Nem todos são iguais perante a lei, como percebe todo mundo que algum dia já ouviu alguém dizer: “Sabe com quem está falando?” A lei que arrochou os salários pequenos não mexeu nos lucros dos empresários, nas rendas de quem tinha dinheiro aplicado em papéis ou em imóveis, nos salários dos executivos. Ao contrário, deixou tudo isso solto. O resultado foi que, entre 1960 e 1970, os 10% dos brasileiros mais ricos tiveram sua renda real aumentada em cerca de 67%.

Esse aumento foi maior para quem vivia nas cidades do que para quem vivia no campo, onde somente os grandes fazendeiros tiveram aumentos importantes de renda. Foi maior, também, entre os que trabalhavam em setores de ponta, como as indústrias automobilística e de eletrodomésticos, que entre os empregados em setores tradicionais, como o têxtil, o de artefatos de couro ou da construção civil. Foi, igualmente, maior para os funcionários qualificados do governo e do setor de serviços que para os barnabés. Finalmente, a disparidade entre as regiões também cresceu. No Nordeste, apesar de o sistema de incentivos fiscais ter produzido uma cópia da indústria paulista, o efeito dessa industrialização sobre os rendimentos médios da população foi insignificante.

Como diz o economista americano Milton Friedman, não há almoço grátis. Alguém sempre paga o preço da comida. No caso do “milagre brasileiro”, quem pagou a conta foram os trabalhadores menos qualificados da agricultura, da indústria, do comércio ou do serviço público.

Note-se que a falta de isonomia entre os servidores públicos — os salários para um mesmo trabalho não são iguais nos diversos setores do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo — nasceu nesse período. Ela é hoje um fator de atrito permanente e um dos mais complicados problemas que a sociedade terá de resolver. Como precisavam atrair para Brasília gente jovem e capaz, ou seja, executivos disputados por um mercado privado em expansão, os administradores desse tempo inventaram para remunerá-los todo um sistema de gratificações e mordomias que dura até hoje.

Por outro lado, dada a importância da base militar para a manutenção do regime e da sua política econômica, os gastos militares, inclusive com salários, aumentaram mais depressa que as despesas civis. Esse aumento, aliás, era propagandeado. O presidente Castelo Branco, ao inaugurar o ano letivo da Escola Superior de Guerra em 1965, disse:

A política do governo revolucionário tem sido a de apoiar a reorganização do poder nacional, reestruturando a economia e as finanças do país e ajustando os soldos das Forças Armadas.

Essa política resultaria em destinar para as Forças Armadas 2,1% do produto interno bruto, ou 25% do Orçamento da União em 1970.

Hoje em dia, com a influência política dos militares em baixa, elas recebem 0,4% do PIE e 2,76% do Orçamento, segundo dados do Estado-Maior da Armada, apresentados pelo comandante da Escola Superior de Guerra, almirante Hernani Fortuna, na sua aula inaugural de 1993.

## **Os americanos bigodeados**

Os documentos disponíveis na biblioteca do presidente Lyndon Johnson, em Austin, no Texas, mostram que o governo dos Estados Unidos não só participou da conspiração para derrubar o presidente João Goulart como mandou uma esquadra para o litoral do Espírito Santo com instruções de apoiar com armas, munições, suprimentos e até tropas o levante militar chefiado pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Vitorioso o golpe sem a necessidade de combates, a embaixada dos Estados Unidos apoiou tão escandalosamente as políticas de Roberto Campos e Otávio Bulhões que os estudantes escreviam nas paredes: “Basta de intermediários, Lincoln Gordon para presidente!”

Além de embaixador americano indiscreto, Lincoln Gordon era um economista ortodoxo que acreditava em todas as regras do Fundo Monetário Internacional. Em conseqüência, o governo americano olhou com suspeitas a reviravolta econômica promovida por Delfim Neto. Albert Fishlow anotou os resultados dessas suspeitas:

Sentindo-se progressivamente confiantes nas suas próprias capacidades depois de reiniciar com sucesso o processo de crescimento, após 1967 os novos formuladores da política econômica nunca mais foram tão próximos ou tão dependentes de influências externas. Há uma certa ironia nessa seqüência. A presença norte-americana no Brasil após 1964 destinava-se a restaurar o processo constitucional e a participação eleitoral. No entanto, ela defendia, ao mesmo tempo, as virtudes de um programa ortodoxo de estabilização econômica cujas maiores possibilidades de sucesso residiam na continuidade das restrições políticas. Depois que a economia tinha realmente melhorado, a influência americana da esfera política ficou diminuída pela sua anterior inconsistência e inflexibilidade no campo econômico.<sup>9</sup>

Na verdade, o período de crescimento com repressão — que em 1968 alcançou novo patamar, tanto de êxito econômico como de violência política — era mais nacionalista, em relação aos desejos do

governo de Washington, que o período anterior. Nos anos seguintes, quando a embaixada dos Estados Unidos pressionava os generais de Brasília para que respeitassem os direitos humanos, seria inconcebível um ministro das Relações Exteriores dizer, como o general Juracy Magalhães, ministro de Castelo Branco: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil.”

O que levou os militares brasileiros a adotarem, no *front* interno, uma política consistente de alinhamento com as grandes estratégias norte-americanas não foi uma obediência servil às ordens de Washington. Foi a adoção de uma Doutrina de Segurança Nacional baseada em um anticomunismo doentio. Essa doutrina servia para justificar a própria existência das Forças Armadas brasileiras como tropas auxiliares das Forças Armadas dos Estados Unidos, na cruzada mundial contra o Movimento Comunista Internacional.

Baseadas na Doutrina de Segurança Nacional Anticomunista é que as Forças Armadas intervieram em todos os aspectos da vida do país, definindo amigos e inimigos, exceto, estranhamente, nas políticas econômicas, deixadas aos tecnocratas. Os operários, por exemplo, eram inimigos quando reivindicavam melhores salários e condições de trabalho fora dos limites traçados por essa doutrina.



### **O despertar dos operários**

Roberto de Abreu Sodré, governador biônico de São Paulo, foi quem pela primeira vez tentou organizar uma festa oficial de 1º de maio depois da derrubada do presidente João Goulart. Sodré, membro da União Democrática Nacional (UDN), um partido tão elitista que havia organizado um comício da campanha presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes no estádio do Pacaembu aberto apenas a quem tivesse recebido um convite nominal, não fazia a mais vaga idéia dos devastadores efeitos da política salarial dos ministros Roberto Campos e Otávio Bulhões sobre o poder de compra dos operários. Em 1968, o salário mínimo valia apenas 43% do mínimo de 1959. Como Sodré se julgava um liberal bem-intencionado e mandara organizar um espetáculo artístico, achava que seria bem recebido pela multidão de operários, estudantes e intelectuais que compareceu à praça da Sé.

A oportunidade oferecida pela ingenuidade do governador era boa demais para ser perdida pela esquerda.

José Ibrahim, 21 anos de idade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e estudante secundarista à noite, conta o plano que elaboraram:

O nosso plano consistia em ocupar a tribuna revolucionariamente e dar, assim, ao ato do 1º de maio um verdadeiro conteúdo proletário. Nele deveriam falar companheiros de base e outros elementos de esquerda que não estivessem queimados. Seria o programa ideal, porque dessa maneira não seria comprometido o trabalho político e sindical de Osasco, garantindo a sua continuidade.

No caso, porém, de falhar a tentativa de ocupação da tribuna, tínhamos pronta uma alternativa: como eu era um dos oradores designados, aproveitaria o meu discurso para denunciar a política trabalhista da ditadura e exortaria os trabalhadores a abandonar a praça da Sé e a dirigir-se a outra, próxima dali, e lá então realizar uma demonstração autenticamente proletária, digna do 1º de maio.

Havíamos preparado um grupo de choque, integrado por operários, que deveria atuar em autodefesa da massa e que, sobretudo, participaria no assalto e ocupação da tribuna oficial. Esse grupo era composto por uns trinta companheiros operários de muita decisão e iniativa. Levariam porretes e paus para, em caso de necessidade, enfrentarem as forças da repressão.

Os ônibus que nos transportaram de Osasco até São Paulo estacionaram na praça Clóvis Bevilácqua, próximo à praça da Sé, para onde nos dirigimos levando cartazes e faixas com palavras de ordem operárias, de apoio à luta do povo do Vietnã, contra a ditadura e contra o congelamento dos salários. Em outras palavras: chegamos a São Paulo agitando palavras de ordem essencialmente políticas.

As pessoas que se encontravam na praça Clóvis ficaram assombradas quando viram aqueles trabalhadores avançando para a praça da Sé em formação militar, erguendo cartazes contra a ditadura e distribuindo volantes. Os cartazes estavam presos a pedaços de madeira compridos e grossos, que podiam ser usados no momento de tomar a tribuna ou de enfrentar a repressão. Éramos uns quatrocentos operários de Osasco.

Ao chegarmos à praça da Sé, a multidão de trabalhadores que lá já se encontrava abriu passagem para nós, de tal maneira que pudemos chegar até bem defronte do palanque oficial.

Poucos momentos depois, fui convocado pelos alto-falantes, mas a massa respondia: ‘Não vai! Não vai!’ Alguns oradores tentaram iniciar seus discursos, mas a gritaria era tanta que não se podia ouvir nada. O grupo de choque começou a aproximar-se do palanque à espera do momento oportuno para tomá-lo.

Quando três ou quatro oradores haviam sido rechaçados, o governador de São Paulo, Abreu Sodré, aproximou-se do microfone, com a intenção de impor a autoridade, já que os dirigentes sindicais pelegos não conseguiam sobrepor-se à desordem. Abreu Sodré não pôde sequer concluir a sua primeira frase. Tudo o que conseguiu dizer foi: “Trabalhadores de São Paulo: nós, trabalhadores...” Nesse momento um companheiro nosso cortou os fios do microfone e o governador ficou gesticulando grotescamente no palanque, já que ninguém ouvia a sua voz.

Aquele incidente foi o sinal para o ataque ao palanque. Para começar, caiu sobre ele uma chuva de pedras, tomates e ovos podres, pedaços de madeira, etc. O governador foi atingido na cabeça por uma pedra. Os seus guarda-costas imediatamente o retiraram do local. Nos videoteipes feitos para a televisão todo o mundo pôde ver o governador

Abreu Sodré e os policiais correndo para buscar refúgio na Catedral da Sé.

A massa, cerca de 20 mil trabalhadores, não percebeu logo o que acontecia em frente à tribuna oficial. De repente, porém, um companheiro subiu ao teto da armação de madeira e lá em cima abriu um enorme retrato do Che Guevara. Ao vê-lo, a multidão ergueu um verdadeiro rugido ensurdecedor e a praça foi dominada por gritos de alegria.

Utilizando um megafone, outro companheiro anunciou: “A tribuna é nossa. A tribuna está agora ocupada pelos trabalhadores.” Então discursaram dirigentes sindicais opositoristas, operários de base e líderes estudantis, entre os quais o Luís Travassos, então presidente da UNE. A polícia não estava em condições de reprimir.

Depois de vários discursos, chamamos a multidão para sair em passeata pelas ruas de São Paulo. Antes de iniciar a marcha, incendiamos o palanque com coquetéis Molotov. Quando chegamos à esquina da avenida São João com a Ipiranga, a multidão, muito excitada, atacou o edifício do City Bank, em cujo mastro estava içada a bandeira dos Estados Unidos.<sup>1</sup>

Segundo os dados levantados no *Diário Oficial* por Maria Helena Moreira Alves, foram realizadas 965 intervenções em sindicatos entre 1964 e 1968.<sup>2</sup> Cada intervenção implicava a substituição das respectivas diretorias por prepostos do Ministério do Trabalho. Os operários, sentindo-se mal representados, procuraram criar um sindicalismo paralelo, informal, e, quando conseguiam vencer as barreiras e os vetos do Ministério, apresentavam candidatos também para as eleições sindicais consentidas pelo governo. No entanto, os que substituíram os sindicalistas cassados eram quase sempre muito jovens, portanto inexperientes. Alguns estudavam à noite, em cursos supletivos ou no secundário, estando, portanto, abertos à influência dos estudantes secundaristas e universitários. Raríssimos pertenciam ao PCB, uma influência moderadora à época. Daí o radicalismo com que agiam, do qual a descrição de José Ibrahim é um retrato fiel.

## **A injustiça planejada**

O violento 1º de maio de 68 em São Paulo foi, para os serviços de informação militar, a primeira demonstração pública de que a aparente calma do movimento sindical, controlado até então pelas intervenções nos sindicatos e pelas cassações de direitos políticos de líderes,

encobria um vulcão fervilhante. Para alguns chefes desses serviços, que já detectavam os primeiros movimentos da guerrilha urbana, foi um argumento a mais contra a manutenção das garantias cidadãs preservadas na Constituição outorgada pelo presidente Castelo Branco em 1967. Lidar com a rebeldia operária implicava riscos muito maiores que os representados pelos movimentos estudantis, embora fossem estes mais óbvios, mais incômodos para a vida das cidades e mais barulhentos.

Para entender as reivindicações operárias no terreno jurídico é preciso voltar no tempo, para conhecer o marco legal das relações entre o capital e o trabalho e entre os sindicatos e o Estado. Essas relações são determinadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), datada de 1943 e decretada por Getúlio Vargas. Foi, provavelmente, o documento legal mais divulgado no Brasil, como observou um especialista, José Albertino Rodrigues.

A inspiração dos elaboradores da Consolidação não é difícil de identificar. Basta ver que justificam alguns capítulos protetores do trabalho “com os imperativos de defesa da raça”, numa argumentação bem de acordo com o regime fascista em que se vivia na época, que chegara a instituir o *dia da raça*.<sup>3</sup>

A CLT tomou como modelo o Código do Trabalho de Mussolini, aplicado à Itália fascista. Como permitia o estrito controle das organizações sindicais pelo governo, não foi alterada em essência pelo regime militar e até hoje está em vigor.

A luta operária que se desenrolou ao longo de 1968, e que iria prolongar-se até a votação da Constituição de 1988, tinha como objetivo de longo prazo a revogação de muitos dispositivos da CLT restritivos da liberdade sindical. A curto prazo, a principal reivindicação operária era a revogação da política salarial iniciada pelos ministros Roberto Campos e Otávio Bulhões, no governo Castelo Branco, e mantida pela equipe do ministro Delfim Neto no governo Costa e Silva.

A política de compressão salarial foi inicialmente aplicada apenas ao funcionalismo público. Em julho de 1965 foi estendida ao setor privado, através da Lei nº 4.725. Tinha o propósito explícito e declarado de reduzir o poder de compra dos salários. No seu preâmbulo, diziam os ministros:

Demonstrado como está, pela experiência, que as tentativas de reconstituição do salário real através de reajustamentos efetuados mediante simples aplicação dos índices de aumento do custo de vida são incompatíveis com uma política antiinflacionária, torna-se necessário estender ao setor privado da economia normas fundamentais de disciplina salarial já adotadas no setor público.

Nada podia ser mais claro. Reduzir o poder de compra dos salários, sobretudo dos salários mais baixos, não era um acidente de percurso na política de crescimento adotada pelo regime militar. Era um resultado desejado e sistematicamente perseguido. Na verdade, aumentar as injustiças sociais era uma parte integrante e insubstituível do modelo aplicado, modelo que a oposição chamou de “desenvolvimento perverso” ou “capitalismo selvagem”.

## **As reivindicações operárias**

A pauta de reivindicações sindicais ia além da recomposição do poder de compra dos salários, em queda continuada. Nos vinte anos seguintes essa pauta mudaria pouco. Consistia em:

1. Revogação da legislação repressiva e retorno a formas democráticas de governo;
2. Eleições diretas para todos os níveis de representação política, inclusive para os 63 municípios que, a partir de 1968 passaram a ser considerados de segurança nacional, tendo os seus prefeitos nomeados por Brasília;
3. Participação de representantes dos sindicatos na gestão dos fundos criados para programas sociais, como o FGTS e o PISPasep;
4. Revogação da lei de controle dos salários e reconhecimento do direito a negociações coletivas;
5. Direito de greve;
6. Autonomia sindical, com direito a organizar sindicatos sem a interferência do Estado.<sup>4</sup>

A questão da liberdade sindical, que era o centro dessas reivindicações, era mais sentida pelos trabalhadores urbanos do que pelos do campo, cuja história organizacional era diferente.

O sindicalismo no campo era frágil antes da derrubada de Goulart. Segundo o estudo *Igreja e desenvolvimento: O movimento de Natal*, de Alceu Ferrari, até 31 de dezembro de 1963 o Ministério do Trabalho reconheceu um total de apenas 256 sindicatos e dez federações de sindicatos rurais, a maior parte com existência apenas no papel.

Desde 1959 a criação de sindicatos rurais, especialmente no Nordeste, era objeto de competição entre a Igreja Católica, o PCB e as Ligas Camponesas, chefiadas pelo deputado estadual por Pernambuco, Francisco Julião. Os católicos, incentivados pelo arcebispo de Natal, dom Eugênio Salles, conseguiram avanços importantes e, a partir de 64, contaram com o apoio do governo e da Aliança para o Progresso, ambos temerosos da influência comunista e da liderança de Julião. O temor era possivelmente infundado, porque Julião era um péssimo organizador e disso tinha consciência. Em uma conversa que Antonio Callado registrou, ele mesmo confessara que “agitar é uma beleza, organizar é que são elas”. Exilado Julião, as Ligas desapareceram. Os comunistas, perseguidos desde o início do regime militar, tiveram a sua capacidade de fazer proselitismo fortemente abalada. O principal quadro do partido no campo, Gregório Bezerra, foi preso logo nos primeiros dias do golpe de 64 e na prisão ficou até ser libertado em troca do embaixador dos Estados Unidos, seqüestrado em 1969.

Em 1968, um líder sindical muito dinâmico e ligado à Igreja, José Francisco da Silva, foi eleito presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), sendo reeleito para quatro outros mandatos até 1980. Nesse ano, a Contag já representava oficialmente 21 federações de trabalhadores rurais com 6,8 milhões de filiados. Na mesma data os sindicatos urbanos somavam 4,2 milhões de membros.<sup>5</sup>

Apesar do imenso crescimento do sindicalismo rural, as suas reivindicações eram muito mais elementares que as das cidades. Basicamente, consistiam em reclamar o direito à posse da terra nas regiões de fronteiras agrícolas, onde mais intensa e violenta é a ação dos grileiros, e em exigir a obediência às leis vigentes, freqüentemente desrespeitadas pelos patrões, inclusive o pagamento do salário mínimo e o repouso remunerado. É que as relações de produção no campo eram e são muito mais primitivas que nas cidades.

## Quem eram os operários

Ladislaw Dowbor, economista formado na Suíça, filho de um engenheiro polonês imigrado e ferrenhamente anticomunista, tornou-se o “comandante Jamil”, da VPR. Foi preso e acabou banido do país ao ser trocado pelo embaixador da Alemanha, seqüestrado por seus companheiros.

Sua opção pela luta armada foi, como a de muitos outros jovens, puramente emocional. Depois de fazê-la é que tratou de ler os textos básicos do marxismo e, por sua vez, de teorizá-la. Sua opção aconteceu em um restaurante do Recife, onde fora visitar o pai, contratado por uma siderúrgica local. A varanda dava para a rua e Ladislaw não conseguia comer a sua lagosta, incomodado pelos meninos de rua que a toda hora lhe pediam comida. Ele conta:<sup>6</sup>

Falei para o meu pai, que era muito católico: diante de uma situação como essa, ou mudamos os nossos valores ou mudamos a situação.

Ladislaw jogou-se de cabeça na mudança, mas reconhece hoje que os guerrilheiros não tinham idéia da situação da classe operária de então, a classe que, segundo a teoria, teria de ser o motor da revolução.

Quem dessa situação tinha uma visão clara era o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, que acabara de fazer um extenso levantamento sobre as atitudes e orientações de um grupo de operários de uma indústria automobilística. Os dados que colheu em uma empresa de ponta do processo de industrialização em curso poderiam ser estendidos a todo o operariado e seriam capazes de dissuadir qualquer pessoa de juízo a se lançar na luta contra o regime, caso considerasse que o êxito dessa luta dependeria da participação operária.

Segundo os dados de Leôncio, 35% dos operários achavam que a ditadura seria o tipo de governo capaz de apressar o desenvolvimento econômico e elevar o nível de vida do povo, enquanto somente 18% consideravam que a democracia seria melhor. É verdade que entre os ferramenteiros, a elite do operariado fabril, aquela era a opinião de apenas 4%, enquanto 39% preferiam a democracia.

Outras constatações do estudo: 53% dos operários sindicalizados, 59% dos não sindicalizados e 63% dos ferramenteiros achavam que os sindicatos não devem interferir na política do país. Um percentual

elevado também rejeitava a greve como meio de melhorar a própria situação e, em esmagadora maioria, consideravam que a melhor maneira para progredir na vida era o esforço individual.

A origem da maioria dos operários era rural: 53% trabalhavam na agricultura antes de vir para São Paulo, onde haviam chegado há menos de dez anos. Um quarto deles vinha da agricultura de subsistência do Nordeste, com o objetivo de conseguir melhores condições de vida, o que tinham realmente conseguido. Oito de cada dez estavam satisfeitos com os seus empregos, achavam que a indústria automobilística pagava melhor que as outras e que as empresas estrangeiras respeitavam mais o trabalhador que as brasileiras.

O retrato da realidade estava longe de ser revolucionário, embora se pudesse detectar uma certa insatisfação política com o governo, que pouco fazia para obrigar os maus patrões a cumprir a lei e que determinara um arrocho salarial que, em 1968, reduzira o poder de compra do salário mínimo a apenas 43% do que era em 1959.<sup>7</sup>

## **As greves: Contagem**

A velocidade da guerrilha é a do seu elemento mais lento, ensinava Che Guevara, no seu livro sobre a experiência cubana. A recomendação não foi levada em conta pelos organizadores das duas greves que ocorreram em abril e julho de 1968, sobretudo da última, na cidade paulista de Osasco, que tomou um caráter de aberta contestação ao regime.

A primeira greve importante desde a instauração do regime militar ocorreu em Contagem, a cidade industrial de Belo Horizonte, em 16 de abril de 68, inteiramente à revelia da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, cujo principal líder, Ênio Seabra, fora impedido pelo Ministério do Trabalho de concorrer à presidência nas recém-travadas eleições sindicais.

Os primeiros a parar foram os 1.700 operários da Belgo Mineira, principal fábrica da cidade. Reivindicavam um aumento de 35%, portanto muito acima dos 17% oferecidos pelos empresários, obedecendo aos cálculos do governo. Uma semana mais tarde os grevistas já eram 15 mil. Relata Maria Helena Moreira Alves:



O Ministério do Trabalho foi apanhado de surpresa. Como, entretanto, o seu líder Ênio Seabra fora demitido da Mannesmann, o sindicato perdera contato com as bases e também foi surpreendido. O movimento de Contagem foi em grande parte espontâneo. Por isso, e porque as exigências eram limitadas e o Ministério pretendia equiparar os salários aos aumentos do custo de vida, pôde o governo adotar uma política conciliatória e negociar.<sup>8</sup>

O coronel Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho, dirigiu-se imediatamente a Belo Horizonte e, recorrendo à direção oficial do sindicato, ofereceu um abono de emergência 10% superior ao previsto na política oficial. A oferta foi aceita e os operários voltaram ao trabalho no dia 25 de abril. Em 12 de junho esse abono foi estendido a todos os trabalhadores, através de um decreto presidencial.

Comparada com as greves de antes de 64, ou com os grandes movimentos do ABC paulista de 1978 e 1979, a greve de Contagem foi um movimento restrito e, em si, de pouca importância. Representou, no entanto, mais uma advertência aos órgãos da repressão de que nem tudo era um mar de tranquilidade no mundo operário.<sup>9</sup>

## **Cutucar com vara curta**

O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, presidido pelo jovem José Ibrahim, um operário da Cobrasma de 21 anos, preparou com boa antecedência uma greve contra a política salarial do governo. Tratou de organizar — novidade no Brasil — grupos de dez operários em cada seção daquela fábrica, a maior da região e, baseado nesses grupos, um comitê de fábrica.

Luís Eulálio Bueno Vidigal, principal acionista da Cobrasma, mais tarde presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), tinha a reputação de ser muito conservador, até reacionário. No entanto, foi a sua empresa a primeira fábrica onde a direção aceitou a legalização do comitê de representantes dos trabalhadores e não se recusou a com ele negociar.

Conta José Ibrahim que pensavam em paralisar a Cobrasma, a Brown Boveri e umas sete ou oito outras metalúrgicas, além de uma fábrica de fósforos, portanto uma indústria química, e fábricas em cidades e bairros satélites de São Paulo.

No dia 16 de julho de 68, antes do que estava previsto, os metalúrgicos de Osasco iniciaram a greve. O movimento começou na minha fábrica, pela fundição, onde cada companheiro era um sindicalista preparado para cumprir qualquer tarefa que lhe fosse atribuída. Em seguida, o trabalho foi paralisado consecutivamente, na seção do aço, na oficina mecânica e na de montagem, estendendo-se por toda a fábrica. Grupos de operários ocuparam os portões. Dois davam acesso à fábrica, um para operários, outro para os funcionários burocratas, e havia um terceiro portão de saída. Em todos havia guardas armados de revólveres.

Em vinte minutos conseguimos parar os 5 mil empregados da fábrica e constituímos uma assembléia permanente no pátio central, dirigida pelo comando de greve.

De acordo com o plano concebido de antemão, naquele primeiro dia também foram paralisadas a Lonaflex, a Barreto-Keller e a fábrica de fósforos. Na Lonaflex a direção patronal organizou uma tropa de choque, com técnicos e funcionários de escritório, para forçar a saída por um dos portões. É que a greve e a ocupação da fábrica haviam coincidido com a visita de um grupo de diretores da matriz americana e, para a direção brasileira, era desagradável que eles permanecessem retidos na fábrica por uma greve dos operários. Um companheiro correu para o local onde se realizava a assembléia e gritou: “O pessoal dos escritórios está agredindo os companheiros do portão!” Os trabalhadores abandonaram a assembléia e correram para ajudar a guarda do portão. Ao mesmo tempo, os diretores, certos de que o portão já estava desimpedido, saíram das suas salas de trabalho. Os técnicos e funcionários da tropa de choque mal levaram as primeiras porradas, fugiram e abandonaram os diretores. Quem, afinal, acabou por apanhar foram os americanos. Um deles caiu no chão e a massa gritava: “Gringo filho da puta, hoje você não manda aqui!”<sup>10</sup>

Representantes do Ministério do Trabalho e da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo procuraram Ibrahim no sindicato e pediram que encontrasse uma saída. Ibrahim disse que não lhe cabia fazer isso e que o problema só poderia ser resolvido pelos patrões, que deveriam atender às demandas dos trabalhadores. Mas concordou em comparecer a uma reunião com os empresários. O representante destes acabou por comparecer à Cobrasma, mas não conseguiu nada com o seu discurso, porque nada tinha de concreto a propor. O Ministério do Trabalho proibira que fizessem concessões.

As entradas das fábricas foram barradas por vagões, caminhões, guindastes e todos os veículos disponíveis. Espalharam-se por toda parte cartazes que anunciavam: “Estamos em greve. Queremos um au-

mento de 30%.” Ocorriam espontaneamente manifestações de solidariedade pelos quatro cantos da cidade, organizadas pelos parentes dos grevistas.

Nas igrejas, alguns padres pediam aos fiéis que orassem pelos trabalhadores. Pierre Wauthier, padre-operário francês que se havia recusado a rezar uma missa encomendada pelos patrões, manifestava a sua solidariedade. Mais tarde seria preso e expulso do Brasil, dando origem a um choque entre o cordatíssimo cardeal de São Paulo, dom Agnelo Rossi, e o presidente Costa e Silva.

## **O Exército em ação**

Foi um milagre não terem havido mortes em Osasco. Na madrugada de 17 de julho o Exército isolou as fábricas ocupadas, evacuando os moradores da vizinhança e os jornalistas. Depois, rechaçado o ultimato para a desocupação da Cobrasma, sapadores abriram brechas nas cercas e a cavalaria entrou. Conta Ibrahim:

Como não puderam entrar pelas ruas asfaltadas por causa das barricadas, entraram pelos lados, onde se acumulava muita limalha no chão. Os cavalos não puderam avançar porque a limalha lhes feria as patas, e muitos jogaram os seus ginetes no chão. Momentos depois, a infantaria reiniciava o ataque. Nos primeiros instantes do assalto houve confusão dentro da fábrica. Mas a primeira coisa que os operários fizeram foi retirar os fusíveis, deixando a fábrica completamente às escuras. Dentro da fábrica há muitas máquinas grandes, tanques de água para o resfriamento das peças, alguns situados abaixo do solo. Quero dizer que há muitos obstáculos difíceis de se ultrapassar para quem não conhece a sua localização. Naquela escuridão os soldados começaram a cair nas valas e nos tanques de água, a trombar com as máquinas. Do alto das pontes rolantes os trabalhadores lançavam pedras. Não houve mortos, mas houve muitos feridos.

A luta dentro da fábrica durou até o amanhecer e, como não podiam fazer mais nada, cerca de quatrocentos operários entregaram-se ao Exército.

Na Lonaflex, os operários, que tinham improvisado lança-chamas com maçaricos de acetileno, conseguiram permissão para sair da fábrica sem ser molestados.

No segundo dia de greve o sindicato foi ocupado, com a prisão de todos os que lá se encontravam. Informada pelo Exército e pela polícia,

a imprensa divulgava notícias ameaçadoras. Os dirigentes sindicais que não estavam presos tiveram que cair na mais profunda clandestinidade, sem possibilidades de entrar em contato com seus liderados.

Assim mesmo, a greve durou ainda duas semanas. Quando os empresários obtiveram do governo luz verde para negociar, em vez de líderes sindicais tiveram à sua frente membros do clero e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Concordaram com um aumento de 23%, em indenizar os despedidos e em não despedir mais ninguém.

Em Osasco, os operários e o sindicato superestimaram claramente sua própria força. Uma greve com ocupação de fábricas é manobra arriscada em países democráticos como a França e a Itália. Em uma ditadura sul-americana é suicida. José Ibrahim reconheceu o erro ainda no exílio em Cuba:

Demos ao movimento grevista um caráter excessivamente radical e, por isso mesmo, ele entrou em um beco sem saída, não teve capacidade de desdobramento. Podemos dizer que a greve de Osasco teve um caráter insurrecional localizado. Por esse motivo é que a atuação da repressão se deu no nível mais brutal que se possa imaginar.

Essa opinião foi compartilhada por outros militantes operários já envolvidos na guerrilha urbana. Derly José de Carvalho, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que teve um irmão morto pelos órgãos da repressão e teve de exilar-se, juntamente com três irmãos sobreviventes — que, portanto, não pode ser considerado um moderado ou um conciliador com o autoritarismo —, analisou o período:

A partir de 67 começou a haver um desvio esquerdista do movimento operário. Em 68, as reivindicações chegavam por cima, através da pequena burguesia e dos setores intelectuais do país. Os trabalhadores foram envolvidos na agitação do momento, que acenava com palavras de ordem e reivindicações que dizem respeito à classe operária. Hoje se fala muito na greve de Osasco de 68. Não participei dessa greve, mas identifico nela um grande descompasso em relação aos rumos que o movimento operário vinha seguindo. As greves realizadas antes de 64, e mesmo as de 65 e 66, saíram das necessidades concretas dos operários. Era a fermentação dos problemas sociais que os trabalhadores enfrentavam no dia-a-dia. Já as greves de 68 nasceram de um movimento da pequena burguesia que encontrou o seu canal maior de expressão nas universidades. A agitação política que houve em 68 se desenvolveu à parte do movimento sindical.<sup>11</sup>

## **Raízes do PT**

A Igreja e uma das mais importantes organizações da sociedade civil, a OAB, começavam em Osasco a cumprir um papel de substitutos dos partidos políticos, papel que continuariam a desempenhar até o fim do regime militar. Isso porque os trabalhadores se haviam recusado a admitir a interferência dos parlamentares da oposição, de cuja legitimidade desconfiavam.

Nasceu também em Osasco o “novo sindicalismo”, baseado em comissões de fábrica que, por sua vez, eram alicerçadas por células menores, os grupos de seções. Muito mais próximo dos trabalhadores que os antigos sindicatos estruturados segundo as regras da CLT de Getúlio Vargas, esse novo sindicalismo acumularia forças ao longo dos dez anos seguintes. Em 1978, explodiria no noticiário com as greves dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e das demais cidades do ABC. Nele surgiria a liderança de Luís Inácio Lula da Silva e dele nasceria um partido inovador na política brasileira, que tem tudo para se transformar em um grande movimento social-democrata, numa alternativa concreta de poder, caso se livre dos seus grupelhos radicalóides: o Partido dos Trabalhadores.

Mais uma vez, podemos encontrar nesse ano de 68 as sementes de transformação que iriam crescer nos anos seguintes, mudando algumas das estruturas da sociedade brasileira.



### A Igreja dos pobres

Os sinos da Candelária dobravam finados às 18:30h da quinta-feira, 4 de abril de 1968, no final da missa de sétimo dia pela alma do jovem paraense Édson Luís, morto por um aspirante da Polícia Militar do Rio de Janeiro no restaurante do Calabouço, onde estudantes pobres como ele comiam por um preço simbólico. O castanholar no piso de cantaria dos cascos dos cavalos de três pelotões da PM, que se ouvia do outro lado das portas de bronze, fechadas para dificultar a entrada do gás lacrimogêneo na igreja, prometia violências como as ocorridas pela manhã, em outra missa pelo morto.

Pela manhã, interpretando maldosamente a proibição de passeatas que estava em vigor, a cavalaria da PM havia encurralado os assistentes, que saíam da missa, contra as portas da Candelária, fechadas por ordem não se sabe de quem assim que terminara o serviço religioso. Os soldados desceram o sabre na cabeça de moças e rapazes apavorados, fornecendo aos fotógrafos imagens de selvageria policial que seriam reproduzidas pelo mundo afora e ilustrariam as capas de muitos livros e publicações de denúncia da ditadura brasileira.

Em vez de completar a liturgia dizendo “Ide em paz e que o Senhor vos acompanhe”, dom José de Castro Pinto, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, anunciou que os sacerdotes saíam primeiro e todos deviam esperar em seus lugares até que a cada um tocasse a vez de sair organizadamente, dando-se preferência aos que estavam mais perto do altar-mor, portanto mais longe da porta.

Os quinze outros concelebrantes, com as suas alvas sobrepelizes postas, acompanharam dom José, como em procissão. Quando as portas se abriram, os oficiais que comandavam o cerco tiveram um momento de hesitação diante dos padres, que levantavam os braços e gritavam para que não atacassem. Vencidos sem choques os primeiros instantes, estabeleceu-se um *habeas corpus* tácito entre sitiantes e sitiados, para que estes, cerca de três mil, pudessem sair da nave da igreja sem ser molestados. Lentamente, em duas alas protetoras dos assistentes à missa, que seguiam pelo corredor assim formado, os padres deslocaram-se para o lado esquerdo da igreja, em direção à praça Pio XI e à esquina da rua da Quitanda.

Os *flashes* da imprensa espocavam, registrando o momento mais fotográfico da confrontação entre a Igreja Católica e o Estado de Segurança Nacional, então em vias de dominar inteiramente a sociedade brasileira.

Naquela noite, a Igreja saía de uma atitude de aprovação ao golpe de Estado de 64 para a oposição aberta, em nome da defesa dos direitos humanos.

Longo fora o caminho ideológico percorrido em quatro anos pela hierarquia católica, bispos e cardeais, para chegar até aquele instante de conflito com os generais de 64. Mais longa ainda seria a caminhada no escuro, nos anos de ditadura completa, quando a Igreja substituiria as funções dos partidos políticos, que não tinham liberdade para se organizar, e seria a única voz independente a falar pelos que não tinham outras possibilidades de apresentar as suas reivindicações e protestar contra as violências sofridas. A opção pelos pobres e os violentados não se daria sem cisões internas, hesitações e dúvidas profundas.<sup>1</sup>

## **Uma Igreja enfraquecida**

Ao contrário do que pensa a maioria dos que estudaram a Igreja Católica no Brasil, o que a caracteriza não é sua implantação nacional, a multiplicidade dos seus meios de comunicação, a importância dos seus colégios, hospitais e missões, a imponência das suas catedrais. Tudo isso realmente existe e tem peso, histórico e material. Tanto assim que permitiu que a Igreja cumprisse um importantíssimo papel



político durante os anos em que a censura calou quase todas as outras vozes da sociedade. O que impressiona é antes o outro lado da medalha: o progressivo enfraquecimento da mais antiga e sólida instituição latino-americana. David Mutchler, um americano que estudou o catolicismo no conjunto do continente, escreveu:

O aspecto mais característico da Igreja latino-americana não é a abundância dos seus teólogos progressistas, dos seus planos de pastoral, do seu comprometimento com as transformações sociais, mas sim o estado lastimável dos seus recursos próprios, em mão-de-obra e financeiros, bem como a apatia das massas católicas.<sup>2</sup>

Em 1968 havia no Brasil 243 bispos, 178 brasileiros e 65 estrangeiros, sendo que estes raramente se envolviam em assuntos políticos. Quase um quarto dos bispos brasileiros — mais precisamente, 43 tinham nascido em Minas Gerais, estado notório por sua moderação política, enquanto o Nordeste, onde a miséria favorecia a radicalização de opções, fora o berço de outro quarto, 46 ao todo. A outra metade era de São Paulo e do Sul, especialmente gaúchos.

O pequeno número de padres — cerca de 12 mil, sendo quase metade estrangeiros — não permitia a expansão da instituição. A formação de novos sacerdotes, reduzida a menos de trezentos por ano, fazia prever o agravamento da carência de vocações sacerdotais e do déficit de 20 mil padres no país. Calculava-se que somente 12% dos brasileiros eram católicos praticantes, ou seja, católicos que, além de batizados, freqüentavam as missas dominicais e tinham vida sacramental regular.<sup>3</sup>

A transferência de populações do campo para a cidade, acelerada ao longo da década de 1960, obrigava a Igreja Católica a competir com outras religiões, como as seitas protestantes de massa e a umbanda, mais bem implantadas nos bairros pobres e com um sistema de recrutamento de sacerdotes mais próximo do povo. Enquanto um padre católico tem que ter secundário completo e ainda estudar dois anos de Filosofia e quatro de Teologia, um pastor da Assembléia de Deus ou um pai de santo precisa apenas conhecer a liturgia da sua religião e ser aceito pelos seus fiéis. Em um país onde apenas 6% da população tem curso secundário completo, as exigências educacionais para o clero católico necessariamente limitam as possibilidades de recrutamento.

Por outro lado, diminuía a importância do sistema de cursos secundários católicos, uma fonte tradicional de recrutamento de sacerdotes. Os governos municipais e estaduais aumentavam a oferta de vagas gratuitas, e a inflação corroía as possibilidades da pequena classe média de financiar os estudos de seus filhos em educandários pagos.

Em 68, a Igreja Católica era — e, apesar de enfraquecida, é ainda hoje — a principal instituição religiosa do Brasil e a que maior audiência tem nas classes médias e superiores. Herdeira das tradições passadas, quando atribuía ao poder divino a legitimidade das coroas reais e os reis de Portugal se intitulavam “Majestade Fidelíssima”, enquanto os de Espanha eram “Majestade Católica” e os de França “Majestade Muito Cristã”, a Igreja Católica tem, no Brasil, a função social de sacramentar os nascimentos pelo batismo, as famílias pelo casamento e a morte pela extrema-unção e pelo enterro. No entanto, sua posição é a de uma fortaleza sitiada, com brechas nas muralhas.

## **As ordens de João XXIII**

A desvantagem competitiva dos católicos já era conhecida há muito tempo pelo Vaticano. Na sua última carta aos “diletos povos da América Latina”, datada de dezembro de 1961, João XXIII mandava que os bispos fizessem três coisas: elaborassem um plano pastoral que tivesse como objetivos “iluminar as inteligências, revigorar a vida sacramental e fortalecer os católicos na fé”; se esforçassem para mostrar aos governantes e a todos os responsáveis *a urgência de uma reforma de todas as estruturas sociais no sentido da promoção das massas subdesenvolvidas*; cooperassem com esse esforço de participação humana e tomassem parte ativa nele.<sup>4</sup>

A ordem do papa foi prontamente transformada por dom Hélder Câmara e seu grupo de assessores em um “Plano Pastoral de Emergência”, aprovado pela CNBB em abril de 1962. Esse plano durou até 1965, quando foi substituído por outro, intitulado “Plano Pastoral de Conjunto”.

Esses dois planos permitiram que os grupos empenhados na luta política justificassem o seu engajamento com textos da própria Igreja brasileira, ganhando, portanto, legitimidade. Essa legitimidade veio a

ser reforçada, em agosto e setembro de 68, pela declaração dos bispos da América Latina reunidos em Medellín, na Colômbia, declaração que representou a mais clara condenação das estruturas político-sociais do continente jamais feita pela Igreja Católica.

## **A Teologia da Libertação**

A declaração da Conferência Episcopal da América Latina, realizada em Medellín, enfatizava a necessidade de se ver o processo de salvação como iniciando-se neste mundo, fazia as ligações entre a fé e a justiça, pregava a necessidade de mudanças estruturais na América Latina, encorajava as comunidades eclesiais de base, explicitava a preocupação da Igreja com os pobres, denunciava o pecado existente nas estruturas sociais injustas e ressaltava a importância de se ter uma Igreja pobre.

As preocupações sociais manifestadas pelo episcopado continental em 68 — preocupações que já haviam despertado militâncias extremadas, como a do padre guerrilheiro Camilo Torres, morto em combate na Colômbia — foram o ponto de partida para novas e polêmicas maneiras de se interpretar o cristianismo através da chamada Teologia da Libertação.

As reflexões teológicas clássicas, como por exemplo as de São Tomás de Aquino, quase sempre nasceram nos conventos, mosteiros e centros de estudo, sendo fruto de experiências místicas individuais e de sistematizações também elaboradas individualmente. Por isso, Max Weber achava que nas grandes instituições religiosas a mudança só ocorre de cima para baixo, através da hierarquia e da influência de líderes.

No caso das novas interpretações do cristianismo e da sua relevância para a realidade político-social dos povos, o ponto de partida foram as experiências concretas, vividas pelas comunidades de base que surgiram no Brasil, no Peru e em outros países muito pobres da América Latina. Surgiram, portanto, de baixo para cima. É interessante observar que não apareceram teólogos da libertação nos países menos desiguais do continente, como a Argentina, o Uruguai, o Chile e a Costa Rica, pelo menos com a projeção alcançada por brasileiros, peruanos, equatorianos ou mexicanos.

Scott Maiwaring, que escreveu *A Igreja Católica e a política no Brasil*, constata:

As primeiras comunidades de base, as discussões iniciais sobre a pedagogia nas classes populares, o trabalho inicial com os índios e a maioria das inovações da Igreja brasileira começaram nas organizações de base. Além disso, quase sempre foram as ações e as declarações de grupos de leigos e de agentes pastorais trabalhando com as classes populares que atraíram a repressão contra a Igreja após o golpe de 64. *A repressão foi um fator-chave para a transformação da instituição.*<sup>5</sup>

Algumas das principais obras da Teologia da Libertação, influenciadas pela repressão aos militantes católicos, foram publicadas pouco depois de 68 por dois brasileiros: *Libertação: desafio aos cristãos*, do gaúcho Hugo Asmann, e *Jesus Cristo libertador*, de frei Leonardo Boff, franciscano do convento de Petrópolis. Ambos admitiram ter elaborado o pensamento sob a influência dos movimentos populares, da mesma forma que o padre peruano Gustavo Gutierrez, também célebre inovador, autor de *A força histórica dos pobres*. A influência que esses teólogos exerceram ultrapassou as fronteiras brasileiras e estendeu-se a todo o mundo cristão, despertando adesões apaixonadas e críticas arrasadoras.

## **A guerra fria explicava tudo**

Fidel Castro entrou em Havana em 1º de janeiro de 1959, à frente de um bando de guerrilheiros maltrapilhos, saudados como libertadores pela população e pela imprensa estrangeira, americana inclusive. Três anos mais tarde, em outubro de 1962, a presença de mísseis soviéticos em Cuba, que já se declarara um país comunista, quase provoca uma guerra nuclear capaz de destruir o mundo. A partir dessa crise, o risco de surgir uma nova Cuba em algum lugar, especialmente na sua zona de defesa imediata, a América Latina, tornou-se a obsessão dos estrategistas dos Estados Unidos. Abandonaram o enunciado da doutrina de Franklin Roosevelt, que, durante a Segunda Guerra Mundial, declarara as Américas a fortaleza de defesa da democracia. O que passou a valer foi a defesa do capitalismo, qualquer que fosse o regime político que o sustentasse, democrático ou ditatorial.

A paranóia anticomunista que se apossou dos cérebros de inúmeros políticos e militares das Américas chegou ao ponto máximo com o presidente Reagan. Depois de armar, subsidiar e treinar os bandidos da guarda pessoal de Anastacio Somoza, sanguinário ditador nicaraguense, atizou-os contra os sandinistas e o povo daquele pobre país chamando-os de “combatentes da liberdade”. É como se algum prelado ou sacerdote, pois deles tratamos neste capítulo, subvencionasse um esquadrão da morte na Baixada Fluminense e chamasse os seus membros de Filhos de Maria.

No Brasil, um dos resultados do anticomunismo exaltado foi o agravamento do conflito Igreja-Estado, que já se delineava desde 1964, quando foram presos como comunistas muitos católicos engajados em trabalhos sociais, como a alfabetização de adultos, o sindicalismo rural ou a participação em movimentos estudantis. Até Paulo Freire, um dos mais influentes pedagogos do mundo, foi preso e teve que se exilar. Foi parar na Universidade de Harvard (logo onde!) e, mais tarde, no Conselho Mundial das Igrejas, sediado na Suíça, pátria-mãe do capitalismo financeiro.

Tudo o que tivesse relação com movimentos populares, disputas entre posseiros e fazendeiros, estudantes rebeldes ou operários reivindicantes passou a ser encarado com suspeita pelos serviços de informações do regime, suspeita que freqüentemente se transformou em violência e repressão. Esses serviços — e, progressivamente, a cúpula das Forças Armadas — convenceram-se da existência de uma ampla infiltração marxista na Igreja Católica, infiltração que deveria ser extirpada através dos métodos então habituais: a prisão, a tortura e, no caso de estrangeiros, a expulsão do país.

Outra consequência, pelo lado oposto, foi a conversão a diversos tipos de socialismo de militantes e até de organizações católicas inteiras, como, por exemplo, a Ação Católica Operária (ACO) e a Juventude Operária Católica (JOC).

Em junho de 1968, reuniu-se em Recife o Congresso Nacional da ACO-JOC, cujos documentos foram apreendidos pelo serviço de informações do Exército e só foram conhecidos por terem sido distribuídos a alguns prelados considerados mais favoráveis ao regime, como o cardeal Vicente Scherer, de Porto Alegre. Neles, a ACO fazia um resumo

das teorias de Marx sobre a evolução dos modos de produção, considerava o governo Kubitscheck o marco principal da nova etapa de penetração do imperialismo no Brasil e fazia um julgamento radical:

O capitalismo é intrinsecamente mau, porque impede o desenvolvimento integral do homem e o desenvolvimento solidário do povo. Acabar com o patrão não é possível e não conduz a nada. O problema é acabar com a instituição do patronato para alcançar o objetivo final de uma sociedade sem classes (...). O cristianismo é uma fé, não é uma religião. O povo não está preparado para abandonar a religião. Devemos respeitar e purificar os seus hábitos religiosos, transformando a religião num potencial de libertação.

Diante de um radicalismo tão extremado, a própria Igreja interveio, chamando ao Brasil o assistente mundial da ACO, padre Burke, e reformulando as equipes nacionais de ambos os movimentos. Isso não impediu, no entanto, que em 1970 toda a nova equipe nacional e dois de seus padres assistentes fossem presos, torturados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional.<sup>6</sup>

## **Os comandantes perdem o comando**

Os atritos da Igreja com o regime militar foram inicialmente tratados como episódios isolados, desvios individuais a serem contidos tanto na organização religiosa como na militar. Na medida em que se repetiam — pois a Igreja reafirmava em novos documentos a opção pelos pobres e aprofundava as críticas ao modelo econômico vigente, enquanto as Forças Armadas consideravam subversivos todos os reparos às injustiças sociais — os choques passaram a ser de instituição contra instituição.

Uma das causas mais importantes desses conflitos foi a pretensão de alguns chefes militares de ditar o comportamento da Igreja, separando o que lhes parecia ser o seu papel legítimo (a distribuição dos sacramentos) e o que julgavam ilegítimo (a participação nos problemas sociais). Essa pretensão ao cerceamento da liberdade da Igreja de traçar as suas estratégias de crescimento pastoral não podia ser aceita, como não foi, sequer pelos membros da hierarquia mais favoráveis ao regime.

O ano de 1968 marca o início desse conflito institucional, já impossível de ser ocultado pelas respectivas hierarquias. Marca, também, o fortalecimento dos que defendiam uma Igreja voltada para os pobres.

## Os primeiros conflitos

A raiz dos primeiros conflitos institucionais entre a Igreja e o regime militar pode ser encontrada em um documento da Comissão Central da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de novembro de 1967, intitulado *A missão da hierarquia católica no mundo de hoje*. Esse documento, que foi assinado pelos 21 membros da Comissão Central, inclusive prelados conservadores como dom Vicente Scherer, cardeal de Porto Alegre, e dom Eugênio Salles, administrador apostólico de Salvador, dizia:

O bispo não se pode alienar dos problemas reais que afligem os homens. As alegrias e o sofrimento dos homens são as nossas alegrias e sofrimentos. Afirmar que a missão religiosa dos bispos não pode ultrapassar os limites da chamada vida espiritual é, na prática, aceitar o conceito marxista de religião. Proclamar a defesa da “civilização cristã” e, ao mesmo tempo, limitar a missão magistral da Igreja na defesa dos valores humanos significa uma defesa mascarada do paganismo.<sup>7</sup>

O primeiro incidente do ano ocorreu em 3 de maio de 68, em São Paulo, então uma importante base da linha dura militar, que já procurava pretextos para dar um golpe dentro do golpe. Foi preso, acusado de ter abrigado por uma noite um comunista perseguido, o presidente do Movimento Familiar Cristão, José Sotero Filho, até então considerado um conservador sem conexões políticas. Dom Lucas Moreira Neves, assistente nacional do movimento e atual cardeal primaz do Brasil por ser bispo de Salvador, declarou:

Se as operações de segurança nacional resultam na prisão de homens como José Sotero, eu temo muito pelo que poderá acontecer a este país. Quem poderá estar seguro de não ser preso?

A missa de ação de graças pela vitória dos aliados na Europa, realizada em 8 de maio, foi a ocasião de outro incidente, desta vez no Maranhão. No decorrer do seu sermão, o bispo auxiliar de São Luís, dom Edmilson da Cruz, indagou: “É possível se falar, na atual situação

brasileira, em liberdade de imprensa? Em liberdade do rádio?” Os militares presentes se retiraram em protesto, e o comandante da guarnição federal distribuiu uma nota dizendo que a Igreja fora profanada por quem tinha a obrigação de defendê-la. O caso foi encerrado pela interferência dos superiores do comandante.

## **O caso Comblin**

Mais sério foi o conflito em torno de um estudo do padre belga Joseph Comblin sobre a proposta de declaração que os bispos latino-americanos assinariam na conferência a ser realizada em Medellín.

Dom Hélder Câmara, arcebispo de Recife e um dos alvos favoritos da linha dura militar, recebeu da secretaria da conferência o rascunho da declaração e pediu a opinião de vários assessores. Um deles era o padre Comblin, há dez anos na América Latina e professor de Teologia no Seminário de Olinda, que apresentou uma proposta alternativa.

O estudo de Comblin era provisório e para uso interno dos grupos de reflexão da arquidiocese. Criticava a proposta apresentada como sendo demasiadamente genérica e cheia de lugares-comuns. Em seguida, fazia uma análise do papel da Igreja na história e na política do continente, tratava de assuntos como a conquista e o exercício do poder e terminava por examinar a responsabilidade da Igreja no processo de desenvolvimento latino-americano, cuja injustiça para com os pobres considerava gritante.

O vereador Waldenkolk Wanderlei, militante político de extrema direita e visceral inimigo de dom Hélder, conseguiu uma cópia do documento, pinçou alguns trechos, citados fora do respectivo contexto, e os fez circular na imprensa e entre militares. Iniciou-se imediatamente uma feroz campanha de imprensa tanto contra o arcebispo como contra seu assessor, apresentado como o responsável pelas idéias subversivas que circulavam na instituição. Um editorial de *O Globo* chegou a dizer que o Estado brasileiro correria certamente um risco se fosse levado a acreditar que o plano de operações do padre Comblin era um texto de Teologia. “Se isso é Teologia, o livro vermelho de Mao é um manual de quietismo”, afirmava.



Era comum, naquela época, os jornais conservadores escreverem editoriais ensinando aos bispos o que era e o que não era parte da ortodoxia da Igreja. Essa prática curiosa era regularmente exercida não só por *O Globo*, como pelo *Jornal do Brasil* e, sobretudo, por *O Estado de S. Paulo*. Da mesma forma como havia editores especializados em economia ou em esportes, eles passaram a ter especialistas em ortodoxia católica. Os correspondentes estrangeiros consideravam as divagações teológicas dos jornais brasileiros, inéditas no mundo, como mais uma bizarra peculiaridade do país.

O debate em torno do estudo do padre Comblin durou umas três semanas. Os ataques, responsabilizando Comblin e dom Hélder pela “comunização do clero” durariam mais alguns anos. Em 25 de maio de 1969 o ódio dos setores mais reacionários do regime contra dom Hélder cobrou o seu imposto de sangue. O corpo do padre Antônio Henrique Pereira Neto, seu assistente para o meio estudantil, foi encontrado degolado e com sinais de torturas, nas proximidades da Universidade Federal de Pernambuco. O assassinato, imediatamente atribuído a membros da comunidade de informações, jamais foi esclarecido.

Em 1972, o padre Comblin foi impedido de entrar no país ao voltar de uma viagem. Houve inúmeras manifestações de solidariedade. O psicanalista Hélio Pelegrino, católico radical e intelectual respeitadíssimo no Rio de Janeiro, publicou no *Correio da Manhã* uma longa análise do documento e da posição da Igreja frente aos problemas sociais. Dom Marcelo Carvalheira, bispo auxiliar de Recife, e frei Eliseu Lopes, superior do convento dos dominicanos no Rio, fizeram o mesmo.

## **O padre Wauthier**

Outro conflito foi provocado pela prisão, durante a greve dos metalúrgicos de Osasco, de dois padres: Antônio de Almeida Soares, que ficou detido apenas uma semana, e Pierre Wauthier. Este, francês e membro da congregação de São Pedro e São Paulo, tinha como missão evangelizar o meio operário que trabalhava na Cobrasma. Embora não fosse um ativista político, Wauthier ficou solidário com seus companheiros em greve, atitude que se somou à suspeita que contra ele já tinham os

serviços de inteligência, por se haver recusado a rezar uma missa encomendada pelos patrões.

Após um mês de prisão, os serviços de inteligência permitiram que Wauthier ficasse na casa do cardeal de São Paulo, dom Agnelo Rossi. Em 27 de agosto, dom Rossi ausente por estar em Medellín, a casa foi invadida e, sem processo, Wauthier foi deportado para a França.

A deportação provocou protestos de bispos e padres de todo o Brasil. Uma das razões dos protestos é que a iniciativa da polícia política provocava insegurança em todos os sacerdotes estrangeiros. Como a Igreja dependia fortemente de missionários para fazer funcionar as suas estruturas no Brasil, era uma séria ameaça à organização.

A expulsão do padre Wauthier teve um desdobramento em outubro, quando o cardeal Rossi, pressionado pelo clero da diocese, recusou-se a receber do presidente Costa e Silva a medalha da Ordem Nacional do Mérito. Em retaliação, dom Rossi foi proibido de celebrar a primeira-comunhão dos filhos de militares, em 10 de dezembro. Ao chegar à igreja, um oficial comunicou-lhe que era *persona non grata* e que devia se retirar.

Segundo o general Jayme Portella, chefe da Casa Militar, o presidente Costa e Silva teria interpretado a recusa de dom Rossi, um dos membros mais conservadores do episcopado, como um agravo pessoal e não como o ato político que realmente era.<sup>8</sup> Essa versão conflita com a esperteza política que Costa e Silva muitas vezes demonstrou, inclusive para chegar à Presidência, passando por cima da oposição do grupo mais próximo ao marechal Castelo Branco.

Na verdade, Costa e Silva era muito mais inteligente do que a fama de burro e grosso que teve, e que levou para o túmulo, permitira supor.

## **A guerra declarada**

A série de ataques desferidos contra a Igreja pelo general Afonso Albuquerque Lima, ministro do Interior e candidato à Presidência da República, no último trimestre de 68 significou uma mudança profunda na estratégia dos altos escalões do regime, que sempre procuraram conter os conflitos, e um claro anúncio das intenções totalitárias de uma parcela do Exército.

O general Albuquerque Lima, ao deixar o serviço ativo, tornou-se um homem de negócios não muito claros, metido que esteve na falência da Decred, um dos maiores escândalos financeiros dos anos 70. Mas, em 68, passava por moralista, nacionalista extremado e muito influente na tropa, o que de fato era, como ficou provado em uma consulta realizada entre os oficiais do I Exército, no Rio de Janeiro, que lhe deu a preferência da oficialidade para a sucessão de Costa e Silva.

Em outubro de 1968 o general Albuquerque Lima percorreu os estados do Sul proferindo, nos Círculos Militares, uma série de palestras denunciando a Igreja. Dizia:

Os comunistas, os padres e os bispos da esquerda festiva precisam entender de uma vez por todas que as Forças Armadas não permitirão nunca uma volta ao passado.

E explicava que o plano do comunismo para dominar o mundo apresentava várias fases. A primeira tinha como objetivo eliminar as Forças Armadas; depois, a Igreja, que seria uma poderosa força moral já infiltrada pelos comunistas e, finalmente, eliminar a moral e a família. Afirmou textualmente:

Padres e freiras de colégios do Rio de Janeiro inculcam em jovens de treze e quatorze anos problemas destinados a acabar com a família. Colaboram com a disseminação de teses que têm como objetivo despertar nos jovens tendências sexuais anormais.

Lidas hoje, essas afirmações impressionam apenas pela sua estúpida imbecilidade. Mas em 1968 elas eram levadas a sério, tanto que Albuquerque Lima quase foi presidente da República. É que a loucura ideológica, de direita e de esquerda, se havia apossado de importantes setores da sociedade e empurravam o país para a ditadura total.



### **A briga dos doidos**

O ano de 68 marca o início do poder de uma nova arma na estrutura militar brasileira: a comunidade de informações, que tinha como centro o Serviço Nacional de Informações (SNI), ligado à Presidência da República. O aumento das ações de guerrilha urbana, sobretudo em São Paulo, fortaleceu enormemente essa “comunidade”, tornando-a praticamente autônoma em relação às hierarquias de origem dos seus membros, fossem civis ou militares. Um homem como Sérgio Fleury, por exemplo, delegado da Ordem Política e Social em São Paulo, tinha inteira liberdade de ação, até mesmo para contrariar seus superiores diretos, o secretário de Segurança Pública e o governador do Estado. O mesmo ocorria com muitos dos militares, sobretudo depois que conseguiram recursos financeiros próprios, quer através de verbas orçamentárias, secretas e incontroláveis, quer através de doações privadas, como as que alimentaram a Operação Bandeirantes (Oban), de sangrenta memória.

Apesar da oposição de um grupo militar minoritário, que lutava internamente para enquadrar a “comunidade” nos princípios gerais da hierarquia, os “autonomistas” terminaram por dominá-la inteiramente. Com isso, puderam transformá-la em um Estado dentro do Estado, capaz de influenciar enormemente a carreira de seus próprios colegas, através de informes que, por serem secretos, não proporcionavam direito de defesa aos acusados.

Terminada vitoriosamente a luta antiguerrilheira, a “comunidade”

buscou outros caminhos, enveredando até para negociatas, atos de terrorismo e mesmo assassinatos. No final do ciclo, o seu criador, general Golbery do Couto e Silva, diante do atentado do Riocentro, fez uma auto crítica: “Criei um monstro.”

Note-se que, sendo a comunidade de informações composta de civis e militares, e, entre os militares, de praças, cabos, sargentos, graduados e oficiais, ela jamais chegou a reunir um número significativo do quadro de oficiais das três forças. Ao contrário: o general Ivan de Sousa Mendes, que iniciou o seu enquadramento em práticas mais democráticas, declarou que ela era formada, na sua totalidade, por apenas 2.500 membros. No entanto, a ela se deve grande parte dos atos que abalaram a imagem das Forças Armadas perante a opinião pública civil.<sup>1</sup>

Creio ter sido o primeiro jornalista a antever as conseqüências da criação de um serviço de informações com o grau de autonomia da “comunidade”. Em 12 de maio de 1964, dias depois da criação do SNI, publiquei no *Correio da Manhã* um artigo onde dizia:

Com as tentações do segredo e do poder, o SNI poderá facilmente evoluir para o autoritarismo. Será a Pide de Salazar, o Dops de Filinto Müller. Os exagerados poderão até lembrar-se de outras siglas sinistras: a Gestapo, a Ovra, de Mussolini, a NKVD, de Stalin.<sup>2</sup>

Foi o que aconteceu. Havia um vento de loucura no ar. Radicalismo era o nome desse vento, que enlouquecia as cabeças de militares, guerrilheiros, estudantes, quase todos os que se confrontavam em uma luta política travada segundo as ideologias da guerra fria. Onde o radicalismo batia, não se limitava a endoidar suas vítimas. Cegava, também. A cegueira não permitia que os combatentes vissem nos adversários qualquer parcela de razão, por menor que fosse. Ambos os lados estavam seguros de suas verdades e se diziam donos do patriotismo. Não havia adversários políticos. Só inimigos, a serem destruídos de qualquer maneira. Destruídos em atentados e emboscadas, pelos guerrilheiros. Destruídos com a prisão e a tortura, pelos órgãos da repressão, que incluíam civis e militares. Quem não está comigo, está contra mim, era a regra.

## A tortura

No início do regime autoritário os chefes militares trataram de reprimir os torturadores. O marechal Castelo Branco, indignado com as notícias que eu publicara no *Correio da Manhã* sobre um grupo de oficiais de Recife que torturaram prisioneiros, mandou-me um recado através do seu cunhado, o historiador Hélio Vianna: “Diga a esse rapaz que o Exército brasileiro não tortura.” Em seguida, despachou para Pernambuco o seu chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel.

Geisel constatou que, se naqueles exatos dias não se estava mais torturando, a tortura tinha sido rotineira nas primeiras semanas posteriores ao golpe. O relatório da comissão que o acompanhou evitou o assunto, sem negá-lo, mas as ordens que ele transmitiu foram suficientemente severas para impedir essa prática até 1968.<sup>3</sup>

Diante das primeiras ações de guerrilha urbana, a polícia política e os serviços secretos das Forças Armadas legitimaram a tortura porque não souberam combater os guerrilheiros pela inteligência, como faziam italianos, espanhóis e alemães. Naqueles países, a atividade terrorista das Brigadas Vermelhas, do movimento independentista do país basco (ETA) e do grupo Baden-Meinhoff atingiu um nível de violência muito superior ao das organizações de luta armada no Brasil. Apesar disso, não houve, na Itália e na Alemanha, acusações de emprego de torturas pelos órgãos da repressão, o mesmo ocorrendo com a Espanha, após a morte do generalíssimo Franco. Somente na Irlanda do Norte, conflagrada há mais de trinta anos, é que se levantam, esporadicamente, acusações desse tipo contra o exército inglês.

No Brasil, a comunidade de informações adotou a teoria de que a guerra não convencional era uma guerra suja. Essa teoria fora desenvolvida por dois generais franceses, Trinquier e Beaufre, durante a guerra da Argélia. Para eles, a espinha dorsal da contra-insurreição eram os serviços de inteligência, cuja missão era identificar os inimigos, isolá-los das suas possíveis bases de ação e destruí-los, utilizando os meios necessários, quaisquer que fossem.<sup>4</sup> A aplicação dessa teoria jogou no lixo os antigos procedimentos brasileiros, estabelecidos pelo marechal Osório na Guerra do Paraguai: “O prisioneiro desarmado e pacífico é um ser humano, e como tal deve ser tratado.”

## Geisel derruba o SNI

A tortura fora suspensa no governo de Castelo Branco e no início do de Costa e Silva porque não havia mais presos políticos. Recomeçou em 1968, com as prisões de estudantes, operários e, sobretudo, dos primeiros guerrilheiros.

Para os órgãos de repressão, a tortura era o mais rápido expediente para se extraírem informações dos prisioneiros, e era justificada com o argumento de que essas informações poderiam salvar vidas. Guerra é guerra, diziam, e aquela era uma guerra especial, onde não se respeitavam as convenções de Genebra de proteção aos prisioneiros.

Mais uma vez coube ao general Geisel, já presidente da República, procurar erradicar esse câncer. Mesmo porque, àquela altura, a guerrilha estava completamente derrotada. Para fazê-lo, Geisel teve que demitir o comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávila Melo, após a morte sob torturas, em dependências do Exército, em São Paulo, do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho.

A imposição definitiva da autoridade de Geisel e o conseqüente fim das torturas em quartéis ocorreu no sábado, 12 de outubro de 1977. O ministro do Exército, general Sílvio Frota, estava em franca campanha para ser presidente da República. Aliciava a simpatia de parlamentares da Arena, o partido governista, eleitores no colégio eleitoral que homologava a escolha dos generais-presidentes, e de oficiais, em quem açulava o anticomunismo de maneira tão insensata que acusava Ernesto Geisel (logo quem!) de ser complacente com a subversão.

Conta Thomas Skidmore, o mais famoso “brasilianista” norte americano, no seu livro *Brasil: de Castelo a Tancredo*:

Geisel alertou os comandantes regionais, dizendo-lhes da iminente demissão de Frota e da sua substituição pelo general Belfort Bethlem. Quando o presidente aplicou pessoalmente o *coup de grâce* em seu ministro, este, de volta ao Palácio do Exército, providenciou o lançamento de veemente manifesto, acusando o governo de complacência criminosa com a infiltração comunista nos altos escalões do poder.<sup>5</sup>

O documento era uma espécie de plataforma de campanha eleitoral para o público interno, militar. Atacava o reconhecimento pelo Brasil, em 1974, da República Popular da China, bem como o reconhecimento, em 1975, do governo marxista de Angola.



Publicado nos jornais, por ele ficamos sabendo que o general Frota queria manter a ditadura e ser presidente porque o Brasil estaria prestes a cair nas mãos dos comunistas. A prova: entre os cerca de 800 mil funcionários federais haviam sido detectados pouco mais de cem comunistas. Dramaticamente, advertia os seus camaradas de que, se não seguissem seus conselhos sobre a preservação de um Brasil “democrático”,

quando as pesadas cadeias do totalitarismo marxista fizerem correr um suor de amargura pelo rosto pálido de suas viúvas, não quero que em seus gritos de desespero elas acusem o general Frota de não lhes ter apontado a ameaça iminente.<sup>6</sup>

Como se pôde chegar a esse grau de demência é uma história que tem as suas raízes na vitória de Fidel Castro em Cuba, que marca o início da guerra fria na América Latina, e que, no Brasil, teve o seu apogeu nos episódios de 1968.

## **Sinal verde para as ditaduras**

Até 1959, quando Fidel entrou em Havana, a estratégia norte-americana era voltada quase exclusivamente para as hipóteses de guerra com a União Soviética, especialmente para a guerra atômica. Na eventualidade desse confronto se concretizar, as forças armadas latino-americanas, encaradas como tropas auxiliares dos Estados Unidos, pouco teriam a fazer. Quando muito, competia-lhes policiar suas águas costeiras e garantir suficiente coesão interna para colocar os recursos naturais de cada país à disposição dos verdadeiros combatentes, que seriam as tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Otan.

Para os americanos, esse tipo de emprego previsto para as forças armadas latino-americanas não era incompatível com um regime democrático. A democracia começou a tornar-se um problema quando os Estados Unidos mudaram de estratégia, privilegiando o controle das populações pelos militares nativos, segundo os conceitos da guerra anti-insurrecional. Essa foi uma das mais fortes razões para que apoiassem os golpes no Brasil, em 64, na Argentina, em 66, no Uruguai, em 72, e no Chile, em 73.

Em setembro de 68, quando já se deflagrara a crise entre o Congresso e o Executivo a pretexto de um discurso meu, reuniu-se na Escola de Comando e Estado Maior do Exército a VIII Conferência de Comandantes de Exércitos das Américas. O sinal verde para os regimes militares no Continente foi então reforçado, e é provável que a delegação americana tenha sido oficiosamente informada da intenção dos brasileiros de estabelecerem a ditadura completa.<sup>7</sup>

## **As teorias da contra-insurreição**

Quando um país predetermina o seu inimigo, tornando o confronto com ele a sua única hipótese de guerra, os seus estados-maiores perdem a criatividade e são surpreendidos por acontecimentos que não haviam previsto. Os americanos prepararam-se, desde 1948, para uma guerra intercontinental com os soviéticos. A alternativa que previam era a de um enfrentamento mais limitado, em território europeu, com as tropas do Pacto de Varsóvia. Acabaram por lutar na Coreia, no Vietnã, no Oriente Médio e na América Central, sempre improvisando o emprego dos seus recursos.

O único chefe político-militar do Ocidente a livrar-se das limitações que essa estratégia de idéia-fixa impôs foi o general De Gaulle, que retirou a França da Otan e criou uma força independente de dissuasão atômica. Mas De Gaulle era um estadista, figura rara de aparecer na política mundial e quase inédita no Brasil.

Fidel Castro vencera o exército regular do ditador Fulgêncio Batista através da guerra de guerrilhas. Antes dessa vitória, a luta antiinsurrecional era uma especialidade dos ingleses, que a utilizaram com êxito na Malásia, e dos franceses, que haviam combatido no Vietnã e na Argélia, sendo em ambos os casos derrotados.

Só a partir de 1961 é que começam a surgir estudos norte-americanos sobre o assunto. O maior repertório de artigos militares publicado nos Estados Unidos, o Air University Library Index for Military Periodicals, não registra um só artigo sobre contra-insurreição no volume de 1959-61. No seguinte, de 1962-64, já há 202 artigos sobre contra-insurreição e 33 sobre ações cívico-militares.

É evidente que essa preocupação deveria ter profundas repercus-

sões no Brasil. Em virtude da nossa participação na Segunda Guerra Mundial, éramos o país com mais estreitos vínculos com o aparelho militar americano. O professor Alfred Stepan, principal analista desse relacionamento, assinala que o acordo criando uma Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos não tinha paralelo na América Latina e institucionalizara um programa, também especial, de intercâmbio de informações sobre assuntos de segurança em alto nível. Um dos produtos dessa relação especial foi a criação, com ajuda norte-americana, em 20 de agosto de 1949, da Escola Superior de Guerra, onde uma missão de assessoria norte-americana esteve presente até 1960 e um oficial de ligação até muito mais tarde.

Stepan nota, no entanto, que o pensamento militar brasileiro volta-se para a contra-insurreição bem antes do americano, uma vez que muitos dos seus temas foram tratados pelo general Golbery do Couto e Silva em meados da década de 1950. Nota, ainda, que a presença de militares brasileiros nas escolas norte-americanas abertas aos latinos foi muito inferior ao peso demográfico e territorial do país. Até 1963, dos 112 latino-americanos que haviam passado pelo Colégio Especial de Guerra de Fort Bragg, apenas dois eram brasileiros, e dos 16.343 que haviam passado pelo Colégio do Exército no Panamá, a chamada "escola de ditadores", apenas 165 eram brasileiros.<sup>8</sup>

Na verdade, a doutrina de segurança nacional brasileira, baseada na idéia de que combater internamente o comunismo seria a missão principal das nossas Forças Armadas, é uma criação essencialmente nacional. Sua origem está na tentativa de levante militar liderada por Luís Carlos Prestes em 1935, a chamada Intentona Comunista. A partir desse episódio, as Forças Armadas brasileiras, e o Exército em particular, tornaram-se visceralmente anticomunistas, mantendo essa atitude inclusive durante a Segunda Guerra Mundial, quando norte-americanos e russos colaboraram estreitamente na luta contra o nazismo.

## **A Escola Superior de Guerra**

As principais metas dos primeiros governos autoritários foram discutidas e detalhadas nos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG). O marechal Castelo Branco, primeiro presidente militar, foi comandante

da escola, de onde também saíram personalidades-chaves do regime, como o marechal Cordeiro de Farias, ex-comandante, e os generais Ernesto Geisel e Juracy Magalhães, além, é claro, do general Golbery, que passou à história como seu grande ideólogo.

A influência política da Escola nos meios militares foi tão grande que os seus antigos alunos e membros do corpo permanente de instrutores formaram o “grupo da Sorbonne”, em contra posição aos “tropeiros”, a maioria da oficialidade menos inclinada a pesquisas intelectuais.

Essa influência foi maior durante o governo Castelo Branco, quando Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Juracy Magalhães e Golbery do Couto e Silva participaram do ministério e Ernesto Geisel foi chefe da Casa Militar. Embora os presidentes Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici fossem “tropeiros”, as doutrinas formuladas na Escola, especialmente os diagnósticos elaborados por seu corpo permanente, continuaram a influenciar decisivamente o pensamento militar brasileiro.

A partir do seu segundo comandante, general Juarez Távora, a ESG procurou incorporar elites civis, obtendo grande sucesso. Até 1966 a ESG formara 690 civis, sendo 39 parlamentares, enquanto 599 militares haviam passado pelos seus cursos. Como só eram admitidos alunos com formação universitária, os líderes sindicais ficavam excluídos. Criara-se, ainda, uma associação de ex-alunos, a Adesg, extremamente influente, que organizava nos estados ciclos de conferências para expandir a influência da instituição e transmitir a sua ideologia.<sup>9</sup>

“Golbery é o gênio da raça!”, bradava Glauber Rocha, que vivia em um tal estado de exaltação que o seu “bom dia” era quase um manifesto. Se o gênio era bom ou ruim é questão de julgamento. Mas, em relação à estratégia de segurança nacional, ele realmente teve primazia. Já em 1959, portanto antes da mudança da estratégia americana em relação à guerra de guerrilhas, o general Golbery do Couto e Silva escrevia, no seu livro básico, *Geopolítica do Brasil*:

A América Latina enfrenta hoje ameaças mais reais que em qualquer outra época, ameaças que podem resultar em insurreições que tentariam implantar, embora não abertamente, governos favoráveis à ideologia comunista e que se constituiriam em um grave e urgente perigo para a unidade e a segurança das Américas.

Mais tarde, argumentava a favor de um forte planejamento e controle de natureza estratégica, porque a área política estaria permeada por “pressões adversas”, criando uma espécie de universalização dos fatores de segurança, alargando as áreas da estratégia até o ponto em que ela absorveria quase todas as atividades nacionais.

Alfred Stepan constatou que em 1956 não havia no currículo da Escola de Comando e Estado Maior do Exército nenhuma conferência sobre contra-insurreição, segurança interna ou comunismo. Em 1968, no entanto, o mesmo currículo incluía 222 horas sobre segurança interna e 129 sobre guerra não convencional.

## Segurança é tudo

A idéia básica da doutrina de segurança nacional era a guerra total, que se processava permanentemente, de forma visível ou invisível, tendo por teatro de operações todo o território nacional, toda a população e todas as atividades que essa população desenvolvia. Ou seja: era uma idéia que servia maravilhosamente como caldo de cultura para qualquer tipo de paranóia. Os combatentes estavam permanentemente ameaçados pelos adversários — no caso, os comunistas —, em qualquer lugar onde se encontrassem. Acreditava-se que o inimigo subversivo utilizava qualquer recurso, até as canções ou as peças de teatro. Logo, igualavam-se, na mesma periculosidade, os guerrilheiros da ALN de Carlos Marighella, o deputado que fazia discursos contra o regime, o estudante que participava de passeatas proibidas, o líder sindical que organizava greves contra o arrocho salarial, o padre que lhe emprestava solidariedade, Chico Buarque, que escrevera a peça *Roda viva* e Geraldo Vandré, que compusera *Caminhando*, onde havia versos que diziam: “Nos quartéis lhes ensinam antigas lições, de morrer pela Pátria e viver sem razão.”<sup>10</sup>

A melhor e mais dramática definição do novo conceito de guerra foi dada pelo general Golbery do Couto e Silva; o “gênio da raça” de Glauber Rocha:

Hoje ampliou-se o conceito de guerra a todo o espaço territorial dos estados beligerantes, absorvendo na voragem tremenda da luta a totalidade do esforço econômico, político, cultural e militar de que era

capaz cada nação, rigidamente integrando todas as atividades em uma resultante única visando à vitória e somente à vitória, confundindo soldados e civis, homens, mulheres e crianças nos mesmos sacrifícios e em perigos idênticos e obrigando à abdicação de liberdades seculares e direitos custosamente adquiridos, em mãos do Estado, senhor todo-poderoso da guerra; mas, sobretudo, ampliou-se também na escala do tempo, incorporando em si mesma o pré-guerra e o após-guerra, como manifestações atenuadas de seu dinamismo avassalante — formas larvadas de guerra, mas no fundo guerra.<sup>11</sup>

Não sobrava, segundo essa definição, nenhum espaço para a paz, sequer antes ou depois dos conflitos, porque o tempo entre um e outro episódio de guerra explícita era apenas uma preparação para sua eclosão.

Na verdade, o conceito de “segurança nacional”, que tentava justificar a total ocupação do espaço político pelos seus defensores, era abrangente demais e, por vezes, contraditórios demais para formar um corpo doutrinário uniforme. No entanto, como observou o padre Comblin, se a examinarmos de baixo para cima, ou seja, se olharmos para a definição que a “segurança nacional” faz do inimigo único, o comunismo, cria-se a unidade da doutrina, que é, simplesmente, o combate ao comunismo por todos os meios, como se faz na guerra, e sem levar em conta que o combate pode vir a travar-se no plano político, onde as normas são diferentes e o opositor é um adversário a ser vencido, não necessariamente um inimigo a ser destruído.<sup>12</sup>

Daí o poder da comunidade de informações, encarregada de descobrir e aniquilar o inimigo.

## **O caso Parasar**

Somente no contexto das teses da doutrina de segurança nacional, da estratégia de guerra total, do nascente poder e do sentimento de impunidade da comunidade de informações, bem como no clima de radicalismo em que se vivia em meados de 68, é que se pode entender o episódio que veio a ser conhecido como “caso Parasar”. Nele, um capitão da FAB, Sérgio Miranda, vulgo Sérgio Macaco, se opôs a um oficial-general, o brigadeiro João Paulo Penido Burnier, que pretendia empregar uma unidade de elite da Força Aérea em missões de assassinato, seqüestro e, eventualmente, terrorismo.<sup>13</sup>

O episódio ocorreu no 11º andar do Ministério da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, às 13:00h do dia 14 de junho de 1968. As ruas fervilhavam, desde o início do ano, com os protestos estudantis por mais vagas nas universidades, protestos que se haviam transformado em manifestações contra o regime, especialmente a partir da morte do estudante Édson Luís, no restaurante do Calabouço, em 28 de março.

O brigadeiro Burnier, chefe interino do gabinete do ministro da Aeronáutica, reuniu oficiais, sargentos e praças do Parasar para dizer-lhes que, no caso das agitações de rua, como as que ocorriam, as suas mãos não deveriam tremer ao serem obrigados a matar, da mesma forma como não tremeriam se, em guerra, tivessem que resgatar companheiros. Em seguida, falou de um plano de eliminação dos “canalhas”, ou seja, de um grupo de personalidades que considerava maus brasileiros, entre os quais Carlos Lacerda, homens que deveriam ser jogados no mar a quarenta milhas da costa.

No final da reunião do dia 14, o brigadeiro Burnier perguntou aos oficiais do Parasar se com ele concordavam, começando pelos quatro que sabia compartilharem das suas opiniões e que, evidente, disseram sim. Ao chegar ao capitão Sérgio Macaco, 37 anos, 6 mil horas de voo, novecentos saltos em missão e quatro altas condecorações — medalhas de sangue em tempos de paz — recebeu um rotundo não.

Sérgio Macaco dirigiu-se imediatamente ao gabinete do ministro Márcio de Sousa Melo, mas não conseguiu entrar. No dia seguinte, relatou os fatos ao seu ex-comandante, brigadeiro Délio Jardim de Matos, que o aconselhou a procurar o oficial de maior prestígio na FAB, criador e patrono da Arma, brigadeiro Eduardo Gomes.

Eduardo Gomes ouviu o relato, pediu que Sérgio voltasse no dia seguinte com seu superior, o diretor de Rotas Aéreas, brigadeiro Itamar Rocha, a quem sugeriu a abertura imediata de uma sindicância.

O brigadeiro Itamar, respeitado na Aeronáutica como um homem reto e verdadeiro, ouviu 37 dos 41 participantes da cena, que confirmaram a versão que o capitão Sérgio dera por escrito. Os que não a confirmaram eram os parceiros do brigadeiro Burnier: major Gil Lessa de Carvalho, capitães Roberto Guarany e Loris Cordovil, vulgo Bororó, e tenente João Baptista Magalhães.

O brigadeiro Itamar foi punido com dois dias de prisão pela iniciativa que tomou. O capitão Sérgio foi removido para Recife, julgado e absolvido pela unanimidade do Superior Tribunal Militar, e terminou sendo reformado em 1969 pela Junta Militar, que contra ele usou o Ato Institucional nº 5. O brigadeiro Eduardo Gomes, inconformado com o enxovalhamento da Arma que criara, foi uma tarde esperar o ministro Márcio Melo à porta do Ministério da Aeronáutica e disse-lhe as verdades que julgou necessárias, com os adjetivos apropriados, de cafajeste para baixo.

Em 24 de maio de 1974 o brigadeiro Eduardo Gomes escreveu uma longa carta ao general Ernesto Geisel, presidente da República, historiando os acontecimentos. Disse:

O capitão Sérgio tem o mérito de haver-se oposto ao plano diabólico e hediondo do brigadeiro João Paulo Burnier, que, em síntese, se consumaria através da execução de atos de terrorismo. Não posso mais arrastar comigo o peso dessa injustiça que me oprime o cansado coração.

Esses são os fatos absolutamente comprovados.

Sem comprovação tão completa, mas verossímil em razão da personalidade de Burnier e do clima da época, há a versão do capitão Sérgio da entrevista que teve com os brigadeiros Burnier e Hipólito da Costa no dia 12 de junho. Nessa reunião, o brigadeiro Burnier teria explicado todo o seu plano: começariam com pequenos incidentes terroristas, como bombas na porta da grande loja Sears, do Citibank e da embaixada americana, que atribuiriam aos comunistas. Depois, fariam explodir, às 18:00h de um dia de semana, o gasômetro da avenida Brasil e a represa de Ribeirão das Lajes. Milhares de pessoas morreriam, mas os helicópteros do Parasar estariam rapidamente nos locais, para socorrer as vítimas. A autoria seria também atribuída aos comunistas e provocaria, no mínimo, a suspensão das garantias constitucionais. Essa suspensão de garantias permitiria a prisão das pessoas a serem jogadas no mar: Lacerda, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, dom Hélder Câmara, o general Mourão Filho (ministro do Superior Tribunal Militar), o brigadeiro cassado Francisco Teixeira, entre outros.

Alguns colegas de turma de Sérgio Macaco, como o brigadeiro Sócrates Monteiro, ex-ministro da Aeronáutica, colocam em dúvida a existência desse imenso projeto terrorista. Mas não há quem duvide da



veracidade das conclusões do inquérito do brigadeiro Itamar Rocha. Ou seja: não há quem recuse a evidência da presença do Parasar nas ruas, em trajes civis, com seus homens instruídos para praticar assassinatos e terrorismo, ordens partidas do próprio gabinete do ministro da Aeronáutica.

## **Sinais de desunião**

A reação de Eduardo Gomes e dos brigadeiros Itamar e Délio mostra que a cumplicidade com a loucura não se estendia a toda a hierarquia. Mas a punição dos envolvidos mostra que a hierarquia da Aeronáutica estava, na época, totalmente nas mãos da comunidade de informações.

Paralelamente a essa reação de parte da alta cúpula da Aeronáutica, começavam a surgir manifestações de inconformidade com os rumos do regime nas camadas intermediárias do Exército, em especial na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Essa escola, localizada no coração da Vila Militar do Rio de Janeiro, oferece aos jovens oficiais o seu primeiro convívio coletivo depois de saírem da Academia Militar das Agulhas Negras. Em 68, o seu curso era ainda de um ano letivo completo, o que oferecia aos capitães tempo suficiente para acompanhar a situação política e sobre ela opinar.

Em 1º de novembro, os jornais publicaram um manifesto dos capitães da EsAO, dirigido aos seus superiores, criticando o governo. Diziam eles, entre outras críticas:

O surgimento dos desvios acentuados da atividade militar nos quartéis, onde a burocracia e a administração engolfaram a preparação profissional, disfarça no expediente completo aquilo que se torna mais ostensivo nos corredores dos gabinetes e estabelecimentos. Não quer dizer que não se trabalhe, e sim que não se produz convenientemente. Enganarmo-nos que o pessoal produz a segurança do país é o evidente não-reconhecimento de que a função militar está desvirtuada por erros quase crônicos (...). O oficial da tropa se desvaloriza no esquecimento, cansado de ouvir falar em Corpo de Exército, Divisão e Teleguiados, e de se ver às voltas com o Mosquetão 1908.

Não se pode manter viva a chama idealista pelo jorro de palavras. É preciso sentir em seu trabalho a materialização do objetivo que nos trouxe à carreira das armas. Não é possível um homem se enganar durante trinta anos.

A onda de descrédito no Governo se avoluma pela corrupção, caracterizada por episódios da nossa vida pública, fartamente noticiados, e que, pela falta de repressão enérgica e violenta, apesar dos meios legais existentes, parece se antagonizar com a normalização da autoridade, visível e definida no movimento revolucionário de março de 1964.

A desunião das Forças Armadas, de que o Manifesto dos Capitães era um sintoma inicial, sempre foi a preocupação maior dos comandantes. Essa foi a principal razão que, anos mais tarde, levou o general Waldyr Pires, ministro do Exército do governo Figueiredo, a recusar-se a permitir uma investigação a fundo da tentativa de atentado terrorista contra um *show* de música popular no Riocentro, onde morreu um sargento e ficou ferido um capitão, ambos ligados à comunidade de informações. Apesar das pressões que sofreu do general Golbery do Couto e Silva, que dizia ser necessário “tirar os cadáveres dos gramados do Palácio”, Waldyr Pires optou por encobrir os responsáveis, com receio de uma ruptura no interior da força que comandava.

Em 68 ocorreu coisa semelhante. Os chefes que já haviam aderido à idéia de uma ditadura total queriam evitar cisões. Daí buscarem algum pretexto unificador, levando o conjunto das Forças Armadas a agir no sentido dos seus desejos, sem que fossem obrigados a explicitar que desejos eram esses.

## **Conclusão**

As grandes burocracias, como a militar e a da Igreja Católica, mudam muito lentamente, segundo o ritmo da substituição das suas respectivas hierarquias. No Brasil, uma lei do governo Castelo Branco, limitando a doze anos o tempo máximo que um general pode permanecer na ativa depois de receber suas estrelas, acelerou a renovação de comandantes, impedindo que se repetissem casos como o de Cordeiro de Farias que, general em 1942, permaneceu na ativa até 1965. A rotação relativamente rápida dos oficiais-generais dificultou a formação de grupos agregados a um chefe prestigioso, como ocorria antes, quando se falava do grupo de general Fulano ou do general Beltrano.

A rotação dos comandantes influi, evidente, na formulação do pensamento militar sobre estratégia e tática militar e, especialmente, sobre política. Mas a influência maior é exercida pela mudança na orientação

das escolas militares, dado que um oficial passa, em média, um terço da sua carreira em escolas e depende, para as promoções, das colocações que nelas consegue.

A mudança introduzida nas escolas militares brasileiras pela extensão da guerra fria às Américas, após a vitória de Fidel Castro em Cuba, foi rápida e profunda: demorou dois anos para se completar.

A mudança após o fim da guerra fria, com o desmoronamento da União Soviética e a adesão à democracia e ao capitalismo dos países do Leste Europeu, foi igualmente rápida.

Em primeiro lugar, houve a total desarticulação da comunidade de informações, talvez a mais importante mudança dos últimos anos.

Em seguida, os estados-maiores, que são o motor pensante da máquina militar, começaram a reexaminar suas estratégias, abandonando a rigidez das hipóteses de guerra predeterminadas, procurando uma preparação dirigida a todos os azimutes, onde a missão a ser cumprida é que define o inimigo, e, no campo político, preocupando-se com problemas que, embora sentidos antes, eram postos de lado pelos preconceitos derivados da doutrina de segurança nacional. Esses problemas são os que enfraquecem as possibilidades de defesa de um país: a ignorância, a pobreza, a desnutrição, etc.<sup>14</sup>

Toda transformação profunda implica uma revisão do passado. As Forças Armadas já fizeram, em parte, essa revisão. Em parte, porque são compostas por homens que usam a razão, mas também são influenciados pelas emoções. As emoções dificultam uma análise isenta do papel que as instituições e cada um dos seus membros exerceram no período histórico a ser revisto.

Apesar das dificuldades, uma coisa é certa: os ventos do radicalismo não sopram mais. Ou, quando sopram, é em sentido diferente, e tendem a açoitar os ladrões, não os engajados na redução das injustiças sociais.

O fim da guerra fria foi, para muitos, um acordar. Caíram dos olhos as escamas dos preconceitos. Inimigos dos tempos das lutas em que estavam todos ensandecidos, aprenderam a dialogar, a respeitar suas diferenças e, por vezes, a buscar antes o que os une que sublinhar o que os separa. Essa transformação ajuda a preservar, para o país, a esperança.



### A rebelião da juventude

Em 1968 a massa estudantil não saiu às ruas para derrubar a ditadura. Muito menos queria implantar o socialismo, o comunismo ou qualquer outro “ismo” no Brasil. As primeiras manifestações de protesto foram feitas em busca de uma melhor inserção no mercado de trabalho do país hipercapitalista que crescia sob a batuta de Delfim Neto e dos seus “Delfim boys”.

O que a maioria dos estudantes reivindicava quando começou a ocupar o pátio do Ministério da Educação, no centro do Rio, em fevereiro, era um pedaço maior do bolo. Sabia que esse pedaço só estaria ao alcance das mãos se conseguisse vaga em alguma faculdade. Quem queria o comunismo, o maoísmo, o guevarismo, o socialismo era uma minoria de estudantes politizados, já agrupada em organizações clandestinas. Com o correr do tempo e o alimento da repressão, esses jovens politizados iriam fornecer a liderança de um movimento que, na verdade, não foi criado por eles.<sup>1</sup>

Quem criou o movimento estudantil revolucionário no Brasil foram o Ministério da Educação, incapaz de responder com ofertas de ensino à demanda dos jovens, e a polícia, que baixou o cassetete na cabeça de quem reivindicava a chance de arrumar um emprego melhor quando entrasse no mercado de trabalho. Os depoimentos dos mais jovens, rapazes e moças saídos das escolas secundárias, são claros e coincidem nesse sentido. A repressão policial criava a indignação, que, por sua vez, motivava os estudantes a se organizar melhor e a encontrar justificativas políticas para o engajamento.<sup>2</sup>

O Ministério da Educação fora entregue no governo Castelo Branco a um paranaense chamado Flávio Suplicy de Lacerda, que ganhara os seus quinze minutos de notoriedade mandando queimar livros esquerdistas no pátio da Universidade do Paraná. Quem é capaz de queimar um livro é capaz de assar uma criancinha.

Em 68, o ministério passara às mãos de um político gaúcho, Tarso Dutra, que entendia tanto de educação quanto qualquer um de nós entende de engenharia genética: nada.

As polícias estaduais eram comandadas por oficiais do Exército afinados com as doutrinas contra-insurrecionais dos Estados Unidos e supervisionados pela nascente comunidade de informações. Viam em qualquer contestação uma insurreição, e em todo jovem um comunista.

## **Nova classe revolucionária?**

A teoria política marxista tem um dogma: no capitalismo, quem faz a revolução é a classe operária. Marx foi categórico ao escrever que o capitalismo industrial era o primeiro modo de produção que produzia também os próprios coveiros. Só que isso foi escrito em meados do século passado e daí para cá o capitalismo demonstrou uma insuspeitada flexibilidade, não só científica e tecnológica, como também humana. Nos países industrializados os operários conseguiram um nível de vida suficientemente confortável para se acomodar ao sistema. Em muitos casos, tornaram-se até conservadores. Eles e suas organizações sindicais, como as grandes centrais norte-americanas, e políticas, como os partidos comunistas da França ou da Itália.

Em maio de 68, depois das batalhas entre estudantes e policiais nas ruas de Paris, houve uma greve geral. Greve geral é a que paralisa o conjunto da sociedade. Nos manuais revolucionários do princípio do século e nas teorizações de líderes comunistas como Rosa Luxemburgo, a greve geral é o trampolim para o assalto ao poder. Só que, no caso francês, ela foi a antecâmara de um pacto estabilizador, firmado entre o primeiro-ministro conservador Georges Pompidou, a direção da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Partido Comunista. Os trabalhadores embolsaram um aumento de 35%, gigantesco em

um país em que as taxas de inflação variavam entre 5% e 7% ao ano, e deixaram os estudantes falando sozinhos. Em seguida, nas eleições parlamentares convocadas pelo general De Gaulle, votaram no partido conservador que o sustentava.

A partir das rebeliões estudantis dos anos 60, alguns analistas levantaram a hipótese de serem os estudantes a nova classe revolucionária. O mais famoso desses teóricos foi o filósofo alemão radicado nos Estados Unidos, Herbert Marcuse. Alguns intelectuais brasileiros também apoiaram essa tese.<sup>3</sup> O objeto da revolta não seria o capitalismo ou o comunismo, enquanto modos de produção, mas a sociedade industrial moderna, responsável pela desumanização do homem.

É possível que essas análises tivessem alguma coisa a ver com o que se passava nos países ricos, com a ressalva de que mesmo lá os estudantes não são uma classe social e a juventude, infelizmente, não é um estado permanente. Voltaire chegou até a escrever — no fim da vida, claro — que a juventude era um bem precioso demais para ser desperdiçado por jovens.

Mas essas teorias não se aplicavam ao Brasil.

## **O problema dos excedentes**

A luta dos estudantes teve duas etapas: a das reivindicações específicas da categoria, por mais verbas e mais vagas nas faculdades, e a luta pelo restabelecimento pleno das liberdades democráticas. A terceira etapa, a do engajamento na guerrilha urbana, foi uma luta de estudantes e não dos estudantes.

Na primeira etapa, durante o verão de 68, a luta foi apenas um movimento dos “excedentes” por um lugar na universidade.

A pressão por vagas era violentíssima. Nos primeiros anos do regime, entre 1964 e 1966, o número de candidatos ao vestibular crescera a um ritmo tolerável, embora acelerado e três vezes maior que o aumento da população. De repente, não se sabe bem até hoje por que, os vestibulandos se multiplicaram. Segundo um estudo de Luís Antônio Cunha,<sup>4</sup> no período entre 1964 e 1968 o número de candidatos às escolas superiores cresceu 120%, enquanto o número de vagas crescia 56%. O aumento do número de excedentes do vestibular neste período

foi de 212% em relação aos matriculados, sendo que, em 68, 125 mil candidatos não conseguiram transpor as portas das universidades em todo o país.

O sistema de entrada nas faculdades era então o de exames vestibulares individualizados. Ou seja, o estudante que desejava, por exemplo, entrar para a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, então Universidade do Brasil, fazia exame só naquela faculdade. Caso obtivesse nota superior à mínima, esperava a classificação, para ver se a sua posição em relação aos demais aprovados lhe garantia uma vaga. O número de vagas era estabelecido a cada ano pela administração da faculdade. Com esse sistema, muitos estudantes conseguiam ser aprovados, mas, como outros tiravam notas melhores, ficavam de fora. Criou-se, assim, a figura do “excedente”.

“Excedente”, portanto, era o jovem considerado intelectualmente capaz de frequentar um curso superior, mas que nele não entrava porque as vagas existentes tinham sido preenchidas por colegas com melhor aproveitamento.

Como ainda não tinham inventado os vestibulares unificados, com essa história de primeira, segunda e terceira opções, os que ficavam de fora nas suas escolhas preferenciais sobravam mesmo. Sobravam e iam para o pátio do Ministério da Educação pedir mais vagas e mais verbas. O ministro Tarso Dutra, em vez de procurar resolver esse problema concreto, chamava a polícia. E a polícia não só aparecia, como baixava o pau.

Prato feito para os “cabeças-feitas”, que é como se chamavam os líderes politizados. E tome o Wladimir Palmeira trepado no poste, dizendo: “Pessoal: a gente vai acabar com a ditadura dos gorilas.” Do outro lado da linha, a massa entendia: “Se berrarmos muito, a gente vai ter vaga e conseguir um emprego melhor.” Diálogo de surdos.

Como os excedentes eram uma minoria, essa etapa da luta não mobilizou os estudantes em geral. Os líderes politizados, militantes da Ação Popular, das dissidências do Partido Comunista do Rio, de Niterói e de São Paulo, e de outras organizações de esquerda menores, bem que tentaram usar os excedentes como massa de manobra de um movimento político maior, contra o regime, mas tiveram pouco sucesso.



## **Pelas liberdades democráticas**

Na segunda etapa, o estopim foi a violenta repressão, com um morto, contra uma reivindicação corporativa, de escassa capacidade mobilizadora: a manutenção em funcionamento do restaurante do Calabouço, perto do aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. A luta ampliou-se e passou a ser pelo restabelecimento das liberdades democráticas.

Quem mudou o caráter da luta não foram os líderes estudantis politizados. Foi a repressão policial, boçal e provocadora.

Os estudantes, é sempre bom lembrar, eram e são oriundos da classe média. O número de estudantes universitários saídos da classe operária é extremamente reduzido e tende a um conformismo político maior. Chegar à universidade é, para os filhos de famílias operárias, uma ascensão social de importância tamanha que não se arriscam a colocá-la em perigo. O número de estudantes universitários nascidos em famílias camponesas é mínimo. Quando muito, há alguns em São Paulo e no Paraná, filhos de lavradores de origem japonesa.

Ora, a memória histórica das classes médias brasileiras ensina que sempre que elas conseguem se mobilizar em torno de um objetivo, as chances que têm de mudar a situação política geral do país são grandes. Portanto, a liberdade de expressão e de organização lhes parece vital para a manutenção do seu lugar na sociedade.

É sempre bom lembrar que “estudante” não designava sempre um jovem, democrata ou esquerdista, contrário ao regime militar. Havia, também, os estudantes direitistas, que apoiavam a ditadura e eram até capazes de por ela lutar. E, claro, havia uma imensa massa de conformistas, que queria mesmo era um diploma e um lugar no mercado de trabalho.

Os direitistas, menos visíveis no Rio de Janeiro, eram ostensivos e militantes em São Paulo, onde criaram o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Por que não no Rio? A tradição de militância política democrática da ex-capital contava muito. A população carioca orgulhava-se de ter influído no curso dos acontecimentos em vários momentos da história republicana. Por ser ainda sede da maioria dos órgãos governamentais, o Rio tinha uma pesada influência do funcionalismo público federal na sua classe média. Os salários desse funcio-

nalismo vinha, desde 64, perdendo poder de compra, em virtude do arrocho aplicado pelo ministro Roberto Campos e mantido por Delfim Neto, seu sucessor. Logo, era marcadamente oposicionista, como provou assim que lhe deram a chance de votar: elegeu governador Francisco Negrão de Lima, candidato do MDB, partido oposicionista. Mais: a principal liderança da direita carioca, Carlos Lacerda, passara para a oposição desde 67, quando articulou uma “Frente Ampla” contra o governo. Finalmente, as instituições de ensino preferidas pelos mais ricos, os colégios secundários religiosos e a Pontifícia Universidade Católica (PUC), pertenciam à Igreja, que também começava a ocupar espaços de oposição. Quanto à PUC, ressalve-se que apesar do seu Diretório Central dos Estudantes ter sempre ficado em mãos de oposicionistas ao regime, os que lhe eram favoráveis tinham importante presença nos cursos de ciências exatas. Em 64, os estudantes de Engenharia invadiram e depredaram o diretório de ciências humanas, a pretexto de este ser um antro de comunistas.

Em São Paulo, não só a base social da direita era mais sólida, com raízes históricas no fascismo, que fora popular na colônia de imigrantes italianos, como havia uma vizinhança geográfica entre o principal núcleo direitista, a Universidade Mackenzie, e um dos baluartes da esquerda, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ambas ficavam na mesma rua, a Maria Antônia, em lados opostos das calçadas, o que era um permanente convite ao enfrentamento.

## **Um morto, um mártir**

O restaurante do Calabouço servia, por um preço irrisório, cerca de 3 mil refeições por dia a estudantes pobres e a pobres que não eram estudantes mas haviam arrumado algum tipo de acesso à comida. Estudante, no caso, era um termo que não se restringia aos universitários, que geralmente não precisavam de refeições subsidiadas. Abrangia também secundaristas e alunos dos cursos noturnos de madureza, criados para oferecer uma nova chance aos jovens que não haviam tido a oportunidade de uma escolaridade normal.

Édson Luis Lima Souto, caboclo paraense de dezoito anos de idade, viera sozinho para o Rio, onde não tinha família. Encontrara no Cala-

bouço um abrigo para a sobrevivência. Lá comia e, por vezes, dormia, em troca de ajudar na limpeza.

Ao cair da tarde do dia 28 de março a Polícia Militar cercou o Cabouço para impedir uma passeata que, segundo as informações que recebera, tinha como objetivo apedrejar a embaixada dos Estados Unidos, a umas quatro quadras de distância.

Zuenir Ventura, que, da janela da revista *Visão*, onde trabalhava, foi testemunha visual, descreveu o episódio em 1968, *o ano que não terminou*:

A tropa chegou às 18:00h, brandindo cassetetes. Os estudantes fugiram em duas direções e depois se reagruparam, avançando sobre os policiais com paus e pedras. Os soldados começaram então a recuar e a área fronteira ao restaurante ficou deserta. Ziraldo, que também trabalhava na mesma revista, disse à Comissão de Inquérito:

“Quando os soldados voltaram começou o tiroteio, vindo do edifício da Legião Brasileira de Assistência. Os estudantes fugiram em polvorosa das proximidades e, nesse momento, eu vi um policial, em posição característica de tiro, saindo da galeria, e alguém caindo.”

Sem horário de verão, às seis da tarde já era noite, o que impediu que as testemunhas vissem que o tiro saía do revólver do aspirante da PM Aloísio Raposo para atingir mortalmente o coração do estudante Édson Luís.<sup>5</sup>

O corpo foi levado para a Assembléia Legislativa, que funcionava no palácio Pedro Ernesto, na Cinelândia. A notícia da morte espalhou-se depressa e, durante a noite, milhares de pessoas passaram pelo velório, onde oradores se revezavam denunciando a ditadura. Os mais combativos deputados do MDB, Alberto Rajão, comunista, Fabiano Villanova, simpatizante do PCB, e Ciro Kurtz, independente de esquerda, negociaram com o governador Negrão de Lima garantias de que a polícia não praticaria violências no decorrer do enterro. Salvador Mandim, deputado da Arena, partido da revolução, lacerdistas, general da reserva e homem de bem, conduziu a negociação mais difícil: obter as mesmas garantias do comandante do I Exército, general Sizen Sarmento, que era quem realmente tinha poder de mando sobre a cidade.

O enterro de Édson Luis levou uma multidão a marchar pela avenida Beira-Mar, acompanhada pelo papel picado da solidariedade dos moradores de apartamentos de luxo da praia do Fiamengo. Foi a

primeira manifestação do curto ciclo de protestos pacíficos contra a repressão e o cerceamento das liberdades. Uma das faixas levadas ao enterro sintetizava a razão da provisória aliança entre os jovens e a alta burguesia carioca, que os aplaudia: “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”

Para as classes dominantes brasileiras, polícia, espancamentos e prisões sempre foram problemas dos outros. O regime militar rompeu essa tradição. Com o incremento da guerrilha urbana, iria transgredir ainda mais as barreiras de classe: passaria a invadir as casas de qualquer um, rico ou pobre, que estivesse sob suspeita.

Sete dias depois do enterro, na porta da Candelária, os cavalarianos da Polícia Militar desciam o sabre sobre as costas dos jovens que compareceram à primeira missa pela alma do rapaz morto. A escalada da violência nas ruas, somada às ações da guerrilha urbana, iria em um crescendo até o desfecho: a implantação da ditadura total com o Ato Institucional nº 5, o AI-5, na sexta-feira 13 de dezembro.

## **O engajamento dos intelectuais**

Em 1968 somente um de cada quinhentos brasileiros estava matriculado em uma universidade. Dos nossos 90 milhões de habitantes, menos de 4,5 milhões haviam passado do segundo grau, somando todos os bacharéis, militares, engenheiros, enfermeiras, dentistas, médicos e quantos mais doutores existissem. Calculava-se o público que frequentava habitualmente o teatro em menos de 50 mil pessoas no Rio de Janeiro, cidade com a pretensão de capital cultural da República. Em todo o território nacional havia menos livrarias que no pequenino Portugal.

Não é de admirar que, em um ambiente desses, culturalmente pobre, os problemas dos intelectuais preocupassem um número muito restrito de pessoas. Quando, em fins de 64, organizei o primeiro manifesto de intelectuais contra a ditadura, achamos que aquelas cento e poucas assinaturas abalariam os alicerces do poder. Fomos, uns dez ou doze, distribuir o produto das noites indormidas no Largo de São Francisco, centro do Rio, sob a estátua do patriarca José Bonifácio, depois de ter avisado a nossa intenção pela imprensa. O Comando de

Caça aos Comunistas estava à espera, apoiado por viaturas policiais, e caiu no nosso pêlo. Os passantes ficaram olhando bestificados o Antônio Callado, Mário Martins, Paulo Silveira, Hélio de Almeida e outros militantes cívicos serem empurrados para dentro do camburão. Não moveram um dedo, olhando como se estivessem no circo. Ajuizado foi o solitário estudante do grupo, Sérgio Tostes, que viu logo não podermos contar com “as amplas massas”, como se dizia, e nos aconselhou a entrar depressa nas viaturas da polícia para não apanhar. Paulo Ribeiro, alentado deputado estadual, não seguiu o conselho e tentou fazer valer a sua condição de parlamentar. Foi o único a entrar no cassetete.

As atitudes, problemas e opiniões dos intelectuais interessavam a pouca gente, mas os poucos a quem interessavam tinham poder: poder na mídia, no caso dos intelectuais — afinal, os que faziam os jornais eram intelectuais também — e poder de fogo, no caso dos jovens oficiais inflados pela idéia de que estavam salvando o mundo do comunismo distribuindo porrada em artistas de teatro.

A censura não chegara ainda à imprensa escrita, que publicava o que bem lhe parecesse, mas já era dura no teatro e no cinema, regulados por leis a respeito dos bons costumes nas diversões públicas que vinham do tempo da ditadura de Getúlio Vargas. No rádio também reprimia, proibindo músicas que não se enquadrassem nos padrões morais e políticos do regime. Como para anunciar a intolerância que a norteava, o encarregado da censura no Departamento de Polícia Federal respondia pelo nome de Juvêncio Façanha, general da reserva. Este exemplar acabado da inteligência do regime comentara uma assembléia de artistas e intelectuais realizada na ABI com uma declaração:

A reunião da ABI foi dirigida por pessoas que não têm moral para representar nenhuma classe. A classe teatral só tem intelectuais pés sujos, desvairados e vagabundos, que entendem de tudo, menos de teatro.<sup>6</sup>

Não era esse, propriamente, um argumento capaz de ganhar os corações e as mentes de gente como Dias Gomes, Tônia Carreiro e Fernanda Montenegro, objetivo recomendado pelos manuais americanos de contra-insurreição.

O teatro e a canção foram os campos de confronto entre os intelectuais e o regime em 68, de vez que eram, juntamente com o cinema, atividades sujeitas à censura. Eram, igualmente, atividades culturais consumidas pela classe média, de onde provinham tanto os jovens oficiais das Forças Armadas como os estudantes direitistas do CCC.

O primeiro escândalo do ano veio logo no início, em 17 de janeiro, quando estreou no teatro Princesa Isabel, em Copacabana, a peça *Roda viva*, de Chico Buarque. Em si, a peça nada tinha que pudesse despertar represálias de jovens militares. O que lhe dava um caráter afrontoso à moral burguesa era a encenação imaginada pelo diretor José Celso Martinez Correa. Os atores não só lançavam sobre os espectadores pedaços sanguinolentos de fígado cru, o fígado do personagem principal, um ídolo de TV que comete suicídio, como o Anjo da Guarda, personificado por Antônio Pedro, sugeria um estupro da viúva, Marieta Severo, vestida de Virgem Maria. Em resumo: era um *happening* de provocação à burguesia, que o sustentava com o dinheiro das entradas e o aplaudia com um frissonzinho de medo. Nada que uma ditadura sensata não pudesse suportar.

Quando se apresentavam em São Paulo, os atores de *Roda viva* foram atacados pelo CCC e por jovens oficiais da Aeronáutica. Bateram nos homens e deixaram Marília Pêra pelada na rua. Norma Benguel foi seqüestrada em São Paulo e largada no Rio. Peças absolutamente anódinas, como *Um bonde chamado desejo*, de Tennessee Williams e *Poder negro*, de Roy Jones, foram proibidas.

A politização da canção, começada nos confrontos entre os fãs do tropicalismo, partidários de Caetano Veloso e Gilberto Gil, e os das canções clássicas de Chico Buarque, teve o seu auge no III Festival da Canção do Rio de Janeiro.

Os festivais cariocas da canção eram eventos espetaculares, como todos os que promove Augusto Marzagão, meio megalomaniaco e atual assessor de *marketing* político do presidente Itamar Franco. As competições finais realizavam-se no Maracanãzinho, para um público de 20 mil pessoas, e atraíam a atenção de toda a imprensa. Em 68, os finalistas eram a lírica canção de Chico Buarque, *Sabiá*, considerada alienada, e a trova revolucionária de Vandrê, *Caminhando*.

A juventude esquerdista, evidente, ficou com *Caminhando* e brindou com vaias ensurdecedoras a música do mais importante intelectual da sua geração. Chico Buarque, aliás, foi dos poucos a manter imutável a solidariedade às causas e aos movimentos de esquerda ao longo dos anos.

*Sabiá* foi a preferida dos jurados, que também ganharam vaia, e *Caminhando* tornou-se o hino das passeatas, tanto as da época como das que viriam a se realizar desde então. Millôr Fernandes, forçando a barra, considerou a canção de Vandrê uma *Marselhesa* brasileira. Comparada com a *Marselhesa*, que tem ritmo marcial da infantaria em marcha, *Caminhando* é quase um canto gregoriano de Sexta-Feira da Paixão. Eça de Queiroz escreveu que os estudantes saíam às ruas ganhando a *Marselhesa*. Ninguém é capaz de ganhar *Caminhando*.<sup>7</sup>

## **Estudantes e intelectuais: caminhando juntos**

Não se sabe quem inventou a passeata na contra-mão da avenida Rio Branco. Fernando Gabeira acha que foi na idade da pedra dos protestos, em 65. O fato é que a idéia foi de uma incrível eficiência. Bastavam duzentos ou trezentos estudantes subindo a avenida no sentido oposto ao do trânsito para que o centro do Rio de Janeiro ficasse engarrafado durante horas. São Paulo não teve, no ano mágico, ponto de encontro igual. A cidade maior é, também, mais difusa, sem uma artéria tão evidente como a Rio Branco.

Após a morte de Édson Luís as passeatas se multiplicaram por todas as capitais. Em Fortaleza, José Genoíno, presidente do Diretório Central dos Estudantes e militante do PC do B, a dissidência (de linha chinesa) do PCB, fazia nas ruas os primeiros treinamentos para a guerrilha nas matas do Araguaia, da qual seria o único preso a sobreviver. José Carlos Mata Machado, Ação Popular, liderava manifestações em Belo Horizonte. Foi mais tarde preso em São Paulo e o seu corpo foi jogado em uma rua do Recife, com a clássica declaração de que morrera ao tentar fugir. Em Brasília, o líder era um rapaz magrinho, cabelo ruço encaracolado, óculos de intelectual, Honestino Guimarães, também da AP, que viria a ser presidente da UNE clandestina. Preso, o seu nome consta até hoje da lista de desaparecidos.

A seqüência de passeatas reprimidas com grande violência no Rio nos dias 19, 20 e 21 de junho terminaria por desencadear nas classes médias a indignação necessária a uma gigantesca manifestação de repúdio ao regime, a chamada Passeata dos Cem Mil, de 26 de junho, dia de Santo Anselmo, o patrono do fogo-fátuo, a glória que dura pouco.

A origem da passeata foi uma assembléia no teatro de arena por trás da reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na avenida Pasteur. A reitoria funcionava no prédio construído por dom Pedro II para servir de asilo de loucos. Um grupo de estudantes saiu da assembléia para interpelar o Conselho Universitário sobre suas posições a respeito da reforma universitária, em estudos pelo governo. A base dessa reforma, que viria a ser implementada, era um relatório confidencial elaborado pelo general Meira Matos, ex-comandante das tropas brasileiras em São Domingos, e nas conclusões de uma comissão criada pelos acordos entre os governos brasileiro e norte-americano, conhecidos como Acordos MEC-Usaid. Os estudantes temiam a privatização das universidades federais e a dispersão das turmas, em razão da adoção de um sistema de créditos semelhante ao das universidades americanas.

Alguém chamou a polícia, que cercou a universidade. O reitor Clementino Fraga Filho, homem destemido, procurou proteger a retirada dos estudantes, que negociara com a polícia, saindo na frente. Mas o tempo das contemporizações passara, e o golpe dentro do golpe já estava em marcha. Clementino foi destrutado, os estudantes levados aos bofetões e pauladas para o campo do Botafogo. Tiveram de passar horas, rapazes e moças, deitados de bruços no chão, mãos no pescoço, apanhando e sofrendo vexames.

As fotografias e os relatos do dia seguinte indignaram a classe média a um ponto nunca visto. No interior das Forças Armadas, em grande parte ainda concentrada no Rio, a boçalidade também provocou protestos. Muitos dos presos eram filhos e filhas de militares.

A Passeata dos Cem Mil, comandada por Wladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana de Estudantes, filho de um senador da Arena de Alagoas e militante da Dissidência da Guanabara do Partido Comunista Brasileiro, foi a última a poder se desenvolver sem repressão policial. Reuniu, em um belo dia do tépido inverno carioca, artistas



de teatro, cantores, intelectuais, políticos, padres, freiras, profissionais liberais, milhares e milhares de estudantes. Mas Nelson Rodrigues não deixava de ter razão quando comentou: “Só não vi um preto ou um operário.” Não era mesmo para ver. Aquilo era a classe média nas ruas, e a classe média no Brasil não tem pretos. É quase escandinava.

## **A marcha do golpe**

Menos de dois meses mais tarde, em 12 de agosto, a comunidade de informações iria decapitar de um só golpe a liderança estudantil do país. Confiantes no sucesso das manifestações de rua e enlouquecidas pelas disputas de poder no interior do movimento, as lideranças dos diversos grupos de esquerda acharam que tinham suficiente organização e segurança para reunir um congresso clandestino da UNE com muitas centenas de participantes.

O congresso, com mais de mil delegados vindos do Brasil inteiro, reuniu-se no sítio de um velho militante comunista, em Ibiúna, município hortigranjeiro a setenta quilômetros de São Paulo. Como era de se esperar em um país onde há políticos que consideram que uma reunião de mais de três pessoas é comício, o congresso foi descoberto. Resultado: mais de setecentos presos, inclusive Wladimir Palmeira, Luís Travassos, líder da AP paulista, Franklin Martins e muitos outros.

No mesmo dia da prisão dos estudantes em Ibiúna, às 8:15h da manhã, um comando de três militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), assassinava em São Paulo o capitão Charles Chandler, do Exército dos Estados Unidos, com quatorze tiros de metralhadora. Chandler estudava português, língua que pretendia ensinar na Academia de West Point. Fora combatente no Vietnã, estrategista em contrainsurreição na aldeia de Quan Bo Tri, no delta do Mekong. Esses dados, mais o fato de se haver tornado conhecido dos estudantes por ter participado de um debate na Universidade de Campinas, fizeram a VPR considerá-la espião e, potencialmente, instrutor de torturas.<sup>8</sup>

O ato terrorista da VPR e o congresso da UNE, somados às outras ações de guerrilha urbana já conhecidas e à agitação nas ruas levaram o chefe do SNI, general Emilio Garrastazu Médici, e os oficiais da comunidade de informações, aliados ao general Jayme Portella, chefe da Casa

Militar da Presidência, a apressar a busca de um pretexto para um novo ato institucional e a abolição do que restava de democracia.

No dia 29 de agosto de 1968, às 10:00h, tropas da polícia militar do Distrito Federal e do Exército cercaram o *campus* da Universidade de Brasília com a desculpa de procurar Honestino Guimarães, então foragido. Os estudantes estavam nas suas salas de aulas e nos laboratórios, que foram invadidos a patadas. Levados para a Praça Central, começaram a ser espancados. Houve corre-corre, tiros, e uma bala atingiu a cabeça de um rapaz, que assistia à cena de um terceiro andar.

Muitos alunos da Universidade de Brasília eram filhos de parlamentares, juizes e altos funcionários do Executivo. Atacá-la de surpresa e violentamente configurava uma provocação premeditada, que não poderia deixar de criar um tremendo caso político.

Na seqüência da invasão e do espancamento de parlamentares que se haviam dirigido ao *campus* para buscar seus filhos, choveram inflamados discursos de protesto na sessão daquela tarde e das tardes seguintes na Câmara dos Deputados, no período destinado a curtas declarações conhecido como “pinga-fogo”. Um deles serviu de pretexto para o golpe. Foi o discurso de cinco minutos que pronunciei em 3 de setembro.

### **A resistência dos políticos**

No dia 4 de abril de 1968, logo após os conflitos ocorridos à saída das missas de sétimo dia pela alma do estudante Édson Luís, o ministro da Justiça, Gama e Silva, assinou uma portaria declarando fora da lei a Frente Ampla, uma associação pela redemocratização do país que Carlos Lacerda passara mais de ano para costurar com Juscelino Kubitschek e João Goulart, seus inimigos da vida inteira. Com essa medida, os meios de comunicação que realmente atingem o povão, rádio e TV, embora ainda não oficialmente colocados sob censura, mas, de fato, controlados pelo governo por serem concessões de serviço público, ficavam definitivamente proibidos de mencionar as atividades da associação, destruindo a eficácia da sua pregação.

Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e João Goulart, os maiores líderes políticos do país, todos somados, não tinham estrutura organizacional para juntar mil pessoas em qualquer cidade brasileira. Políticos tradicionais, criados na liberdade de imprensa garantida pela Constituição de 1946, a comunicação que mantinham com o povo dependia diretamente da mídia, sobretudo da eletrônica, ou seja, rádio e TV.

Os partidos que dirigiram — o Partido Social Democrata (PSD), de Juscelino, a União Democrática Nacional (UDN), de Lacerda, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Jango — jamais tiveram vida própria e independente dos episódios eleitorais que mobilizavam caciques estaduais, senadores, deputados, prefeitos e vereadores. Entre

uma eleição e outra, a sua atividade era meramente formal, reduzindo-se a obedecer às determinações da Justiça Eleitoral que obrigava os diretórios a se reunir de tempos em tempos. Esses diretórios, por sua vez, eram apenas uns livros de atas, que os amigos dos chefes guardavam em casa, acumulando poeira. Nenhum deles, nem mesmo o PTB, participava organizadamente de lutas sociais. Nenhum jamais ajudara a formar um sindicato ou uma associação de bairro.

Em resumo: como os partidos reduziam-se a um papelório burocrático, não tinham canais independentes de comunicação com o eleitorado ou mesmo com os seus próprios filiados. Logo, quando os líderes precisaram mobilizar as ruas para defender a volta ao regime democrático, não foram ouvidos por ninguém, e as ruas continuaram vazias. Tentaram, é verdade, alguns comícios pelo interior do Paraná, de Minas e de São Paulo, mas foram comícios chochos, puxados antes pelas saudades do que por uma perspectiva de futuro.

Ao longo do ano as ruas realmente se encheram de estudantes, intelectuais, profissionais liberais e outros membros da classe média. Mas os que marchavam respondiam aos apelos do movimento estudantil, organizado em torno de lideranças próprias e radicalizadas, para reclamar o restabelecimento imediato das liberdades democráticas. Os velhos líderes, quando conseguiam se fazer ouvir, pareciam realmente fora do tempo, pela impressão que davam de conformidade com o regime militar, através do reconhecimento da chamada Revolução como fato histórico. Os líderes estudantis não queriam ouvir falar da tal revolução, a não ser para derrotá-la e substituí-la pela revolução que tinham na cabeça. Consideravam com igual desprezo todos os que haviam optado por vias legais de oposição, fossem da Frente Ampla, fossem do grupo de jovens deputados que haviam assumido os seus mandatos dois anos antes.

## **A idéia da Frente Ampla**

A Frente Ampla começara como uma conversa entre a deputada Sandra Cavalcanti, de passagem por Lisboa, e Juscelino Kubitschek, impaciente com o exílio. Aliás, começou antes, na boate nova-iorquina El Morrocco, onde Sandra fora com dois casais amigos. Em uma mesa

próxima estava Juscelino, em companhia do ex-rei da Romênia, Miguel, conhecido como rei dos chatos no mundo inteiro. Sandra e Juscelino nunca se tinham encontrado, fizeram excelente camaradagem e acabaram dançando um memorável tango. Comentaram a desilusão de ambos com os rumos da política brasileira. Ao voltar para o Rio, Sandra relatou a conversa a Carlos Lacerda, que começava a pensar em um encontro com o ex-presidente. Lacerda a preveniu: “Sandra: Juscelino é como eu. Se você quiser continuar inimiga dele, é melhor não chegar perto, senão ele te seduz.”

Àquela altura Carlos Lacerda já rompera com o regime que ajudara a criar. Uma vez no poder, os militares barraram-lhe o sonho de vida inteira, que era chegar à Presidência da República. Em consequência, autorizou Sandra a estabelecer a ponte entre ambos, o que foi feito em Portugal.<sup>1</sup>

Juscelino deu a Sandra uma carta nomeando Renato Archer seu representante nas conversações que se seguiriam. Deputado pelo PSD do Maranhão, Archer fora vice-ministro das Relações Exteriores durante o período parlamentarista posterior à renúncia de Jânio Quadros, quando o ministro titular era Santiago Dantas, do PTB de Minas Gerais.

A primeira reunião, ainda de sondagens, foi realizada em casa do jornalista Hélio Fernandes, dono da *Tribuna da Imprensa*, jornal fundado por Lacerda, que terminaria por redigir o manifesto que explicitava os objetivos do grupo.

Renato, um encantador mestre da conversa política, tinha bom trânsito entre os antigos parlamentares de todas as origens e, embora em posições opostas, fora colega de Lacerda na Câmara. Após relutar um pouco, assumiu a tarefa a partir da terceira reunião do grupo, e, com sua capacidade de articulador, terminou por representar tanto Juscelino como João Goulart, cujo representante oficial era o ex-deputado e ex-ministro da Saúde Wilson Fadul, nos entendimentos com Lacerda e com o PCB. Os comunistas participavam dessas conversações através do editor Ênio Silveira, do ex-senador Valério Konder e do norte-rio-grandense Luís Maranhão, que viria a morrer em um dos centros de tortura de São Paulo. A título pessoal, participavam ainda o brigadeiro cassado Francisco Teixeira, o teatrólogo Flávio Rangel, o

ex-deputado José Gomes Talarico, fiel amigo de Jango, e o jornalista Edmundo Moniz, diretor do *Correio da Manhã*.

Conforme Lacerda conta nas suas memórias, a idéia central da Frente Ampla era tentar restabelecer o clima de lei e de ordem.

Uma coisa que não fosse hostil à Revolução, que tomasse a Revolução como um fato consumado, mas que fizesse a partir daí alguma coisa.<sup>2</sup>

As classes dominantes brasileiras se dividem em facções adversárias, mas não inimigas. Essas facções conversam entre si e, nas classes políticas, conversam com intimidade maior porque, no fundo, o que temem é ser desbancadas por forças fora do seu controle, sejam as do povão, sejam as dos militares.

## **Uma conspiração pública**

Os defensores do regime militar, como o general Jayme Portella, principal assessor do presidente Costa e Silva, consideraram a Frente Ampla uma conspiração, pois envolvia um dos líderes do golpe de 64 e dois ex-presidentes que haviam sido por ele afastados da vida pública legal. No entanto, se conspiração fosse, seria uma conspiração inédita, porque nascia à luz dos holofotes de TV e com o conhecimento de toda a imprensa. Para dar uma idéia: o manifesto da Frente Ampla foi lido por Lacerda para um público de cerca de trezentos jornalistas, brasileiros e estrangeiros, que se comprimiam no acanhado espaço da redação da *Tribuna da Imprensa*.<sup>3</sup>

Poucos episódios da vida política brasileira foram tão fartamente documentados como o da formação da Frente Ampla, que, além dos três grandes líderes, seria também integrada por uma ala do PCB e por políticos avulsos, ligados a governadores cujos mandatos haviam sido cassados, como Adhemar de Barros, de São Paulo, e Mauro Borges, de Goiás. Até pessoas cuja liderança era exercida fora do campo estritamente político, como dom Hélder Câmara, foram convidadas por Lacerda para se integrar ao movimento.

A razão para a abundância de documentos é simples: tradicionalmente, o nosso jornalismo político ocupa-se quase exclusivamente dos políticos. Raramente trata de políticas. Ou seja: publica o disse-

que-disse e acompanha o desempenho dos Fulanos e Beltranos que ocupam lugares no Congresso e no Executivo. Quase nunca trata das políticas públicas, como a política educacional, a econômica, a de transportes ou a de saúde. A política externa e a militar, então, jamais aparecem nos jornais. Em consequência, o público e os políticos não se interessam por elas, que ficam entregues aos profissionais do ramo, diplomatas e militares. Esse é, aliás, um dos mais evidentes sinais do nosso subdesenvolvimento político. Contrasta com o comportamento do eleitorado dos países desenvolvidos, que muitas vezes opta entre um ou outro candidato por causa das propostas que tenham sobre a política internacional ou a de defesa.

A Frente Ampla foi um presente divino para os articulistas políticos. Além do seu elenco de primeira linha, continha vários outros elementos teatrais, que raramente aparecem juntos: o elemento surpresa, que foi igual para o governo e para o público; o dramático, com a reconciliação de inimigos que haviam procurado se destruir ao longo de duas décadas de lutas; finalmente, o moral, porque a reconciliação se dava em torno de um objetivo moralmente valioso, o de trazer de volta a paz à vida pública brasileira. Por essas razões, a Frente Ampla ocupou vastos espaços nos jornais, a partir da assinatura do chamado Pacto de Lisboa, em 19 de novembro de 1966, por Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, pacto que, na verdade, era apenas um apelo pela redemocratização do país e não implicava a montagem de estruturas organizacionais comuns.<sup>4</sup>

## **O generoso coração de Juscelino**

Juscelino, com a generosidade que era o mais forte traço da sua personalidade, descreveu o episódio:

Às 10 horas da manhã em ponto, Lacerda estava no apartamento que preparo em Lisboa para cumprir o resto do meu exílio. Cumprimentamo-nos naturalmente (...).

À medida que Lacerda falava, eu ia sentindo que dentro dele, tão agudo como em mim, existia o germe de uma profunda decepção pelo que sucedia no Brasil. Os nossos temperamentos são diferentes e nos parecemos tanto quanto uma planície, forrada de verde, se assemelha à boca de um vulcão que vomita lavas candentes. Já vivi o bastante

para saber que os êxitos nos dão uma felicidade que não percebemos no momento e só mais tarde poderemos apreciar devidamente. O sofrimento, porém, marca com seu veneno a duração de cada hora e de cada dia. O Governador Lacerda teve triunfos, muitos dos quais, entretanto, se misturaram à amargura de uma destruição.

Estavam ali, na sala da residência do meu longo exílio, dois homens cujas lideranças haviam percorrido caminhos bem opostos. Como iríamos nos entender, falando linguagens tão diferentes? Disse a Carlos Lacerda que, no meu entender, o de que o Brasil mais precisava era de paz.

O futuro chefe do Brasil precisava possuir pelo menos um glóbulo vermelho do sangue de Lincoln para compreender e aplicar a filosofia que o presidente americano expressou no fim da Guerra Civil. Pensando no ódio que dividia o país, ele disse: “Se não me colocar como uma muralha entre os ódios que dividem esta nação, ela perecerá.” Por muito menos querem fazer do Brasil uma terra de ódios e de ressentimento. Precisávamos pregar a paz, não o ressentimento. Esta a única linguagem que me faria superar qualquer divergência para, somando o que tivéssemos de prestígio popular, lançarmos a grande idéia da Pacificação Nacional.

Não houve discussão. Lacerda já trazia a mesma idéia. Impunha-se, pois, virar a página e sepultar o passado. A concepção dos Grandes, definida por Churchill, segundo a qual os que se prendem ao passado perdem o futuro, estava à nossa frente, para nos guiar. Esta foi a filosofia do nosso encontro. Não há originalidade. O perdão exige mais grandeza do que o ódio. Demos o exemplo. Duas horas apenas bastaram para firmarmos a tese central dos nossos esforços para o futuro: a paz. Dentro desse conceito não verei obstáculos que me impeçam de fazer alianças. É uma bandeira que a nação precisa.<sup>5</sup>

## **As conversas fechadas**

Lacerda, que era o único líder a conservar os seus direitos políticos e, portanto, a ter liberdade de movimentos tanto dentro como fora do Brasil, passou a desenvolver uma articulação política ainda mais intensa, tendo sempre como escudeiro o deputado Renato Archer.

Muitos encontros se realizaram no Rio, em uma lindíssima mansão da Ladeira dos Guararapes, no Cosme Velho, pertencente a um refinado colecionador de livros e gravuras antigas, o empresário de comércio exterior Alberto Lee. Zelinda, mulher de Alberto, era parente de Ênio Silveira, dono da editora Civilização Brasileira. A casa, cercada por um parque com frondosas mangueiras, ficava atrás da de Roberto Marinho. Juntava, portanto, as vantagens da segurança, da



insuspeição e do conforto, às quais se somavam os encantos de uma adega generosamente abastecida e devidamente homenageada pelos participantes.

Hélio Fernandes conta que, em geral, as reuniões terminavam alta madrugada em um dos mais freqüentados restaurantes do Rio, o Le Bistrot, ponto de encontro, também, de ministros do governo.<sup>6</sup>

É Renato Archer quem agora conta:

Com a posse de Costa e Silva, em março de 67, anunciamos que a Frente Ampla suspenderia suas atividades por noventa dias, porque estávamos convencidos de que o general Costa e Silva era incapaz de conduzir esse governo a bom termo. Como achávamos que as dificuldades surgiriam rapidamente, tal o radicalismo das pessoas envolvidas — com um ministro da Marinha como o Rademaker, um ministro da Aeronáutica como o Márcio Sousa Melo e um ministro do Exército como o Lira Tavares, dezesseis vezes chefe da Casa Militar do dr. Ranieri Mazzilli, quando este, como presidente da Câmara, substituía Juscelino. Num quadro desses, decidimos que era melhor olhar um pouco o que ia acontecer.<sup>7</sup>

Aconteceu que, realmente, não houve abertura democrática alguma. Ao contrário, as nuvens da ditadura total começavam a se juntar no horizonte.

Lacerda tinha, desde o início, a intenção de procurar João Goulart em Montevidéu para com ele assinar um documento comum e atraí-lo para a Frente Ampla. Encontrou resistências a essa idéia tanto por parte de Juscelino, que a considerava imprudente pelas repercussões militares que pudesse ter, como de alguns setores do PCB. No seu *Depoimento*, Lacerda relata um diálogo com o representante deste partido:

Curiosamente, um dos elementos comunistas que estava lá me desaconselhou — engraçado como eles têm o senso do oportunismo político — com este argumento: “Eu receio que com essa visita o senhor ponha tudo a perder, porque aí dá ao governo o pretexto para proibir isso. Porque isso vai ferir demais os bríos do Exército. Vai irritá-los demais.”

Eu disse: “Bom, os senhores têm suas razões e eu, tenho as minhas. Vou falar claro: os senhores querem que, através da impopularização progressiva da Revolução, a classe operária acabe nas mãos dos senhores. E eu quero ver se compatibilizo a Revolução com os que representam camadas da classe operária, como o dr. João Goulart, exatamente para impedir a vitória dos senhores.”<sup>8</sup>

As negociações com Jango, intermediadas por Wilson Fadul, José Gomes Talarico e Renato Archer, foram demoradas. O ex-presidente achava que um encontro com Lacerda enfraqueceria a ambos, pois os seguidores de cada um teriam dificuldades em acompanhar a reconciliação. Finalmente, alguns dos contatos militares da Frente, especialmente de Lacerda, informaram que, face ao crescimento da luta armada e dos atos de terrorismo, uma declaração de Jango contra o terrorismo seria bem recebida nos quartéis.

A informação limitava-se a isso. Mas Lacerda, que tinha o hábito de selecionar nos fatos apenas o que lhe interessava no momento, interpretou-a como uma procuração do seu grupo de amigos militares para entender-se com o presidente deposto. Colheu algumas assinaturas de generais e coronéis e buscou uma maneira de fazê-las chegar a Jango, no Uruguai, juntamente com nova carta, propondo um encontro.

José Gomes Talarico, que Lacerda aprendeu a respeitar pela sua absoluta fidelidade a João Goulart, era um ex-deputado considerado “pelego” do movimento sindical. No entanto, ao longo do exílio de seu chefe, sempre que podia viajava para o Uruguai, de ônibus, de carro, de avião, o que fosse, para ver o amigo e trazer de volta as suas opiniões sobre a política nacional. Quase sempre era preso — contabilizou 29 prisões — mas, assim que saía, arrumava maneiras de viajar novamente. Era preso com tanta frequência que um dia, no Dops, um delegado perguntou:

— Mas, Talarico, você aqui de novo? E por que está preso desta vez?

— Estou preso porque estava solto, é claro! — respondeu Talarico. Foi para Buenos Aires e tomou o primeiro barco para Montevideú, para evitar os controles policiais do aeroporto de Carrasco. Diante das continuadas resistências de Jango, argumentou que a presença de Lacerda no Uruguai, batendo à porta de sua casa, representaria uma revisão histórica das acusações e injúrias que contra ele assacara ao longo da vida pública de ambos. Nenhum outro tribunal poderia dar uma demonstração assim.<sup>9</sup>

O encontro entre Lacerda e Jango foi mais cordial do que se previa, e a declaração conjunta foi assinada. Nela, João Goulart não só condenava o terrorismo, como reconhecia que a revolução de 64, que o derubara, era irreversível e que o papel das lideranças era tocar o país.

Tal como Jango previra, o encontro afastou de Lacerda a maioria dos seus amigos militares. Alguns, mais exaltados, passaram a considerá-lo traidor e inimigo. Outros, como a viúva de Rubem Vaz, o major que perdera a vida no atentado da rua Toneleros, no auge da campanha pela derrubada de Getúlio Vargas, deixaram de cumprimentá-lo.<sup>10</sup>

Em relação a Jango, as reações também foram fortes. Leonel Brizola, por exemplo, comentou o encontro com uma nota violentíssima, na qual acusava Jango de se estar aliando com o assassino de Getúlio Vargas. Miguel Arraes, o outro importante líder exilado, vivia na Argélia e não foi consultado. Quietos estavam, quietos ficaram, embora olhasse com desconfiança esse balé político onde não parecia haver lugar para o povo.

Enfim: com a colocação da Frente Ampla fora da lei, por ato do ministro Gama e Silva, o episódio foi encerrado. Ganhos, se houve, foram poucos.

## **Os militares e a Frente Ampla**

A fragilidade de uma frente composta por antigos inimigos, que não dispunham de estrutura organizacional alguma e que, para ampliar a sua influência, dependia da boa vontade do regime que pretendiam combater — pois só o próprio regime poderia lhes garantir acesso ao rádio e à TV — saltava aos olhos de qualquer observador medianamente atento. No entanto, a comunidade de informações emprestou-lhe grande importância, uma importância que estava longe de ter no país. Exagerar a ameaça fazia parte dos planos para desencadear o golpe dentro do golpe.

Segundo o depoimento de Renato Archer, arquivado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDoc) da Fundação Getúlio Vargas, o general João Batista Figueiredo ao encontrar-se com ele no aeroporto Santos Dumont, em 67, disse: “Se o Costa e Silva não fosse tão burro, poria o senhor e o Carlos Lacerda na cadeia, porque os senhores, com esse movimento, vão encurrular as Forças Armadas. Eu, se fosse ele, botava vocês dois na cadeia.”<sup>11</sup>

Figueiredo sabia tão bem das coisas que foi chefe do SNI e presidente da República. Com essa observação, botou o dedo no cora-

ção do problema: a Frente Ampla não era um movimento político de massas, de molde tradicional. Era uma tentativa de mobilizar a opinião de setores da classe média em favor da redemocratização do país, única possibilidade que seus integrantes tinham de prosseguir nas suas respectivas carreiras e alcançar o poder. Como as Forças Armadas são a única grande instituição brasileira inteiramente nas mãos da classe média, e como o golpe de 64 as havia transformado na única organização política com influência real, uma divisão das classes médias produzia também, automaticamente a ameaça de divisão das Forças Armadas.

Este é um perigo que regime militar algum está disposto a correr sem oferecer resistência.

Na verdade, a Frente Ampla teve a importância que os chefes militares da ocasião quiseram lhe dar. Por si mesma, não tinha importância nenhuma, essencialmente por dois motivos.

O primeiro: os seus líderes, Lacerda inclusive, tinham perdido toda a capacidade de mobilizar a opinião pública, dado que os adversários, lhes barravam o acesso à TV.

O segundo: no período da sua articulação — ou seja, entre 66, 67 e 68 — a classe média estava começando a usufruir os resultados da concentração de renda provocada pela política econômica de Delfim Neto. A não ser no Rio de Janeiro, onde era grande a influência de funcionários federais submetidos ao arrocho salarial — portanto, mais dispostos a protestar —, a classe média estava muito contente da vida, entrando em consórcios para comprar automóveis, pensando em viajar para a Europa, ou, pelo menos, em fazer compras em Buenos Aires. Era o início dos anos de glória dos sérgios-dourados, e quem podia tratava de conseguir um plano qualquer do Banco Nacional da Habitação para comprar um apartamento de três quartos. A classe média não queria saber de mudanças políticas, sobretudo se representassem a possibilidade de uma reabilitação de João Goulart, de cujo governo guardava ainda péssimas recordações, além de um terrível medo do comunismo. Ou seja, a base social da Frente Ampla estava sendo erodida pela política de Delfim Neto, mas disso os seus organizadores não se davam conta, pois não tinham o hábito intelectual de analisar a realidade, tal como ela se produz nas dobras da econo-

mia. Na verdade, nem mesmo aquele grupo de comunistas elegantes que se reunia na mansão dos Lee no Cosme Velho entendia grande coisa de Marx.

## **O “grupo dos imaturos”**

Enquanto os grandes líderes do passado tentavam abrir alternativas através da Frente Ampla, um grupo de deputados, eleitos em 1966 pelo voto ideológico opositor, tratava de corresponder ao seu eleitorado estendendo ao máximo os limites do exercício dos seus mandatos na contestação ao regime militar. Estender os limites do mandato queria dizer, para eles, usar permanentemente a tribuna para denunciar o governo, responder com apartes ou discursos às tentativas de defesa que os deputados governistas acaso empreendessem, criar comissões parlamentares de inquérito, forçar visitas a presos políticos nas cadeias, fazer conferências onde quer que lhes abrissem espaço, escrever artigos e dar entrevistas, participar de assembléias de intelectuais e estudantes, ir às passeatas, apoiar as greves, enfim, usar as imunidades que garantem as opiniões políticas dos congressistas para forçar o regime ou a retroceder, ou a tirar definitivamente a máscara e revelar-se uma ditadura aberta. Nesta hipótese, acreditávamos que o período de arbítrio seria encurtado pela reação popular e a pressão internacional.

Gustavo Capanema, deputado de infinitos mandatos, espantou-se com o clima da Câmara quando a ela voltou em fevereiro de 67. Comentou: “Esta Câmara está cheia de padres, mulheres e meninos.”

Os meninos eram jovens opositores, vindos das lutas estudantis ou das redações dos jornais, eleitos no triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte ou no Rio Grande do Sul, um estado onde as tradições partidárias eram mais sólidas.

A deputada Yvete Vargas, do PTB de São Paulo, de língua ferina e vocação governista, via com a maior desconfiança a atividade extraparlamentar que exercíamos. Batizou-nos logo de “grupo dos imaturos”, nome que assumimos com gosto, porque julgávamos ser falsa a maturidade dos deputados antigos e a considerávamos como equivalente a um apoio ao regime.

Padres, não eram tantos — apenas quatro -, mas contrastavam com legislaturas anteriores, nas quais a única presença sacerdotal constante era a de Monsenhor Arruda Câmara, deputado desde 1934 e último representante de uma velha linhagem política pernambucana, que deitava raízes na Confederação do Equador e na Revolução Praieira. Com exceção de Yvete Vargas, espertíssima dona do PTB paulista, quase todas as mulheres eram esposas de políticos cassados. A atividade política que desenvolviam era modesta e traduzia as posições de seus maridos.

### **A “república socialista do Lago”**

O *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, foi o principal jornal de oposição à perpetuação do regime militar, apesar de ter apoiado o golpe contra João Goulart. Sua proprietária, Niomar Moniz Sodré, filha do senador baiano Antônio Moniz Sodré, vivera apaixonadamente a política tradicional desde menina e, ao lado de Paulo Bittencourt, seu marido, participara de todas as campanhas e debates brasileiros desde o fim da ditadura Vargas. Rapidamente percebeu a ameaça à influência do seu jornal que um governo militar representava, mantendo sempre suspensa sobre sua cabeça a espada da censura. Em consequência, acolheu nas colunas do conservador *Correio da Manhã* todos os que estivessem dispostos a correr o risco da oposição, ainda que esquerdistas.

Nas eleições parlamentares de 1966, as primeiras depois das cassações de direitos políticos promovidas a partir de 1964, quatro deputados pelo estado da Guanabara saíram da redação do *Correio da Manhã*: Alberto Rajão e Fabiano Villanova, deputados estaduais, Hermano Alves e eu, deputados federais.

A Câmara dos Deputados não me era estranha: nela havia entrado pela primeira vez aos vinte anos de idade, como repórter, e dela não me afastara como articulista político. A chamada “majestade institucional” não me intimidava nem deslumbrava. Tinha com a Câmara uma relação de trabalho, para cumprir a tarefa que me fora delegada pelos eleitores, e não uma relação de emprego, dado que não considerava o mandato um emprego.

Em conseqüência, perder o mandato era uma possibilidade antevista desde o início e que não me intimidava. Temia mais não exercê-lo com plenitude e dignidade.

Logo ao se iniciarem os trabalhos da nova legislatura, em 67, juntei-me a três outros deputados, Eugênio Doin Vieira, economista de Santa Catarina, David Lerer, médico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Edgar da Mata Machado, santo de carteirinha, líder da esquerda católica mineira. Alugamos uma casa no Lago Sul, então um lugar semideserto, por onde passeavam à noite lobos guarás, corujas e cobras.

Nossa casa, batizada pela imprensa de “república socialista do Lago” tornou-se um ponto de encontro. Vivia sempre cheia de políticos e jornalistas de oposição, misturados com amigas de David, mulhereço incorrigível e o aventureiro mais valente que já conheci.

No exílio, David foi um herói desastrado de ambos os lados do Atlântico. No Peru, onde ganhava a vida como jornalista, foi um dos primeiros a chegar a uma aldeia destruída por um terremoto nos Andes. Recuperou sua condição de cirurgião, salvou muitas vidas, mas perdeu o emprego: esquecera-se de mandar a reportagem. Em Moçambique, onde passou sete meses operando no mato, nas zonas de guerra já liberadas da presença portuguesa, não agüentou a paz. Com o acordo de cessar-fogo foi removido para um hospital de retaguarda na Tanzânia, onde se dedicou a transar com o destacamento feminino da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Foi descoberto quando seduziu a primeira mulher de oficial. Ganhou uma medalha e foi mandado para Lisboa. Pouco depois, foi para Angola, em plena guerra. Tomou conta do hospital militar, semidestruído pelos portugueses em retirada. Operava sentado, para poupar energias, e todas as manhãs cumpria uma terrível rotina: escolhia os que iam morrer, ou seja, os que não poderia atender. Só podia operar quem tivesse 100% de chances de sobrevivência. À noite, percorria os hotéis pedindo pão e água para os pacientes, pois nem isso havia no hospital. Tornou-se amigo de um coronel russo. Quando houve uma tentativa de golpe que os russos não denunciaram ao governo, foi preso como agente da KGB. Antes, tinha sido denunciado como agente da CIA por moçambicanos, que sabiam ter sido expulso da Frelimo, mas não dos moti-

vos da expulsão. Ficou meses preso em um forte português do século XVII. Ninguém acreditava que era, apenas, um agente da utopia e da aventura.

Por vezes, hospedávamos estrangeiros de passagem, como Pablo Neruda e o filósofo católico Jean Marie Domenach, ou amigos em visita a Brasília, como Rubem Braga, Arnaldo Pedroso Horta ou Otto Lara Resende.

Reuniões políticas eram várias por semana, e nelas combinávamos com os outros deputados do grupo o que fazer. Hélio Navarro, que fora presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, procurava manter contatos com os movimentos estudantis. Mata Machado e eu nos encarregávamos das conversas com bispos e padres. Otávio Caruso da Rocha, jurista gaúcho que mantinha ligações com Brizola, ajudava seu conterrâneo Mariano Beck nos pareceres jurídicos sobre as ações do governo. Doin Vieira encarregava-se das análises econômicas. Maurílio Ferreira Lima, pernambucano recém-saído do movimento estudantil, fazia ligações com o Nordeste, mas gostava mesmo era de um poste em passeata, para deitar o verbo. Conseguiu, com isso, um recorde doloroso: o de ser o deputado que mais cacetadas levou, porque os PMs o derrubavam dos postes a golpes de cassetete. Nas discussões de plenário sobre violências policiais e medidas autoritárias contávamos sempre com o apoio do deputado gaúcho Brito Velho, da Arena, partido governista. Parlamentarista, vindo do antigo Partido Libertador, era ele um democrata irredutível, que não se deixava dobrar pelos argumentos da sua liderança.

Todos nós, estreatantes, respeitávamos e ouvíamos apenas três deputados veteranos: o líder do MDB, Mário Covas, deputado por São Paulo que, embora jovem também, já estava no segundo mandato e era um orador sóbrio e eficiente; Martins Rodrigues, um velho leão liberal profundamente democrata, oriundo do PSD do Ceará; e Oscar Pedroso Horta, advogado paulista muito ligado a Jânio Quadros, de quem fora ministro da Justiça.

Os únicos senadores com quem mantínhamos afinidades eram Mário Martins, da Guanabara, jornalista que viera da UDN e das lutas contra Getúlio Vargas, e seu suplente, com quem alternava a cada seis meses, o advogado petebista Marcelo Alencar. Considerávamos os de-



mais um bando de velhos caquéticos, acomodados, prontos a fazer reverências ao primeiro general que aparecesse. Era essa, aliás, a opinião que tínhamos de alguns deputados que a iriam desmentir depois, mantendo acesa a chama da oposição e do combate democrático durante os anos de chumbo, como Franco Montoro e Ulysses Guimarães.

O que nos unia era, realmente, a vontade de derrubar o regime militar, substituindo-o por um regime plenamente democrático, a partir do qual cada um poderia seguir as suas diferentes opções ideológicas com liberdade.

José Maria de Alkmin, raposa mineira, deputado e ex-vice-presidente da República, costumava vir à “república socialista do Lago” almoçar com o seu primo Edgar da Mata Machado. Tratava-nos com o cuidado de quem lida com loucos furiosos. Um dia, entre um pedaço e outro de galinha ao molho pardo, virou-se para o primo e disse:

— Edgar, diga a esses meninos que o governo federal é uma coisa tão forte que não se derruba. Governo cai.

Não acreditamos. Pagamos caro a incredulidade.

## **A armação da comunidade de informações**

Nossas atividades eram acompanhadas de perto pela comunidade de informações, interessadíssima em pretextos para justificar um novo ato institucional.

O general Jayme Portella, chefe da Casa Militar e, juntamente com o chefe do SNI, general Garrastazu Médici, um dos líderes desse grupo de golpistas, escreveu a respeito:

O deputado Márcio Alves desenvolvia uma atividade fora do comum e estava em todos os lugares, ora fazendo conferências nos sindicatos, ora falando em programas de televisão no Rio e em São Paulo. Outros deputados, como Mário Covas, Edgar da Mata Machado e David Lerer, em consonância com ele, desenvolviam suas atividades subversivas nos meios estudantis e nos sindicatos.<sup>12</sup>

Comentando a Passeata dos Cem Mil e o atentado a bomba contra o Quartel-General do II Exército, em São Paulo, Portella relata:

O secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional [que era ele mesmo] apresentou ao Presidente um relatório com base nas apura-

ções de todo o sistema nacional de informações, mostrando que o plano de agitação tinha muita profundidade e recebia apoio externo.

Os parlamentares de esquerda estavam comprometidos com o plano e, usando suas imunidades, insuflavam a agitação, pois que o objetivo era enfraquecer o Governo e a Revolução, levando o país a rumo imprevisível.<sup>13</sup>

A comunidade de informações exagerava a influência dos deputados sobre os movimentos populares porque isso convinha aos seus planos de golpe. Na verdade, era notório que os deputados eram aceitos com reservas pelos estudantes e operários e sequer lhes era dada a palavra em reuniões sindicais ou assembléias, onde o controle dos oradores ficava sempre em mãos das correntes mais radicalizadas. A reação dessas correntes era ainda mais excludente em relação aos militantes do PCB, de cuja linha divergiam por considerá-la exageradamente prudente e, por isso, cúmplice do regime militar.

Onde os deputados realmente influíam era nos diretórios acadêmicos que os convidavam a falar, especialmente sobre problemas que diziam diretamente respeito aos estudantes, como a negociação dos acordos MEC-Usaid, entre o Ministério da Educação e o governo dos Estados Unidos. Influíam, ainda, no público em geral, através da imprensa, que transmitia suas opiniões e discursos. Alguns, como Hermano Alves, continuavam a escrever nos jornais. Um artigo de Hermano sobre a situação militar, publicado no *Correio da Manhã*, foi examinado como um possível pretexto para o desejado confronto com o Congresso, caminho para um novo ato institucional. O pedido para processá-lo chegou a ser encaminhado ao Supremo Tribunal e à presidência da Câmara.

O pretexto veio, finalmente, com a invasão da Universidade de Brasília e o discurso que a respeito pronunciei.

### **Ditadura, nua e crua**

O presidente da Câmara dos Deputados, José Bonifácio de Andrada, mais apropriadamente conhecido como Zezinho, proclamou o resultado da votação que acabara de se encerrar às 15:00h do dia 12 de dezembro: 216 senhores deputados votaram contra a cassação do meu mandato; 141 senhores deputados votaram a favor; houve 12 votos em branco. A proposta foi recusada e seria arquivada.

Nas galerias apinhadas, alguém começou a entoar o hino nacional. Zezinho acionou as campainhas com energia, exigindo silêncio. Os versos do hino foram ganhando mais força. O som das campainhas foi coberto pelo canto, até que as campainhas deixaram de ser tocadas. Todos se puseram de pé e aderiram: “Ó pátria amada, idolatrada, salve, salve!” As palavras eram entrecortadas por soluços, as lágrimas escorriam pelos rostos até de políticos calejados e céticos, como se ainda surpresos pela temeridade do que acabavam de cometer, dizendo não aos três ministros militares, recusando-se a admitir as ameaças do presidente da República, mantendo incólume a mais antiga e mais importante proteção a um deputado no exercício do seu mandato: o direito de dizer o que bem entender da tribuna do Parlamento, sem que possa ser perseguido pelas opiniões que expressar.

Esse direito, que não pertence individualmente a deputado algum, mas sim à própria Câmara, fora conquistado na Inglaterra do século XVII, quando eram comuns os conflitos entre o rei e os representantes do povo. Nos países onde a inviolabilidade da tribuna parlamentar não

é respeitada, a democracia torna-se uma mera fachada do autoritarismo. É essa inviolabilidade que permite a um deputado expressar livremente suas opiniões, ainda que altamente minoritárias, impopulares ou até criminosas.

Por exemplo: a Constituição proíbe que se tente acabar com a Federação, promovendo o separatismo, ou acabar com a República, defendendo a monarquia. Proíbe, ainda, que se atente contra a ordem democrática. No entanto, um deputado pode tranqüilamente subir à tribuna e defender a divisão do país em várias repúblicas, a restauração da família imperial no palácio de São Cristóvão ou, até mesmo, o fechamento do Congresso e a instauração de uma ditadura. Suas palavras, assim como seus pareceres nas comissões especializadas ou seus votos em plenário, não podem ser contra ele alegadas nos tribunais ou servir de pretexto para qualquer tipo de punição.

O respeito à total inviolabilidade da tribuna parlamentar foi o centro do episódio político chamado “caso Márcio Moreira Alves”. A sua preservação por uma Câmara onde a proporção de governistas para opositores era de dois para um serviu de pretexto à nascente comunidade de informações, que tinha como líder mais visível o general Jayme Portella, chefe da Casa Militar da Presidência, e ao ministro da Justiça, Luís Antônio Gama e Silva, vulgo Gaminha, para fechar o Congresso em dezembro de 1968 e instituir, durante dez anos, a primeira e, esperamos, única ditadura militar da história do Brasil.<sup>1</sup>

## **O conflito cidadania versus Estado**

A formalização jurídica do golpe de 64 foi feita pelo marechal Castelo Branco, que fez o Congresso aprovar, em 1967, uma nova Constituição, em substituição à de 1946. Essa Constituição mantinha algumas regras básicas da democracia, como a possibilidade dos tribunais revogarem prisões arbitrárias através do *habeas corpus*, a liberdade da imprensa escrita, o direito de ir e vir e a liberdade de expressão. Mantinha, também, a liberdade de reunião pública e pacífica, ou seja, o direito que têm os cidadãos, com prévia comunicação à polícia, de se juntar em lugares públicos para discutir reivindicações, organizar comícios ou fazer passeatas.

O *habeas corpus*, expressão que em latim quer dizer “apresentem o corpo”, foi uma conquista dos ingleses, conseguida de armas nas mãos contra o rei João Sem Terra, em 1215. Impede que alguém seja preso sem amparo da lei ou que seja detido em lugar ignorado. Daí o poder dos juízes de exigir que a autoridade executiva “apresente o corpo”, ou seja, traga o prisioneiro ao tribunal, onde a sua liberdade será decidida.

Em 68, os tribunais estavam tirando da cadeia os estudantes presos em passeatas ou no congresso da UNE reunido em Ibiúna. No próprio dia 12 de dezembro, enquanto se processava a votação na Câmara, o Supremo Tribunal Federal concedia *habeas corpus* a vários líderes estudantis presos em Ibiúna. O único que conseguiu sair da cadeia foi Franklin Martins. Seu pai, o senador Mário Martins, conseguiu obter imediatamente um traslado da decisão e bateu-se para Santos, obtendo a libertação do filho com o comandante da unidade onde estava, o coronel Erasmo Dias, que no dia seguinte já não soltava mais ninguém, antecipando-se ao Ato Institucional nº 5. Antes, a partir de 64, os tribunais tinham libertado muitos perseguidos pelo golpe, o que já motivara um protesto formal contra a instituição do *habeas corpus* por parte do então comandante do IV Exército, sediado em Recife, general Antônio Carlos Muricy. Com as primeiras ações de guerrilha urbana já identificadas, e, sobretudo, com o atentado a bomba contra o quartel-general do II Exército em junho de 68, a pressão contra essa velha conquista democrática tornou-se mais forte.

Na verdade, o conflito jurídico que edodiu em 68 reproduzia a história da conquista das liberdades pelos povos do Ocidente, que é a história da contradição entre o direito do cidadão e o direito do Estado.

A doutrina humanística defendida pelos democratas diz que o homem deve ser o centro do sistema jurídico e, portanto, na qualidade de cidadão, deve ser o centro do regime político. A doutrina autoritária, por sua vez, reza que o Estado tem, sobre o cidadão, direitos totais para que possa defender-se e sobreviver, devendo os direitos do cidadão ser garantidos apenas quando não entram em conflito com os direitos do Estado.

A Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida ao longo dos anos 60 na Escola Superior de Guerra, adotada pela comunidade de informações e disseminada nas Forças Armadas através da teoria da guer-

ra total anti-subversiva, era uma doutrina autoritária. Portanto, exigia que o povo se submetesse às necessidades do governo, necessidades que eram apresentadas como sendo as do país. A definição dessas necessidades era feita, em última instância, pela secretaria do Conselho de Segurança Nacional, chefiada pelo general Jayme Portella.

Em palestra na Escola Superior de Guerra, em 68, Portella defendeu a tese de que o país deveria ser governado por apenas dois conselhos: o de Segurança e o de Desenvolvimento. O mesmo tipo de proposta havia sido feito, dois anos antes, pelo ideólogo da ditadura militar argentina, general Eduardo Señorans. Logo, o principal articulador do golpe dentro do golpe seria, também, o seu principal beneficiário. Nisso, aliás, o general Portella seguia uma velha tradição das oligarquias brasileiras, que não costumam declarar claramente que estão defendendo os seus próprios interesses, posição legítima em uma sociedade pluralista, mas tratam de chamar esses interesses pessoais de “interesse nacional”.

## **A marcha da insensatez**

A formação militar, no Brasil e em qualquer outro lugar, é autoritária, como nota o almirante Mário César Flores,<sup>2</sup> mas se os militares brasileiros não têm noção clara do que seja democracia ou a ela não se apegam exageradamente, têm um incrível apreço pela legalidade. O que vale, para eles, é o que está escrito nas leis, sejam elas democráticas ou não, boas ou ruins. Essa a razão do general Eurico Dutra, quando presidente da República, mandar buscar “o livrinho” — quer dizer, a Constituição — sempre que estava em dúvida. O general Costa e Silva falava da necessidade de, antes de agir, mandar algum advogado “fazer uma leizinha” que acobertasse a ação planejada.

A característica legalista da formação militar brasileira é, ainda, parte da permanente busca da unidade das Forças Armadas, principal objetivo político dos seus comandantes. Em 1968 ela teve uma conseqüência desastrosa para a democracia: reforçou o poder do ministro da Justiça, Gama e Silva, que desde o início do ano andava com a pasta cheia de rascunhos de atos institucionais, cada um mais totalitário que o outro.

Em novembro e dezembro de 68, quando a Câmara examinava o pedido dos ministros militares para que eu fosse processado por delito de opinião, Gama e Silva mudou-se para o Palácio do Congresso, instalou-se no gabinete da liderança da Arena, partido do governo, e praticamente assumiu o comando das manobras processuais. O líder do governo, deputado Ernani Sátiro, tinha infartado e fora substituído por um vice-líder, o mineiro Geraldo Freire, político de carreira e intelecto bastante modestos. A sua fraqueza permitiu que a condução do episódio passasse para as mãos do ministro, cujo interesse era produzir o impasse entre o Executivo e o Legislativo e criar uma crise institucional a ser resolvida pela instauração da ditadura completa.

Na verdade, a estratégia dos adeptos da ditadura era uma espécie de jogo de perde-ganha. Se perdessem na Câmara, ganhariam nos quartéis, fazendo prevalecer a solução do arbítrio. Caso ganhassem na Câmara, perderiam momentaneamente a possibilidade de implantar a ditadura, mas quebrariam a resistência do Congresso a qualquer arbitrariedade. Após a cassação do meu mandato viriam outras. O pedido para processar o deputado Hermano Alves por artigos publicados no *Correio da Manhã* dera entrada no Superior Tribunal Federal em 29 de outubro, encaminhado pelo procurador da Justiça Militar, Nelson Sampaio. Chegou às mãos do presidente da Câmara, Zezinho Bonifácio, em 20 de novembro e teria encaminhamento semelhante ao do processo movido contra mim. Engatilhados estavam os pedidos de cassação de Hélio Navarro e David Lerer, deputados por São Paulo.

## **o pretexto**

O pretexto usado para fechar o Congresso foram dois pronunciamentos que fiz, em 2 e 3 de setembro, na seqüência da brutal invasão da Universidade de Brasília por um comando misto da Polícia Militar, da polícia civil e do Exército.

O procurador-geral da República, Délio Miranda, pinçou trechos de ambos, na representação que fez ao Supremo Tribunal Federal, acusando-me de

abusar dos direitos individuais e políticos, praticando atentado contra a ordem democrática, vilipendiando as Forças Armadas, procurando

contra elas criar sentimentos hostis da nação em que as mesmas se integram como instituições regulares e permanentes.

Do primeiro e longo discurso, pinçou o seguinte trecho:

Uma vez que no Brasil de hoje torturar presos inermes parece ser motivo de promoção na outrora honrada e gloriosa carreira militar, pergunto: quando pararão as tropas de metralhar na rua o povo? Quando uma bota, arrebatando uma porta de laboratório, deixará de ser a proposta de reforma universitária do governo? Quando teremos, como pais, ao ver os nossos filhos saírem para a escola, a certeza de que eles não voltarão em uma padiola, esbordados ou metralhados? Quando poderemos ter confiança naqueles que devem executar e cumprir as leis? Quando não será a polícia um bando de facínoras? Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?<sup>3</sup>

Valhacouto quer dizer refúgio, abrigo, asilo, e o procurador sublinhou esse trecho.

O segundo discurso, o que afinal ficou famoso, foi pronunciado no “pinga-fogo”, o horário das sessões reservado para pequenos pronunciamentos de, no máximo, cinco minutos. Ele teve o seguinte trecho pinçado:

Vem aí o 7 de setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe, se compenetrasse que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicotasse esse desfile. Esse boicote pode passar também — sempre falando de mulheres — às moças que dançam com os cadetes e namoram os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da Guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de suas casas àqueles que vilependiam a Nação, recusassem aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta.

Eu não tinha os meios materiais de implementar essas recomendações de boicote, nem qualquer outro deputado os tinha. Portanto, eram recomendações vazias, puramente teóricas, que não ocorreria a ninguém de bom senso ou de boa-fé transformar em uma declaração de guerra de um poder da República contra o outro.

Um discurso inútil, poder-se-ia dizer, ou, para alguém irritado, poderia ser considerado um discurso bobo. No entanto, ele continha



um elemento de fundamental valia para os que tramavam o golpe: o machismo. Recomendar que as moças não namorassem os tenentes era algo que até o pior aluno da Academia Militar entenderia como uma ameaça. Poderia, portanto, ser usado para desviar a raiva dos jovens oficiais, que estava voltada contra o governo, conforme se tornara público através da divulgação do manifesto dos capitães que cursavam a EsAO, em 1º de novembro. Esses capitães acusavam o governo de corrupto e de não se preocupar com o adestramento e o equipamento do Exército. Diziam-se cansados de ouvir falar de Corpo de Exército e de foguetes, quando lidavam no dia-a-dia com o mosquetão de 1908.

Um exército não se põe em marcha se os capitães não quiserem. São eles os oficiais mais numerosos e, comandantes de companhias, os que diretamente lidam com a tropa que vai entrar em ação. Foram, portanto, o alvo preferencial dos conspiradores. Como nenhum dos dois discursos havia sido registrado pela imprensa — o máximo de divulgação conseguido pelo segundo fora uma minúscula menção na *Folha de S. Paulo* — o general Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI, providenciou a sua distribuição na íntegra a todas as unidades do Exército.

Em 5 de setembro, portanto dois dias apenas após o discurso, o ministro do Exército, general Lyra Tavares, oficiava ao presidente da República citando os discursos e dizendo:

A coibição de tais violências e agressões verbais injustificáveis contra a Instituição Militar constitui medida de defesa do próprio regime, sobretudo quando parecem obedecer ao propósito de uma provocação que só poderia concorrer para comprometê-lo.

Afirmava que os pronunciamentos haviam tido grande ressonância no seio do Exército. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica oficializariam em solidariedade ao do Exército somente duas semanas mais tarde, nos dias 19 e 20 de setembro, o que deixa claro ter a articulação do conflito partido de comandantes da força terrestre. Apesar disso, nem Lyra Tavares, nem o ministro da Aeronáutica, Márcio Mello, falavam em cassação de mandato. Limitavam-se a mencionar “providências legais”. Somente o ministro da Marinha, Augusto Rademaker, o último a pronunciar-se, tratou desse assunto, ainda que por hipótese,

escrevendo: “Parece ser o deputado Márcio Moreira Alves passível de enquadramento no artigo 151 da Constituição do Brasil.” Quem escalou a ação para propor uma cassação de mandato avalizada pela Câmara, objetivo sabidamente difícil de ser alcançado, foi o ministro da Justiça.

## **O jogo da sucessão**

Em fins de 68 já se discutia a sucessão do presidente Costa e Silva, a ser homologada pelo Congresso, em eleições indiretas que, na verdade, eram decididas pelos altos comandos das Forças Armadas, sobretudo no Alto Comando do Exército.

O general Afonso Albuquerque Lima, que ainda não descobrira sua vocação para o mercado financeiro e arvorava-se em líder nacionalista, estava em campanha aberta, fazendo conferências nos círculos militares das diversas regiões do país. O general Sizen Sarmento, comandante do I Exército, sediado no Rio de Janeiro, rompera com o seu líder de sempre, Carlos Lacerda, e também movimentava apoios. Havia conversas em torno do general Meira Matos, que dispunha de um dispositivo militar próprio, como coordenador das polícias militares estaduais, e do chefe do Estado-Maior do Exército, general Antônio Carlos Muricy, que tinha ligações com políticos nordestinos. Até se mencionavam dois coronéis que participavam do Ministério, Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho, e Mário Andreazza, ministro dos Transportes e um dos auxiliares favoritos de Costa e Silva.

Só não era candidato aquele que, pela lógica dos tempos, deveria sê-lo: o ministro do Exército, general Aurélio Lyra Tavares. É que Lyra Tavares era considerado uma personalidade fraca, incapaz de liderar um governo. Ao longo de 68 tivera de apoiar-se na Presidência da República pelo menos duas vezes para resolver conflitos de ambições no âmbito de sua pasta. Na primeira vez, tratava-se de conseguir do general Moniz de Aragão, diretor-geral de Ensino do Exército, que parasse a polêmica que mantinha, através das páginas de *O Globo*, com o seu antigo líder político, Carlos Lacerda. Aragão acabou removido para a Diretoria-Geral de Remonta do Exército, embora tratar de cavalos não fosse propriamente sua especialidade.<sup>4</sup>

O segundo caso, mais grave, foi o conflito entre o ministro e o então chefe do Estado-Maior do Exército, Orlando Geisel, um general que realmente tinha liderança entre os seus companheiros.

Jayme Portella relata esse episódio com um surpreendente grau de humildade. Conta que Orlando Geisel não vinha se acertando com Lyra Tavares, a quem criava dificuldades. O ministro, autorizado pelo general Costa e Silva, propôs-lhe o lugar de observador militar nas Nações Unidas, um cargo considerado confortabilíssimo, pelo alto salário que envolvia. Orlando Geisel recusou; queria poder, não dinheiro. Depois, foi-lhe oferecida a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas, lugar que tem mais pompa que poder. Geisel teria hesitado, entre outras razões porque o chefe do Emfa despachava com o chefe da Casa Militar. Perguntou a Lyra Tavares: “E você acha que estou disposto a despachar com o Portelinha?” Não estava, mas acabou ficando. Aceitou o cargo e terminou ministro do Exército do governo Médici, quando preparou a sucessão para seu irmão Ernesto.<sup>5</sup>

Os generais candidatos dependiam do apoio que pudessem angariar entre seus companheiros de farda para chegar à Presidência. Já os candidatos civis e os dois coronéis-ministros dependiam da sustentação que pudessem obter entre os políticos, sustentação que só serviria para alguma coisa caso o Congresso se fortalecesse diante do poder militar.

O principal candidato civil era o ex-governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que ocupava o cargo de ministro das Relações Exteriores. Magalhães era um político que aliava a esperteza dos mineiros tradicionais a uma imensa fortuna pessoal. Candidato da UDN, derrotara Tancredo Neves nas eleições para o governo do estado, usando a conversa ao pé do ouvido e um generoso talão de cheques para abrir cisões no PSD e entre os aliados de outros partidos. A partir do palácio da Liberdade, organizara a conspiração contra João Goulart e considerava-se o líder civil do golpe de 64, portanto com direito a disputar a Presidência, sonho que perseguiu a vida inteira.

Para que a pretensão de Magalhães Pinto tivesse alguma chance de êxito, era indispensável que a Câmara dos Deputados conquistasse autonomia frente às pressões militares. O primeiro e mais importante passo dessa autonomia seria a rejeição do pedido para processar-me.

Em conseqüência, inexplicavelmente para um observador pouco informado, vários deputados da antiga UDN, mineiros sobretudo, votaram contra a reivindicação dos ministros militares.

Na verdade, esses antigos udenistas não estavam primordialmente interessados na inviolabilidade da tribuna do Parlamento, embora até pudessem desejar mantê-la. Estavam interessados em colocar Magalhães Pinto no palácio do Planalto.

## **A diversidade das motivações**

A maioria dos deputados da Arena que abandonou o governo para defender a inviolabilidade da tribuna da Câmara o fez movida por convicções jurídicas e pelo respeito à instituição para a qual haviam sido eleitos. Apoiavam-se politicamente no presidente do partido governista, senador Daniel Krieger, que, apesar de amigo do presidente Costa e Silva, preferira ficar com sua consciência de advogado a servi-lo nesse confronto.<sup>6</sup> Outros, no entanto, obedeciam a motivações diferentes.

Um primeiro e reduzido grupo era o dos que punham as próprias barbas de molho. Acusados de variados crimes comuns, desde assassinatos a peculatos e desvios de verbas, procuravam preservar as imunidades parlamentares que, no Brasil, cobrem esse tipo de delito. É essa interpretação abusiva das imunidades que faz com que criminosos ricos busquem um mandato de deputado para se livrar da Justiça. Com isso, desmoralizam a instituição e uma das suas prerrogativas fundamentais, que é a garantia da imunidade política, garantia importante sobretudo para a oposição e para as minorias ideológicas.

Outros, do grupo político de Carlos Lacerda, procuravam uma cisão nas Forças Armadas, que poderia permitir ao seu líder candidatar-se à Presidência nas eleições indiretas pelo Congresso. Um dos resultados da Frente Ampla, aproximando Lacerda de Juscelino e Jango, era viabilizar essa hipótese, anteriormente descabida dadas as resistências que provocava nos grupos ligados aos ex-presidentes. Esses deputados eram liderados por Raphael de Almeida Magalhães, vice-governador da Guanabara no governo Lacerda, advogado conceituado e

parlamentar extremamente combativo. Eram eles assessorados por um grupo de militares cujo principal porta-voz era o coronel Francisco Boaventura Cavalcanti, oficial de prestígio entre os seus colegas. O coronel Boaventura, que já tivera um encontro no Rio de Janeiro com Mário Covas, líder do MDB, esteve em Brasília na véspera da votação para assegurar aos mais tímidos que nada aconteceria se garantissem o meu mandato. Existiria risco se cedessem, pois seria mais difícil defender a sobrevivência de um poder que não se defendia com honradez.

### **A cólera dos mansos**

“Temei a cólera dos mansos”, adverte o Evangelho. O presidente Costa e Silva, que não desejava um novo ato institucional que o colocasse nas mãos das lideranças militares radicais, não ouviu a advertência e deixou os seus auxiliares golpistas com liberdade para ameaçar a Arena, partido do governo, e praticar arbitrariedades na Câmara.

A Comissão de Justiça é a mais tradicional e prestigiosa da Câmara dos Deputados, porque por ela passam, obrigatoriamente, todas as propostas legislativas, tanto as de iniciativa do governo, como as dos parlamentares. Os partidos tratam de para ela designar os seus melhores quadros jurídicos que, geralmente por consenso, elegem para presidi-la um deputado da maioria que goze do respeito da oposição. Lembro-me de que, quando a Câmara funcionava no palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, a sala da Comissão de Justiça tinha o nome de meu tio-avô, Afrânio de Mello Franco, o que muito me orgulhou quando pela primeira vez, aos dezenove anos, nela entrei como repórter.

Em 68 o presidente da Comissão de Justiça era o norte-rio-grandense Djalma Marinho, homem afável, conhecedor das leis, deputado que se orgulhava de ter conseguido renovar os seus mandatos, sendo um homem pobre, simplesmente por exercê-los com lisura e eficiência. Vários outros representantes da Arena na Comissão tinham um perfil semelhante.

Quando o ministro Gama Filho e o seu pau-mandado, o líder em exercício deputado Geraldo Freire, exigiram dos membros da Arena

que votassem contra a inviolabilidade da tribuna parlamentar, permitindo que eu fosse processado, provocaram uma rebelião.

Onze dos vinte deputados arenistas da Comissão de Justiça comunicaram a intenção de votar contra o governo porque estavam convencidos que um delito de opinião praticado da tribuna da Câmara era o que os juristas chamam de “crime impossível”.

Em conseqüência, em medida inédita na história parlamentar brasileira, nove deles foram substituídos por deputados que de Direito pouco entendiam, sendo mestres apenas em fisiologismo. Monsenhor Arruda Câmara, um pernambucano cujo lugar na Comissão fora respeitado, dizem que por ter ameaçado enfiar uma peixeira na barriga de Geraldo Freire, homenageou em discurso os que saíam e chamou os que entravam de “mamulengos”. Mamulengo, no Nordeste, quer dizer fantoche, boneco de ventríloquo.

Saíram os mineiros Francelino Pereira e Murilo Badaró, os pernambucanos Geraldo Guedes e José Carlos Guerra, o paraense Montenegro Duarte, o velho cearense Vicente Augusto, Luís Ataíde, da Bahia, Raymundo Diniz, de Sergipe, e Yukishigue Tamura, de São Paulo. Não se sabe por que foi poupado o baiano Rubem Nogueira, que também declarara o seu voto contra o governo, e, por seu prestígio, Djalma Marinho.

A frase que Djalma Marinho tomou emprestada de Calderón de la Barca para justificar seu posicionamento no dia da votação na Comissão de Justiça, quando renunciou à sua presidência, entrou para a história do Parlamento:

— Ao rei, tudo. Menos a honra.

Pouco divulgadas foram as justificativas que deu:

O que está em jogo neste lance é saber se poderemos praticar a Constituição, adotando métodos totalitários de sufocação da liberdade de palavra, ou se defenderemos essa liberdade, mesmo quando a palavra é injustamente usada, confiando que possa ser contestada não pela brutalidade do silêncio forçado, mas, pelo contrário, pela ampla discussão, a fim de que o abuso seja finalmente corrigido. Não somente a minha formação impunha-me esse comportamento, como também o legado que recebera desta Comissão que, em repetidas decisões, admitira o respeito absoluto ao princípio da inviolabilidade do mandato que, não pertencendo a qualquer deputado, é atributo supremo da própria Instituição.

Evandro Carlos de Andrade, chefe da sucursal de *O Estado de S. Paulo* em Brasília, comentando minha baixa popularidade entre os colegas, escreveu:

O fenômeno Márcio é peculiar. O deputado não parece despertar muita simpatia na massa dos seus companheiros de representação. A origem burguesa, o certo distanciamento que, mesmo causado pela timidez, é mais facilmente atribuído à arrogância, a par do radicalismo de atitudes — tudo dá pretexto a que os de ânimo complacente se justifiquem perante si próprios e perante os demais pela disposição de entregar o deputado à própria sorte?

### **As tentativas de acordo**

A imaginação é uma das grandes qualidades dos políticos brasileiros. Configurado o impasse entre os militares que queriam dar um golpe dentro do golpe e o posicionamento jurídico de senadores e deputados a respeito da inviolabilidade da tribuna parlamentar, várias propostas foram sucessivamente apresentadas ao marechal Costa e Silva e sucessivamente rejeitadas, em virtude das pressões que sobre ele se exerciam através do general Portella e do ministro Gama e Silva.

Djalma Marinho, que foi recebido no Planalto em 18 de novembro, propôs que se adiasse a decisão para março, após o recesso do Congresso para as férias de verão, para se dar tempo à negociação de uma solução conciliatória. Essa proposta foi torpedeada por Portella, que assim narra o episódio:

Após a audiência, fui ao gabinete do Presidente saber como tinha ocorrido o encontro e ele me relatou a conversa. Disse-lhe que os Ministros Militares não iriam concordar com o adiamento, pois sofreriam um desgaste muito grande e dificilmente conseguiriam convencer os seus comandados. O clima era muito exacerbado entre os militares, e se ele, Presidente, viesse a concordar com o adiamento, terminaria perdendo a confiança da oficialidade, que lutou pela sua candidatura e da qual ele ainda era o líder (...). Disse que ele não tivesse dúvida de que, adotada aquela solução, sairia uma onda de indisciplina, nas Forças Armadas, difícil de conter.<sup>8</sup>

Ou seja: um general-de-brigada, àquela altura, se dava ao luxo de falar em nome dos ministros militares e de chantagear o presidente da República com a ameaça da indisciplina nas Forças Armadas.

O senador Daniel Krieger, presidente da Arena e líder do governo no Senado, sugeriu que a Câmara me aplicasse uma suspensão, ou seja, uma punição *interna corporis*, como forma de satisfazer a sanha dos ministros militares. Obteve, para isso, o apoio de quatro experimentados opositores, oriundos do antigo PSD e ligados a Juscelino Kubitschek: Amaral Peixoto, Martins Rodrigues, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, além do parecer de dois ministros do Supremo Tribunal Federal, Luís Galotti e Aliomar Baleeiro. Rondon Pacheco apresentou a proposta a Costa e Silva, que a recusou dizendo que já era tarde. Era já um prisioneiro dos golpistas.

Nas suas memórias, Krieger conta um revelador encontro que teve com o ministro Gama e Silva, no palácio das Laranjeiras, em meados de setembro. Nessa ocasião, o ministro comunicou-lhe a intenção de pedir licença à Câmara para processar os deputados paulistas Lutz Sabiá e David Lerer, do MDB, e Israel Dias Novaes, da Arena, que o teriam caluniado.

— Ministro, Vossa Excelência é professor de Direito e não pode, portanto, ignorar que os deputados estão resguardados pela inviolabilidade — disse Krieger.

— Essa doutrina está superada — respondeu Gama e Silva.

— Entretanto é dominante, não só em nosso país como em todas as nações democráticas.

— Então o Congresso deve ser dissolvido.<sup>9</sup>

O diálogo desvenda o pensamento do Ministro da Justiça do Brasil em 68. Explica muito a evolução dos acontecimentos e o papel que neles desempenharia.

Quando o processo foi desencadeado, Krieger enviou suas objeções por escrito ao presidente Costa e Silva. Ele explica:

Preferi a via epistolar por dois motivos: a circunstância da Representação ter sido encaminhada sem o meu conhecimento, quando existia o compromisso do Presidente de não apresentá-la à minha revelia, e a convicção de que ele não mais comandava os acontecimentos, mas se ajustava, embora a contragosto, aos que desejavam a ruptura da ordem jurídica.<sup>10</sup>

Daniel Krieger, Raphael de Almeida Magalhães e alguns outros parlamentares da Arena tentaram, até o fim, demover o governo do caminho que havia sido escolhido. Raphael terminou sendo preso, em



dezembro de 68. Krieger foi poupado, mas teve de recolher-se ao Rio Grande do Sul, encerrando sua atuação política no ostracismo.

## **Não foi só por acaso**

Não creio ter sido escolhido como pretexto para o golpe dentro do golpe meramente por acaso, embora o dedo do acaso se encontrasse no discurso que contra as instituições foi usado.

Apresentei, na Comissão de Justiça, considerações preliminares de defesa, que foram escritas a quatro mãos. Oscar Pedroso Horta redigiu a parte jurídica, ficando a parte política a meu cargo. Nela, fiz um histórico da minha atuação. Ele explica os motivos que tenho para pensar que era, realmente, um alvo preferencial:

O alvo do ataque que se monta contra a liberdade de pensamento e de imprensa foi escolhido a dedo. Somos, o deputado Hermano Alves e eu, representativos dos valores que se deseja destruir. Transformamo-nos em casos exemplares. Nossas causas transcendem as nossas pessoas, os nossos mandatos, para adquirir um caráter simbólico.

Vimos para a Câmara depois de uma dura luta na imprensa. Tivemos a honra de pertencer a um grupo de jornalistas — Antônio Callado, Otto Maria Carpeaux, Carlos Heitor Cony, Edmundo Moniz, Antônio Houaiss e alguns outros — que se recusaram ao silêncio ante as primeiras violências e ilegalidades desencadeadas pelo golpe militar de abril de 64. Apoiados na coragem por vezes temerária de Niomar Moniz Sodré Bittentourt, fiéis às raízes libertárias do maior jornal político do Brasil, fizemos do velho *Correio da Manhã* a esperança dos injustiçados, a trincheira do nacionalismo e o anúncio de um futuro que teremos ainda que construir. Falamos, quando quase todos se calavam. Usamos, até os últimos limites, a liberdade de imprensa que o governo permitia, como preço da aparência democrática que desejava internacionalmente manter. Creio não expressar senão a realidade dizendo que o *Correio da Manhã* daqueles dias escreveu uma das mais gloriosas páginas da história do pensamento brasileiro. Estas páginas, ajudamos a traçar.

Livre, quando mais incerta era a liberdade em nossa terra; afirmativo, quando o arbítrio dos poderosos não permitia que se soubesse se, ao sair das madrugadas de trabalho, dormiria em minha casa ou em uma cela de prisão, recusei-me a ser silencioso, impreciso e prisioneiro no exercício de um mandato que conquistara pela liberdade, pela afirmação e pela denúncia.

Em maio de 1967 publiquei o livro *Tortura e torturados*. Nele reproduzi os depoimentos que nos cárceres de todo o Brasil recolhera de

prisioneiros torturados. A verdade dos crimes narrados não podia ser contestada. Restou aos torturadores e a seus aliados no seio do governo tentarem subtraí-la ao público. O ministro da Justiça ordenou a apreensão da edição, assim que do livro tomou conhecimento. O Tribunal Federal de Recursos considerou, em decisão unânime, ilegal o ato do ministro da Justiça e liberou o livro. É possível que as sucessivas e unânimes decisões dos tribunais contra pretensões do Ministério da Justiça e em defesa dos meus direitos hajam influído para a presente e descabida representação do sr. Gama e Silva.

Terminava dizendo:

Julgam-se, além dos discursos que foram anexados ao processo, muitos outros. Minha presença na tribuna desta Casa foi para condenar, quando em vigor estava o poder arbitrário do presidente da República de cassar mandatos, o decreto-lei de Segurança Nacional. Denunciei a política educacional do governo e os acordos MEC-Usaid. Em virtude de um estudo preliminar que fiz e de um discurso que proferi, foi criada uma comissão de inquérito para investigar a venda de terras a estrangeiros, comissão esta da qual resultaram medidas legislativas que, embora não afastem de todo o perigo de desnacionalização de largas faixas do território brasileiro, contrariam frontalmente o interesse de nações poderosas. Inúmeras vezes subi à tribuna para protestar contra violências que atingiam estudantes, contra prisões de jornalistas e intelectuais, contra restrições à liberdade de pensamento, contra as condições de trabalho em algumas regiões brasileiras, contra o cerceamento da liberdade sindical e contra a política salarial herdada e mantida pelo atual governo.

Falei ainda sobre as perseguições de que são vítimas bispos, padres e leigos cristãos que procuram conscientizar o povo e transformar, no sentido da justiça, as estruturas sociais do nosso país. Enumerando as suas experiências, narrando os casos pessoais mais exemplares e analisando a participação, da Igreja Católica e das igrejas protestantes no processo de transformação social do Brasil, escrevi o livro, este ano publicado, *O Cristo do povo*.

A atuação que desenvolvo contrariou e contraria muitos interesses estabelecidos. As análises e denúncias que faço contrariaram e contrariam os que querem impor a este país um governo divorciado do povo, contrário às aspirações nacionais e garantidor dos privilégios que o tempo e a justiça não mais permitem que sobrevivam. Não contrariou nem contraria a ordem democrática e a paz social. Pelo contrário, procura construir esta e estabelecer aquela.

Julguei necessária esta longa citação por dois motivos: porque explica o tipo de ação política que eu desenvolvia juntamente com os demais deputados do chamado “grupo dos imaturos” — e, por contras-

te, o que os “maduros” não faziam — e porque esse documento não foi reproduzido em nenhum outro lugar.

Na verdade, a contra-informação da ditadura foi tão eficiente que conseguiu retratar-me como um irresponsável que agia de forma in-conseqüente e fora a causa do AI-5. Essa imagem foi absorvida até por jornalistas e escritores que, sendo contrários à ditadura, a ela serviram tratando de difundir-la, mesmo depois do seu fim.

## **A história nos julgará**

A Câmara dos Deputados é povoada por homens e mulheres que vivem da palavra, mas nela não acreditam muito. Fazem e ouvem discursos a vida inteira e, por isso, por eles não se deixam emocionar. Na Câmara, um discurso não muda um voto em questões importantes, mas pode consolidá-lo.

Quando, na manhã de 12 de dezembro, pronunciei o meu último discurso, falei para uma casa tensa, silenciosa e atenta, em defesa do meu mandato, mas em defesa, sobretudo, da honra do Parlamento.

Churchill, neto do duque de Marlborough, portanto membro de uma das mais gloriosas famílias da Câmara dos Lordes, disse certa vez que se considerava um filho da Câmara dos Comuns. Sua fidelidade não era com o passado, mas com o presente e o futuro, representados pelo voto do eleitorado. Essa era também a sensação que eu tinha, sabendo que subia pela derradeira vez à tribuna da Câmara dos Deputados, onde fora precedido por uma longa sucessão de antepassados. Desde a Constituinte de 1823, rara terá sido a legislatura que não tenha contado com algum membro da minha família. A presença dessa tradição moldou o enfoque do meu discurso:

Marcou-me o acaso para que me transformasse no símbolo da mais essencial das prerrogativas do Poder Legislativo. Independentemente do meu desejo, transmudaram-me em símbolo da liberdade de pensamento, expressa na tribuna desta Casa. Sei bem que a prova a que me submeteram está muito acima das minhas forças e da minha capacidade. Mas transcendeu, a causa que a Câmara julgará, à minha pessoa, ao meu mandato, aos partidos. É incômoda e angustiante a posição que me tocou. Suporto-a sem temor, embora não merecesse a honra de simbolizar a liberdade de toda a Casa do Povo. As grandes causas

exemplares, que na vida das nações firmam as garantias da democracia, sempre ultrapassam os que as hajam motivado.

A impessoalidade das conquistas do Direito é uma das mais belas realidades da luta dos povos pela liberdade. O nome dos barões que, nas pradarias de Windsor, fizeram o rei João Sem Terra assinar a Magna Carta perdeu-se nas brumas do tempo. Mas o julgamento por jurados, o direito dos cidadãos de um país livremente atravessarem as suas fronteiras, a necessidade de lei penal anterior e de testemunhas idôneas para determinar uma prisão, continuam a ser um imorredouro monumento àqueles homens e a todos os homens. Esqueceram as gerações modernas as violências de Henrique VII, da Inglaterra, porém todas as nações do Ocidente incorporaram às suas tradições jurídicas a medida legal que durante o seu reinado, e contra ele, firmou-se: o *habeas corpus*. Até mesmo as decisões iníquas podem ser fonte de liberdade. Ninguém sabe ao certo onde jazem os restos do escravo Dred Scott. Contudo, a decisão da Suprema Corte Americana, que o manteve escravo, foi o estopim para a libertação de todos os negros da América do Norte.

Assim poderá ser, também, neste caso. Apagado o meu nome, apagados os nomes de quase todos nós da memória dos brasileiros, nela ficará, intacta, a decisão que em breve a Câmara tomará. Não se lembrarão os pósteros do deputado cuja liberdade de exprimir da tribuna o seu pensamento é hoje contestada. Saberão, todavia, dizer se o Parlamento a que pertenceu manteve sua prerrogativa de inviolabilidade ou se dela abriu mão. A verdade histórica é que os homens passam, mas os direitos que uma geração estabelece, através de suas lutas, às outras gerações são legados, pouco a pouco criando o patrimônio comum das leis, garantias e liberdades de uma nação.

Não se julga aqui um deputado. Julga-se uma prerrogativa essencial do Poder Legislativo. Livre como o ar, livre como o pensamento a que dá guarida, deve ser a tribuna do povo. Pode um deputado pronunciar um discurso que não conte com o apoio de um só de seus colegas. O fato de poder proferi-lo não quer dizer, no entanto, que a Câmara a que pertence é solidária com os conceitos que emitiu. Simplesmente significa que a Câmara existe, que é um poder independente e que garante a seus membros a liberdade de palavras e opiniões.

Procura-se criar, em torno da concessão ou não de uma licença para que se prossiga um processo a respeito do que muito bem chamou o nosso professor de deveres, Djalma Marinho, “delito impossível” uma crise institucional. Pudesse eu evitar essa crise abrindo mão dos meus direitos, certamente o faria. Não creio que as crises que cada vez mais freqüentemente sacodem a imperfeita estrutura constitucional brasileira possam ser removidas com o sacrifício de um, de dois ou de todos os deputados. Transcendem elas ao Congresso, aos mandatos e aos representantes do povo. São, antes, originárias de abusos de poder que do exercício de direitos. Estão fundamentalmente fincadas na própria

Constituição de 1967, no gigantismo das atribuições do Executivo, no afastamento do povo dos governantes que não escolhe, na desigualdade da repartição das riquezas nacionais, nas ameaças à soberania nacional que a todo momento sentimos. Entretanto, isso não me é dado fazer. Não se discute, na espécie, o que pertence ao deputado, ou seja, a sua imunidade processual. Discute-se o que pertence à Câmara, ou seja, a inviolabilidade da sua tribuna, das suas comissões, das suas votações.

Todos nós chegamos aqui pela confiança que recebemos de uma parcela do povo brasileiro, manifestada pelo voto secreto em eleições diretas. Esta confiança não é gratuita. Representa o compromisso que assumimos com o pensamento e os interesses daqueles que nos elegeram para que aqui exprimíssemos os seus anseios. Assim entendo e procuro viver o meu mandato. Os que em mim votaram não o fizeram iludidos. Sabiam quem eu era e por isso me escolheram. O que pensava a respeito dos tempos que vivemos no Brasil, a visão que tenho do futuro ao qual devemos aspirar, tudo isso era conhecido de forma clara e precisa, pois que minhas opiniões longamente as expusera, através de livros, de discursos, de programas de televisão e, sobretudo, de uma longa e diária presença na imprensa.

Que visão é esta? Creio poder encontrar as suas raízes em uma profecia de Isaías:

“Pois eu vou criar novos céus e uma nova terra. O passado não será mais lembrado, não volverá mais ao espírito, mas será experimentada a alegria e a felicidade eterna daquilo que vou criar (...). Serão construídas casas que se habitarão, serão plantadas vinhas das quais se” comerá o fruto. Não mais se plantará para que outro se alimente. Os filhos do meu povo durarão tanto quanto as árvores, e meus eleitos gozarão do trabalho das suas mãos. Não trabalharão mais em vão, não darão mais à luz filhos voltados a uma morte repentina.”

É por um mundo assim que batalhamos. É por um Brasil assim que não tememos o sacrifício. O que prego, nesse princípio de minha vida pública, nesta Casa e fora dela, é o estabelecimento de uma sociedade justa, onde todos possam viver livremente, livremente exprimindo suas tendências e recebendo oportunidades iguais de desenvolver os seus dotes humanos, sem sofrer qualquer restrição por motivo de cor, de crença, e, sobretudo, de disparidades de fortuna. Acredito que todos nós temos uma responsabilidade direta na construção da paz social, como da paz internacional, responsabilidade esta que é tanto maior quanto maiores forem os instrumentos de cultura, de fortuna e de poder de que cada um disponha.

É-me lembrado, freqüentemente, nesta Casa, por amigos que à minha responsabilidade apelam, por adversários que me procuram julgar, que sou um dos privilegiados da sociedade brasileira. É verdade. Tenho disso a mais profunda e pesada noção. Procuro, por isso, transformar o que de mais eficaz os privilégios me deram, ou seja, a pos-

sibilidade de acesso aos bens da cultura, que a noventa por cento dos brasileiros é negada, em um instrumento que permita aos despojados de hoje serem os participantes de amanhã.

Na defesa dos sagrados direitos do homem, acuso o espírito militarista que se apossou de uma minoria de civis e militares que, infelizmente, desfruta de acesso ou participação nos conselhos da República. Repito o que em minhas razões preliminares disse: nem todos os militaristas são militares. A maioria dos militares não é militarista. Sei que a tentativa de cassar o meu mandato é apenas a primeira, de muitas que virão. Sei que o apetite dos que a esta Casa desejam mal é insaciável. Os que pensam em aplacá-lo hoje, com o sacrifício de um parlamentar, estarão apenas estimulando a sua voracidade.

Buscam os inimigos do Congresso um pretexto. Acusam-me de injuriar as Forças Armadas. Nos processos penais de injúria a ação é liminarmente suspensa quando o acusado nega o seu ânimo de injuriar e o acusador aceita a explicação.

Nego, aqui e agora, que haja, em qualquer tempo ou lugar, injuriado as Forças Armadas. As classes militares sempre mereceram e merecem o meu respeito. O militarismo, que pretende dominá-las e comprometer-lhes as tradições, transformando-as em sua maior vítima, esse militarismo — deformação criminosa que a civis e militares contamina — impõe-se ao nosso repúdio.

Entrego-me agora ao julgamento dos meus pares. Rogo a Deus que cada um saiba julgar, em consciência, se íntegra deseja manter a liberdade desta tribuna, que livre recebemos das gerações que construíram as tradições políticas do Brasil. Rogo a Deus que mereça a Câmara o respeito dos brasileiros, que possamos, no futuro, andar pelas ruas de cabeça erguida, olhar nos olhos os nossos filhos, os nossos amigos. Rogo a Deus, finalmente, que o Poder Legislativo se recuse a entregar a um pequeno grupo de extremistas o cutelo da sua degola.

Volta-se o Brasil para a decisão que tomaremos. Mas só a História nos julgará.

Desci da tribuna com a estranha sensação de calma que sempre experimentei nos momentos de perigo que já enfrentei. Era como se o desfecho não me dissesse mais respeito. Recebi, distante, os abraços dos companheiros, limpei as lágrimas de minha secretária e amiga Rosinda, e registrei apenas o comentário de Carlos Castelo Branco, ao sentir que portava uma pistola debaixo do braço: “Desagradável.” Pela madrugada estivera ele em minha casa, junto com Otto Lara Rezende, para saber se eu tinha algum plano de fuga, dado que haviam recebido a informação de que corria risco de vida, qualquer que fosse o resultado da votação. Claro que tinha.

Ao longo dos últimos meses perdera a conta dos telefonemas de ameaças e de injúrias. Soubera das intenções de um grupo de oficiais da Aeronáutica de espancar-me e, possivelmente, castrar-me, intenção que considerei do pior mau gosto, mas que era coerente com a conotação sexual que havia sido dada por eles ao meu discurso no “pinga-fogo”. Em consequência, não só passara a andar armado como montara um plano de fuga a ser executado assim que o episódio da Câmara se encerrasse.

Não esperei as comemorações da vitória. As últimas estrofes do Hino Nacional ecoavam ainda no plenário emocionado e eu encerrava o curto período em que a minha vida coincidiu com a vida política da minha pátria. Acompanhado pelo bravo deputado Martins Rodrigues e por alguns outros, saí da Câmara pelo corredor da biblioteca e entrei no carro de um amigo que me levaria para os caminhos da clandestinidade e, depois, para os do exílio.

No palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, o marechal Costa e Silva recusava-se a receber os generais e ministros que vinham pedir-lhe uma decisão imediata. O chefe da sua segurança pessoal assegura tê-la visto, à noite, fazendo as malas e decidido a entregar o governo, na manhã seguinte, aos três ministros militares, por não querer ser o chefe de uma ditadura militar latino-americana. Essa informação não corresponde ao relato do general Jayme Portella, que diz tê-la visto rascunhando, no avião, as medidas de cerceamento da liberdade que iriam integrar o Ato Institucional nº 5.<sup>11</sup>

Às 11:00h da sexta-feira, 13 de dezembro, o presidente Costa e Silva reuniu o seu ministério e pediu a opinião de cada um sobre o que fazer. O ministro Gama e Silva apresentou um esboço de ato institucional tão violento que foi rejeitado. Para se ter uma idéia da violência da proposta do Gaminha, basta repetir o depoimento do general Portella, articulador do golpe dentro do golpe:

O Ministro da Justiça começou lendo um manifesto à Nação para então propor a decretação de um ato adicional à Constituição. Neste, sugeria umas tantas medidas tão radiciais que o Ministro Lyra Tavares não se contentou e disse: “Assim, você desarruma a casa toda.” Houve risos dos presentes e o Presidente interveio, dizendo que não era aquilo que ele queria, mas sim, um ato institucional. O Ministro Gama e Silva passou, então, a ler o rascunho de um outro ato, não tão drástico como o an-

terior. O Presidente passou a discutir com os presentes as medidas que desejava que o ato contivesse, lendo a anotação que fizera antes, dizendo ao Chefe da Casa Civil que anotasse o que ficasse assentalo.<sup>12</sup>

Fez-se outro ato, com o auxílio do chefe da Casa Civil, deputado Rondon Pacheco. Às 17:00h reuniu-se o Conselho de Segurança Nacional, do qual participavam, além dos ministros, o vice-presidente e algumas autoridades militares, 22 pessoas ao todo.

Zuenir Ventura, que descreve bem essa reunião com base nos arquivos e gravações a que teve acesso, registrou apenas um voto contra o AI-5, o do vice-presidente Pedro Aleixo, ilustre jurista de Minas Gerais. Aleixo propunha que o governo se limitasse a decretar o estado de sítio, para melhor controlar as manifestações que pudessem ocorrer em virtude do resultado da votação na Câmara.

A posição de Pedro Aleixo é confirmada por Portella. Ele a manteve firmemente, o que viria a custar-lhe a Presidência da República. A decisão de não lhe dar posse parece ter sido tomada no calor do próprio episódio. Portella conta:

Naquela ocasião houve um comentário de alguns dos oficiais-generais que integravam o Conselho de Segurança Nacional, dizendo que a atitude do vice-presidente surpreendera a todos, pois que defendendo a instalação do estado de sítio não via que não desagravava as Forças Armadas, defendia a inviolabilidade do agressor, pois que falara da Tribuna, bem assim a intocabilidade do Congresso, e, além disso, não percebia que o seu país estava vivendo uma crise de sérias proporções, que aquele ato era o único instrumento de que dispunha o governo para debelá-la. E diziam, como seria possível um homem com aquela fomação política poder substituir o Presidente nos seus impedimentos. Ele selara, ali, o seu destino político, caso viesse a ocorrer a necessidade de substituir o Presidente numa eventualidade, por um período de certa duração.<sup>13</sup>

Em 1969, quando um acidente vascular cerebral impediu o marechal Costa e Silva de continuar no exercício da Presidência e, pouco depois, causou-lhe a morte, os ministros militares impediram Pedro Aleixo de substituir o presidente, como previsto na Constituição, formando uma junta de governo por eles mesmos constituída.

Todos os outros ministros, inclusive Magalhães Pinto, além dos chefes de estado-maior, foram favoráveis ao fechamento do Congresso, à



cassação de mandatos, à extinção do *habeas corpus*, à censura à imprensa.

Os golpistas chegaram à sofisticação de se preocupar com as repercussões de sua ação sobre o mundo financeiro internacional. Pediram o parecer dos ministros Delfim Neto, da Fazenda, e de Hélio Beltrão, do Planejamento. Ambos responderam, mais que depressa, que não haveria problemas. Como eram os ministros que, juntamente com o das Relações Exteriores, mais tinham contatos com os Estados Unidos, deviam estar informados da complacência norte-americana face à instauração de ditaduras militares na América Latina. Por outro lado, as estatísticas sobre o forte crescimento da economia naquele ano eram um argumento a favor da manutenção da estratégia que haviam estabelecido, estratégia baseada na concentração de riquezas e no arrocho salarial. Um governo autoritário deveria parecer-lhes mais eficiente para implementar a repressão sindical implícita nessa estratégia. Um regime democrático, afinal, exige negociações. Hélio, note-se, era um antigo udenista, partido nascido da luta contra a ditadura de Getúlio Vargas e cujos militantes sempre fizeram alarde do seu amor pela democracia. Devia sua carreira política a Carlos Lacerda, alvo preferencial da ditadura que se instalaria com o seu voto e aplauso. A ordem de prisão contra Lacerda seria expedida no mesmo dia pelo general Portella.

Um dos três ministros a tecer considerações mais detalhadas sobre o texto proposto, Hélio Beltrão disse que

nenhuma consideração de ordem formal nos deve afastar da responsabilidade de assegurar a ordem e a tranquilidade para o trabalho e o desenvolvimento.

Enfim, depois de competirem entre si no *strip-tease* da negação das suas convicções democráticas, convicções que foram parar no lixo como roupa velha, todos os membros do Conselho de Segurança Nacional fizeram coro com o coronel Jarbas Passarinho que, em um rom-pante, exclamou: “Às favas, senhor presidente, todos os escrúpulos de consciência.”

Costa e Silva, avaliador mais realista do que estava acontecendo, encerrou a reunião dizendo:

Eu confesso que é com verdadeira violência aos meus princípios e idéias que adoto uma atitude como esta. Adoto-a convencido de que ela é do interesse do país, do interesse nacional, que demos um basta à contra-revolução.<sup>14</sup>

Para sua própria honra e a da geração política a que pertenceu, Pedro Aleixo ficou solitário.

Nos anos seguintes, as classes dominantes brasileiras dariam muitos outros exemplos de servidão cívica. Felizmente, um punhado de homens e de mulheres, saídos de todos os extratos da sociedade, conservaram vivo o sonho da liberdade e da democracia. Os seus serão os nomes lembrados no futuro, gravados nas ruas e praças, gravados sobretudo na memória da gente da nossa terra.

### Como o ano terminou

Ouvi o anúncio do AI-5 na casa do deputado Francisco Amaral, tomando cerveja quente e comendo sanduíches. Tal como havíamos combinado em Brasília, ele me fora buscar de manhã cedo, na sede da bela fazenda do conselheiro Antônio Prado, em Campinas, onde me acolhera a herdeira, prima longe no sangue e próxima no coração. Encontrou-me trepado em uma jaboticabeira na beira da piscina, tranquilo na certeza de que os entrelaçamentos das relações de parentesco da classe dominante brasileira, que eu aproveitava, eram impenetrável mistério para a polícia política.

O fechamento do Congresso, surpresa que não havíamos previsto, tornava insegura até mesmo a casa de um parlamentar insuspeito de subversão, como era o bom Chico Amaral. Apesar da sua generosidade em querer manter-me asilado, ponderei os riscos que isso acarretaria para sua família e pedi que descobrisse outro lugar, onde pudesse ficar até que a vigilância nas estradas diminuísse e arrefecesse o empenho das organizações de segurança em encontrar-me.

Chico chamou um jovem dentista solteiro, militante do MDB, José Roberto Teixeira, mais conhecido como Grama. O futuro prefeito de Campinas, político cuja administração inovadora e exemplar viria a derrotar a influência de Orestes Quéricia na cidade, tinha um apartamento de namoros, quarto e sala escassamente mobiliados, bem no Centro. Lá fiquei instalado durante uma semana interminável, aprendendo a longa duração do tempo de quem vive clandestino. Não po-

dia ouvir rádio ou ligar a televisão durante o dia, para não despertar a curiosidade de algum vizinho abelhudo. Esperava as visitas do Grama com a ansiedade de quem concentra em uma única pessoa todas as possibilidades de contato com o mundo. Dele dependia para comer, para receber os jornais, para ter notícias da vigilância nas estradas, para tudo.

Grama foi ao Rio estabelecer contatos com minha família, aflita por não ter notícias de meu paradeiro. Voltou com 3 mil dólares e um bilhete de Antônio Callado. Os dólares eram o que minha prima Maria do Carmo Nabuco, tia por extensão, mas tão protetora como as verdadeiras, tinha no cofre. Vieram acompanhados de um ditado inglês: *blood is thicker than water*. O sangue é mais denso que água, dizia como se dissesse que não aprovava o meu comportamento político mas isso não a impediria de me ajudar.

O bilhete de Callado era rural. Dizia: “Compadre, andam de olho grande no bezerro que vosmicê criou. Acho bom mudar de pasto para que não acabe no matadouro.”

A estrada para São Paulo não tinha mais barreiras. Era tempo de cuidar da vida, embora eu não estivesse ainda convencido da necessidade de vivê-la no exílio. Fomos, Grama e eu, para a cidade grande, no seu fusca discreto.

A primeira parada foi na rua Jacques Félix, Vila Nova Conceição, pertinho do parque do Ibirapuera, onde moravam José e Maria Helena Gregory, meus melhores amigos paulistas. A acolhida foi fraterna, e o primeiro uísque da clandestinidade soube melhor que o hidromel que os deuses tomam no Olimpo. Só que Zé Gregory desconversou, quando pedi pousada. Foi no andar de cima e desceu com a explicação para a desconversa: Hermano Alves chegara primeiro.

— Dois não dá — disse o Zé. — A casa só tem três quartos, as três meninas estão em um e o Hermano no outro. Vamos arrumar outro jeito.

Encontro marcado, fomos para a casa do deputado Oscar Pedroso Horta, que vivia sozinho e mantinha um bar tão freqüentado que um dia apareceu um americano desconhecido, sentou em um tamborete, pediu um uísque, tomou e saiu sem falar com ninguém, deixando cinco dólares em cima do balcão.

Oscar era um homem sofisticado e, por isso, contraditório. Fora de esquerda quando estudante, tornou-se um reputado advogado de empresas e políticos, ligou-se a Jânio Quadros, que o fez ministro da Justiça. Ganhara celebridade sendo o portador da carta-renúncia do presidente ao Congresso Nacional, serviço que lhe foi sempre cobrado pelos políticos mineiros, que consideravam um imperdoável açoitamento a sua entrega a um adversário político, o senador paulista Áureo Moura Andrade. Em vez de colocá-la em debate, Áureo considerou a renúncia um ato unilateral, a ser aceito sem discussão e, com isso, abriu as portas para uma crise política mal-encerrada com a adoção do parlamentarismo e a posse do vice-presidente João Goulart. Em 1966, Pedroso Horta elegeu-se deputado federal pelo MDB e apoiou a oposição radical do “grupo dos imaturos”, nos aconselhando em temas jurídicos.

Depois de vários casamentos desfeitos, Oscar vivia só. Insistiu para que eu ficasse com ele, dizendo que polícia alguma se atreveria a invadir a casa de um advogado que mantinha no cofre os mais íntimos segredos de meia São Paulo. Enquanto me apresentava essa garantia, chegou outro deputado cassado, José Aparecido, de mala e cuia para uma temporada paulista.

Aparecido, que ganhou o prêmio de amigo exemplar na Exposição Universal de Bruxelas, representa um risco mortal para qualquer clandestino: não consegue ficar cinco minutos sem falar no telefone e geralmente fala com jornalistas, pois é amigo de todos. Confiar-lhe um segredo é como publicá-lo no jornal, e na primeira página, não na de classificados.

Passado o alvoroço do encontro, disse a Oscar que em sua casa não ficava nem picado. Mais seguro seria armar uma barraca na avenida Paulista. Relutou um pouco, mas deu um telefonema e ofereceu outro uísque, garantindo que em meia hora o problema estaria resolvido.

João Leite escrevia contos policiais e era um dos mais perseverantes boêmios da cidade. Era, também, delegado de polícia e conhecedor dos meandros do submundo. Chegou, me olhou firme, e disse:

— Oscar, quando você me chamou de urgência, desconfiei logo que era algum peixe grande. Só não imaginava que fosse um tubarão do tamanho do Marcito.

Não houve discussão, só o tempo de espera para que o João Leite desse conta da sua ração de uísque. Fomos para o seu apartamento, que ficava estrategicamente localizado: em cima do La Licorne, a boate das putas mais chiques de São Paulo.

No Brasil, primos são os que se reconhecem como parentes, por mais distante que o parentesco esteja. Como o Estado não garante a saúde, a velhice ou mesmo a segurança de ninguém, essas garantias são proporcionadas pela família alargada. Meu pai, nesse meio-tempo, tinha se escondido em casa de Eudoro Villela, dono do Banco Itaú, que compartilhava com minha mãe um tetravô comum. Ocorreu-lhe que o Zé Gregory pudesse conhecer meu paradeiro. Confirmada a intuição por um dos diretores do banco, marcamos o encontro. Da janela, fiquei vigiando o ponto combinado, em uma pracinha, e tomei um susto quando vi meu pai chegar disfarçado sabe Deus de quê, com um boné xadrez escondendo a careca e atraindo os olhares de quem passava. Antes mesmo de cair no abraço que me abria, antes de dizer qualquer outra coisa, disse:

— Joga fora esse boné, pai.

Até o fim da vida ele me cobrou a falta de amor filial dessa recepção. Mas, da conversa que tivemos, constatando a incrível indiferença com que a população recebera o AI-5 e as dificuldades que teria caso insistisse em ficar clandestino no Brasil, nasceu a primeira intenção de partir para o exílio.

A intenção foi consolidada por Sérgio Buarque de Holanda. Na noite de Natal, inteiramente bêbado, apareceu no apartamento do João Leite aos berros, empunhando um peru assado como se fosse um estandarte de guerra:

— Clandestino tem que comer peru no Natal — gritava, sem ligar para os psius e puxões no paletó que Maria Amélia, sua mulher, lhe dava, tentando moderar a sua voz. — Já entreguei o do Geraldo Vandré e agora vim trazer o teu. Me dá um uísque, João.

No dia seguinte dei por encerrada a temporada clandestina, mesmo porque não conseguira perspectiva de abrigo seguro e atuação política não militar através dos contatos que fizera. Se o Sérgio Buarque de porre batia à nossa porta, não tardaria a polícia a bater também, por mais delegado que o João Leite fosse.

Procuramos, outra vez, Oscar Pedroso Horta, que foi objetivo: — Não conheço as tuas ligações subversivas, nem sei qual é o caminho que os padres dominicanos teus amigos usam para tirar gente do país. O que sei é que tirei o Adhemar de Barros de São Paulo e o coloquei em segurança no Paraguai, quando o Jânio Quadros mandou prendê-lo pelo roubo de uma urna marajoara. Usei os caminhos do contrabando. Esses caminhos estão abertos para você e, na minha opinião, o contrabando tem mais tradição no Brasil que a subversão.

Concordei. O contrabando era, realmente, muito mais bem organizado que qualquer rede política clandestina. Fiz-lhe um apelo para que saísse do Brasil comigo:

— Oscar, você já foi ministro da Justiça, é um deputado federal importante, tem ligações no exterior e não tem a menor possibilidade de fazer alguma coisa contra a ditadura ficando aqui, ainda mais agora, com o Congresso fechado, argumentei. O teu lugar é lá fora, denunciando esse regime e os crimes que pratica e ainda vão praticar.

A recusa foi imediata:

— Não. Eu fico e acho que só aqui é que poderei trabalhar pela redemocratização. Estou velho, estou rico, estou sozinho e estou com câncer. Esses milicos vão ter que me agüentar até a morte — respondeu.

Cumpriu a promessa. Uma das mais dramáticas fotografias da história parlamentar brasileira é o registro de Oscar Pedroso Horta, líder do MDB, deitado em uma maca no plenário da Câmara dos Deputados, quando foi reaberta para homologar a presidência do general Garrastazu Médici, ouvindo o discurso que escrevera — mas não mais podia pronunciar — sendo lido ao microfone por um colega de partido.

Dois dias depois, madrugada, eu estava esperando um bimotor em uma pista clandestina em Jundiá. O avião não desligou os motores enquanto descarregavam a sua carga de uísque e cigarros americanos.

Embarquei para Assunção como carga de retorno, mais barata. Nem tive que mostrar passaporte. Parece que o avião era de um general, que recebera de Strossner uma quota do contrabando para o Brasil. O passageiro de retorno era um troco extra que os seus pilotos levavam de vez em quando.

Cheguei, finalmente, ao aeroporto de Santiago do Chile, onde me esperavam Plínio Arruda Sampaio e Paulo Tarso, democratas-cristãos de excelentes relações com o governo de Eduardo Frei, no último dia de dezembro.

Na noite da véspera, 30 de dezembro, antecipando as comemorações do Ano Novo, divulgava-se a primeira lista de cassações: dos treze nomes, doze eram de deputados, encabeçados por mim. O décimo terceiro era o de Carlos Lacerda. Terminava, com essa lista, o ano político de 1968.

Para mim, encerrava-se, no aeroporto de Santiago, o curto período em que minha vida coincidira com a vida política da minha pátria. Nota de pé de página na sua história, voltava a ser o que sempre fora: um jornalista interessado nos dramas do seu tempo, deles participando como testemunha, de acusação ou de defesa.

Para o Brasil, começavam os anos de chumbo, o reino da comunidade de informações, os tempos da violência, da intriga, da espionagem, das negociações impunes, enfim, começava a ditadura, nua e crua.

A história desses tempos, com o seu heroísmo e as suas abjeções, está ainda por ser contada. É preciso que seja, porque a História serve, sobretudo, para evitar que os erros se repitam.



## Capítulo I

1. Para um cronograma das ações terroristas de direita na Itália e a convivência entre os serviços secretos, protegidos pela CIA, e a tentativa de golpe do Príncipe Borghese, ver Gianni Ciprianni e outros, *Servizi Segreti* (Roma: Ed. Avenimenti, 1963).
2. “Informe de balanço do CC ao VI Congresso do PCB, 1967, em PCB: *vinte anos de política. Documentos, 1958-1979* (São Paulo: Ciências Humanas, 1980).
3. *Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1967, 25 de agosto e 1º de setembro de 1968.

## Capítulo II

1. Há uma grande quantidade de informações publicadas sobre a guerrilha urbana, a sua atuação e as suas bases teóricas. Algumas dessas publicações são em inglês e francês ou foram publicadas somente em Portugal, o que as tornam difíceis de se encontrar. Menciono-as para ajudar algum leitor que queira se aprofundar no assunto ou algum estudante que sobre ele deseje escrever.

*Imagens da revolução*, de Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985), é uma preciosa coleção dos principais documentos de 18 organizações de esquerda. Cada documento é precedido de uma pequena explicação sobre as origens da organização e o que aconteceu com ela. No final, há fichas históricas de organizações que não chegaram a se desenvolver e uma lista de presos políticos desaparecidos ou mortos.

*Combate nas trevas*, de Jacob Gorender (Rio de Janeiro: Ática, 1987), é um excelente estudo da evolução das esquerdas após o golpe militar de 1964, do ponto de vista de um militante que rompeu com o Partido Comunista Brasileiro. Gorender acrescenta excelentes bibliografias a cada capítulo do livro.

*Brasil: tortura nunca mais*, da Arquidiocese de São Paulo (Petrópolis: Vozes, 1985), trata da guerrilha na medida em que relata as torturas sofridas pelos

presos políticos, segundo os dados contidos em processos que tramitaram na Justiça Militar. Faz muita falta, para quem quer apenas consultar esse livro, um índice dos nomes das pessoas citadas.

*Batismo de sangue*, de Frei Betto (São Paulo: Círculo do Livro, 1982), trata das ligações entre Marighella e os frades dominicanos e dos acontecimentos que levaram à morte do líder guerrilheiro.

*Lamarca, o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda (São Paulo: Global, 1980), é uma reportagem meio mal enjambrada, mas com dados inéditos sobre a vida do principal chefe militar da guerrilha.

Uma análise rápida do pensamento militar de Carlos Marighella pode ser encontrada em *A guerra irregular moderna*, de Friederich August von der Heydte (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990).

Há depoimentos pessoais interessantes de militantes guerrilheiros. O que fez maior sucesso foi *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (Rio de Janeiro: Codecri, 1979). Do mesmo gênero é *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis (São Paulo: Global, 1980). Depoimentos pessoais importantes, que ultrapassam o problema da guerrilha, são os de dois colaboradores de Brizola no Uruguai, Neiva Moreira, *O pilão da madrugada* (Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989), e o de Betinho, *Sem vergonha da utopia* (Petrópolis: Vozes, 1988).

A visão que o governo tinha do movimento guerrilheiro pode ser encontrada em *A Revolução e o governo Costa e Silva*, do general Jayme Portella de Mello (Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1979). Uma interpretação instigante está em *Tecnoburocracia e contestação*, de Luís Carlos Bresser Pereira (Petrópolis: Vozes, 1972), quando a guerrilha ainda existia.

Os mais importantes textos publicados no exterior são:

*Carlos Marighella libération du Brésil*, de Conrad Detrez (Paris: Editions du Seuil, 1970). Contém a única entrevista dada por Marighella quando vivia clandestinamente no Brasil.

As obras de Che Guevara, Fidel Castro e Mao Tsé-tung foram publicadas no Brasil ao longo dos anos 60.

*A esquerda armada no Brasil*, do jornalista cubano Antonio Caso, foi publicada em Portugal pela Moraes, em 1976. Contém depoimentos de guerrilheiros asilados em Havana. Depoimentos desse tipo podem também ser encontrados em *Memórias do exílio*, de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos (Lisboa: Arcádia, 1976), e em *Os exilados*, de Cristina Pinheiro Machado (São Paulo: Alfa-Omega, 1979). A guerrilha é abordada também no melhor estudo sobre a estrutura ideológica e material da tortura a presos políticos em *A estratégia do terror* do antropólogo e médico italiano Ettore Biocca (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974). Finalmente, *Dictatorship and Armed Struggle in Brazil* (Londres: NLB, 1971), de João Quartim de Moraes, filósofo e ideólogo da VPR, é uma interessante análise do processo guerrilheiro escrita enquanto ele se desenvolvia.

2. Carta datada de Havana de 18 de agosto de 1967, publicada em *Carlos Marighella, pour la libération du Brésil*, op. cit., p. 60-63.

3. Jacob Gorender, *Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, op. cit., p. 92.
4. Declarações de Miguel Arraes ao autor.
5. Gorender, op. cit., p. 95-96 faz um interessante comentário sobre as formas organizacionais que seriam adotadas pelo Agrupamento Comunista de São Paulo e pela Aliança Libertadora Nacional. Considera que Marighella aproximara-se do pensamento anarquista, tornando-se “o líder revolucionário dos anos 60 que mais explícita e reiteradamente pregou o terrorismo de esquerda. Ao contrário de Guevara, que advertiu contra os prejuízos do terrorismo, o dirigente brasileiro o incorporou ao seu elenco de procedimentos.”
6. Esse texto da CIA, que traduzi, bem como alguns outros referentes ao ano de 1968 encontram-se na Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, no CPDoc — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
7. A versão de Herbert José de Sousa, o Betinho, encontra-se em Ricardo Gontijo, *Sem vergonha da utopia, conversas com Betinho*, op. cit., p. 92-93. A versão de Neiva Moreira encontra-se em seu depoimento a José Louzeiro, *O pilão da maldrugada*, op. cit., p. 194-196.
8. Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, *Imagens da revolução*, op. cit.
9. Os arquivos do general Antônio Carlos Muricy estão na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, no CPDoc.
10. Para o texto completo do “Programa básico da AP-ML”, de março de 1971, vide Reis e Sá, op. cit., p. 293-305.
11. O “Seminário Marx” foi uma atividade extracurricular organizada por José Arthur Gianotti após voltar do seu mestrado em Paris. Reuniu, de 1949 a 1952, um grupo de brilhantes professores da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que se propunham a fazer uma leitura nova dos textos básicos de Karl Marx, em especial de *O capital*. Cada participante encarregava-se de estudar um capítulo, expondo as suas conclusões aos demais em reuniões semanais noturnas, que entravam pela madrugada apoiadas na sofisticada culinária de Gianotti. Sendo quase todos próximos do Partido Comunista, excluíram os trotskistas dos debates, o que deixou de fora uma das grandes estrelas nascentes da USP, o sociólogo Florestan Fernandes.
12. Gorender, op. cit., p. 80.
13. Gontijo, op. cit., p. 96.
14. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e outros, op. cit., p. 82 ss.
15. Reis e Sá, op. cit., p. 304.

### Capítulo III

1. Sobre a guerrilha urbana há alguns livros essenciais. *Iara, reportagem biográfica*, de Judith Patarra (Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992) é um livro que vai muito além da biografia de Iara Iavelberg, a guerrilheira que se apaixonou

pelo capitão Lamarca e preferiu suicidar-se a cair nas mãos da polícia e ser torturada. Baseada em uma riquíssima bibliografia e em entrevistas, Judith Patarra traça o retrato da vida dos emigrantes judeus da Europa Central na São Paulo dos anos 40, 50 e 60, estuda o movimento estudantil e acompanha a evolução de muitas das organizações de esquerda, em particular das organizações trotskistas. O seu trabalho é um dos picos mais altos do jornalismo brasileiro e mostra como é possível se fazer um livro ao mesmo tempo sério e agradável.

*Intelectuais e guerreiros, o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*, de Alzira Alves de Abreu (Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992), é um estudo de uma instituição de ensino pioneira que, por ensinar aos seus alunos a responsabilidade social das elites intelectuais e estimular o pensamento por conta própria foi a origem de muitos líderes estudantis que terminaram entrando para as organizações de luta armada.

*Tecnoburocracia e contestação*, de Luís Carlos Bresser Pereira, contém dois ensaios inovadores: “A revolução estudantil” e “A revolução na Igreja”, mais tarde publicados separadamente, sob o título de *As revoluções utópicas*. Nele, afirma-se que a classe operária deixou de ser revolucionária, nas condições do capitalismo industrial moderno, sendo substituída pelos estudantes.

Sobre a evolução do Partido Comunista Brasileiro, que acabou virando o “Partidão”, há uma fonte essencial, *PCB: vinte anos de política. Documentos, 1958-1979*, que reúne toda a elaboração teórica e as análises dos comunistas nesse período, inclusive as do congresso de dezembro de 1967. Além disso, é bom consultar o livro do historiador Edgar Carone, *PCB, 1964-1982* (São Paulo: Difel, 1982).

Wilson Rebello escreveu *A guerrilha de Caparaó* (São Paulo: Alfa-Ômega, 1980) e, sobre guerrilhas e repressão, há os livros de Álvaro Caldas, *Tirando o capuz* (Rio de Janeiro: Codecri, 1981), e de João Batista Berardo, *Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina* (São Paulo: Edições Populares). Com um enfoque antiguerrilheiro, há o livro de Flávio Deckes, *Radiografia do terrorismo no Brasil* (São Paulo: Ícone, 1985).

2. A descrição dessa ação por um militante que dela participou, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, está em *A esquerda armada no Brasil*, de Antonio Caso., p. 135 ss.
3. Arquivo Antônio Carlos Muricy, CPDoc, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
4. Jayme Portella, em *A Revolução e o governo Costa e Silva* (p. 566), revela ter proposto ao presidente Costa e Silva, na qualidade de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional e com o apoio dos ministros militares, a decretação do estado de sítio já em 4 de junho de 1968, em virtude das ações armadas e da agitação estudantil. Menciona o Caso Parasar, com uma versão favorável ao brigadeiro Penido Burnier (p. 595-596).
5. Portella, *op. cit.*, p. 606 ss. O livro do general Portella é uma espécie de registro diário do governo Costa e Silva. Em consequência, os temas que aborda aparecem salteados, faltando-lhes continuidade de narração e de análise.

6. Emiliano José e Oldack Miranda, (*op. cit.*, 12ª ed., 1989, p. 42).
7. Gontijo, *op. cit.*, p. 94-95.
8. Entrevista ao autor, concedida em São Paulo em março de 1993.
9. Gorender, *op. cit.*, faz um balanço de assaltos a bancos e outras atividades armadas das diversas organizações guerrilheiras a partir do capítulo 13 do seu livro. Para isso, entrevistou um número considerável de militantes.
10. A pesquisa foi encomendada pelo general Antônio Carlos Muricy, então chefe do Estado-Maior do Exército. Os resultados estão no seu arquivo do CPDoc da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.
11. Luís Carlos Bresser Pereira, (*op. cit.*, p. 147-148) escreveu: “A classe operária tornou-se, na melhor das hipóteses, caudatária do movimento estudantil.” E ainda: “A revolução, seja de que tipo for, não virá da classe operária.”
12. Entrevista ao autor, concedida em São Paulo, em março de 1993.
13. Antonio Caso, *op. cit.*, p. 148-149.
14. Informações prestadas por Itobi Alves Correa Jr. e Ana Corbisier, integrantes do primeiro GTA da ALN. São Paulo, março de 1993.
15. Baseio-me, para esse relato sobre Lamarca, nas informações recolhidas por Emiliano José e Oldack Miranda, *op. cit.*
16. As informações sobre Iara Iavelberg foram colhidas no magnífico trabalho jornalístico de Judith Patarra, *op. cit.* Patarra faz antropologia urbana ao descrever a vida dos imigrantes israelitas em São Paulo no pós-guerra, sociologia, ao examinar as razões das opções ideológicas da pequena burguesia estudantil e ciência política, ao narrar a evolução das organizações clandestinas, especialmente a Polop, de raízes trotskistas, e a VPR, fusão dessa organização com o MNR, nascido da militância de suboficiais e sargentos no movimento brizolista. Faz, sobretudo, jornalismo de alta qualidade ao descrever os fatos da vida de Iara, de Lamarca e de seus companheiros acossados pelos órgãos da repressão.
17. Emiliano José e Oldack Miranda, *op. cit.*, p. 166. O general Newton Cerqueira contestou verbalmente essa versão, em um encontro com o autor em 1993, treze anos após a publicação da primeira edição do livro, cuja narração não foi contestada judicialmente, ao que se saiba, nem na época da publicação, nem posteriormente.
18. Friedrich August von der Heydte, *op. cit.*, p. 153.

## Capítulo IV

1. A controvérsia sobre a distribuição de renda, a política de arrocho salarial, as conseqüências da concentração da riqueza e as suas razões foi a mais séria e livre polêmica político-econômica do período autoritário. Defendendo o ponto de vista do governo, os textos mais importantes são os de Mário Henrique Simonsen, “Inflação: gradualismo e tratamento de choque”, capítulo do livro

*A economia brasileira em perspectiva* (Rio de Janeiro: Appec, 1970), e de Carlos Geraldo Langoni, *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil* (Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973).

As críticas podem ser encontradas em um número mais considerável de publicações, sendo de particular importância o trabalho coletivo organizado por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli, *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975). Esse trabalho, com prefácio de Fernando Henrique Cardoso, reúne artigos de Luís Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, Paul Singer, Rodolfo Hoffmann, Edmar Bacha, Albert Fishlow, John Welles, Pedro Malan, José Serra e José Sérgio Leite Lopes, alguns dos mais conhecidos economistas da oposição. Um estudo que concretiza as estatísticas sobre perdas salariais, calculando o número de horas de trabalho necessárias para a compra da ração alimentar mínima (segundo a definição que a essa ração deu o decreto-lei de 30 de abril de 1938, que instituiu o salário mínimo) foi publicado em uma separata da *Revista do Dieese*, abril de 1979. O Dieese é o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, mantido pelos sindicatos, especialmente os de metalúrgicos, sendo dirigido, à época, por Walter Barelli. Paulo Renato Sousa examinou a questão em um estudo comparativo interno e internacional, levantando dados sobre o Nordeste, São Paulo e alguns países da América Hispânica, principalmente o Chile, em *Emprego, salários e pobreza* (Campinas: Hucitec, 1980).

Algumas contribuições importantes de “brasilianistas” podem ser encontradas no livro organizado por Alfred Stepan, *Authoritarian Brazil, Origins, Policies and Future* (New Haven: Yale University Press, 1973). Tanto o artigo de Albert Fishlow como o de Samuel Morley e Gordon Smith, publicados nesse livro, são de especial relevância. *Models of Growth and Distribution for Brazil* (Nova York: Oxford University Press, 1980), que reúne trabalhos de Lance Taylor, Edmar Bacha, Eliana Cardoso e Frank Lysy, trata detalhadamente, no capítulo 10, da evolução da concentração da renda na década de 1960. Bacha e Taylor já haviam examinado o tema em um artigo de repercussão, “Brazilian Income Distribution in the 60’s”, publicado no número de abril de 1978 do *Journal of Development Studies*, p. 271-297.

Para uma análise mais recente do período é necessário ver o capítulo a cargo de Luís Aranha Corrêa do Lago em *A ordem do progresso* (Rio de Janeiro: Campus, 1990), livro organizado por Marcelo de Paiva Abreu, no qual as políticas econômicas do período republicano são analisadas.

2. Os principais textos de Celso Furtado publicados em 1968 foram: *Brasil, tempos modernos* (Rio de Janeiro: Paz e Terra), *Um projeto para o Brasil* (Rio de Janeiro: Saga) e *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
3. O texto desse artigo, que marcou uma reviravolta decisiva no pensamento econômico da esquerda brasileira, só veio a ser publicado em português em 1972, em Maria da Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 155-207).

4. Alfredo Sirkis, *op. cit.*, p. 280.
5. Uma biografia de Delfim Neto, bem documentada apesar de sintética, encontra-se em Israel Beloch e Alzira Alves Abreu, *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, 1930-1983* (Rio de Janeiro: Forense, v. 11, p. 1.060-1.064). O verbete foi redigido por Jorge Miguel Mayer e César Benjamin.
6. Para uma interessante análise do primeiro período de Delfim Neto como czar da economia brasileira, ver Thomas Skidmore, *Brasil: de Castelo a Tancredo* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 174-287), onde se encontram esses números.
7. Depoimento de William Ellis à Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Subcommittee on Inter-American Affairs of the Committee on Foreign Relations, 25 e 26 de fevereiro de 1969, p. 580-581.
8. Albert Fishlow, em Alfred Stepan, *op. cit.*, p. 86.
9. Albert Fishlow, *idem*, p. 84.

## Capítulo V

1. Depoimento de José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em Antonio Caso, *op. cit.*, p. 64-65.
2. Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984* (Petrópolis: Vozes, 1984, p. 244).
3. José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil* (São Paulo: Edições Símbolo, 2ª ed., 1979, p. 95).
4. Maria Helena Moreira Alves, *op. cit.*, p. 243.
5. *Idem*, p. 245.
6. Entrevista com Ladislav Dowbor, São Paulo, março de 1993.
7. Os dados aqui citados encontram-se em Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e atitudes operárias* (São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 131-177).
8. Maria Helena Moreira Alves, *op. cit.*, p. 123.
9. Os cientistas políticos, sociólogos e até os jornalistas brasileiros deram muito pouca atenção aos movimentos sindicais de 1968. Os operários só começaram a merecer exames mais aprofundados a partir de 1978-79, quando irromperam as primeiras greves na indústria automobilística do ABC paulista, começou a nascer o novo sindicalismo e surgiu a liderança de Lula — Luís Inácio Lula da Silva. Um exemplo do elitismo das análises que excluem a classe operária pode ser avaliado pelo fato da série “Brasil: anos do autoritarismo”, publicada pela Zahar, não ter nenhum trabalho sobre o assunto nos seus trinta títulos. Uma exceção é o estudo de Francisco Weffort, publicado no n° 5 dos *Cadernos do Cebrap*, em 1972: “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco”.
10. A descrição da greve de Osasco pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos está em Antonio Caso, *op. cit.*, p. 69-81.

11. Depoimento de Derly de Carvalho em Cristina Pinheiro Machado, *Os exilados*, *op. cit.*, p. 66.

## Capítulo VI

1. Há muitos livros sobre a participação da Igreja Católica na política, a repressão que atingiu seus militantes engajados em movimentos populares e sobre a Teologia da Libertação e os seus formuladores brasileiros. Alguns dos melhores trabalhos foram publicados nos Estados Unidos.

*Batismo de sangue*, de Frei Betto, é um estudo-depoimento sobre o envolvimento de frades dominicanos com Carlos Marighella e as perseguições que sofreram. Betto publicou ainda vários artigos importantes na *Revista Eclesiástica Brasileira*, além do livro *O que é Comunidade Eclesial de Base*. As comoventes cartas que escreveu do Presídio Tiradentes, publicadas com o título de *A Igreja das prisões*, foram traduzidas nas principais línguas ocidentais e conheceram um imenso e merecido sucesso.

*A Igreja e a política no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1979) foi minha tese de doutorado, inicialmente publicada pelas Editions du Cerf, em Paris. Trata do conflito Igreja-Estado e descreve as estruturas eclesiais de decisão no Brasil.

Os melhores estudos estrangeiros sobre o assunto são *The Political Transformation of the Brazilian Catholic Church*, de Thomas Bruneau (Cambridge University Press, 1974), e *The Catholic Church and Politics in Brazil*, de Scott Mainwaring (Stanford University Press, 1986). É no texto de Bruneau que me baseio para o essencial da descrição dos conflitos Igreja-Estado em 1968. Mainwaring também trata do assunto no capítulo sobre Igreja-Estado do seu livro, p. 155-165, mas dá ênfase aos conflitos ocorridos depois de 1968.

O padre Joseph Comblin, pivô de um importante atrito entre a Igreja e o Estado, publicou um estudo indispensável ao conhecimento das doutrinas militares da época e a influência dos Estados Unidos na América Latina em *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978).

A crítica à Teologia da Libertação mais divulgada no Brasil é a de dom Boaventura Kloppenburg, *Igreja popular*, de 1983.

Uma defesa radical do apoio da Igreja ao regime autoritário, e, em consequência, um duro ataque à Igreja progressista e, especialmente, a dom Hélder Câmara, é a do jesuíta Ulisse Alessio Floridi, *O radicalismo católico brasileiro* (São Paulo: Hora Presente, 1973). Há, nesse livro, a transcrição dos principais documentos da CNBB e das organizações católicas de oposição publicados a partir de 1964. Floridi, italiano, era professor em Nova York.

2. David E. Mutchler, *The Church as a Political Factor in Latin America* (Nova York: Praeger Publishers, 1971, p. 9).
3. Os dados sobre a Igreja Católica no Brasil em 1968 encontram-se em Márcio Moreira Alves, *op. cit.*, cap. 3-4, p. 57-104.
4. Raimundo Caramuru Barros, *Uma Igreja em renovação* (Petrópolis: Vozes, 1967, p. 25).



5. Scott Mainwaring, *op. cit.*, p. 15.
6. Sobre as posições políticas da ACO e as conseqüências que tiveram para o movimento, ver Márcio Moreira Alves, *op. cit.*, p. 155-157, e Scott Mainwaring, *op. cit.*, p. 134-141.
7. Declaração da IX Assembléia Geral da CNBB, publicada no n° 191 do *Comunicado Mensal* da CNBB, agosto de 1968.
8. General Jayme Portella, *op. cit.*, p. 598.

## Capítulo VII

1. O melhor estudo sobre a participação militar na vida política brasileira e sobre suas características é o do politólogo americano Alfred Stepan, *Os militares e a política* (Rio de Janeiro: Artenova, 1975). Financiado pela Rand Corporation, centro de estudos muito ligado ao Pentágono, e ex-capitão dos Marines, Stepan teve pleno acesso aos arquivos das escolas militares e entrevistou muitos dos comandantes da época.

A Doutrina de Segurança Nacional é oficialmente apresentada por José Alfredo Amaral Gurgel, em *Segurança e democracia* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1975). O mais importante autor militar para o estudo da época é o general Golbery do Couto e Silva: *Geopotítica do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1967), embora também mereça atenção a obra de um de seus discípulos, o general Meira Matos, *Brasil, geopolítica e destino* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1975). A formalização de muitos dos conceitos vigentes em 1968 pode ser encontrada no *Manual básico da Escola Superior de Guerra* (Estado Maior das Forças Armadas, 1976).

Para uma visão crítica da doutrina de segurança, é indispensável ler os trabalhos do padre Joseph Comblin, *A ideologia da segurança nacional* (*op. cit.*), e de Maria Helena Moreira Alves, *op. cit.*, especialmente os capítulos I e II.

A história da tortura a presos políticos no Brasil é fartamente documentada. A principal fonte de informações é o trabalho da Arquidiocese de São Paulo, *Brasil: tortura nunca mais*, que sistematizou a documentação apresentada no Superior Tribunal Militar. Há livros sobre casos específicos: *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*, de Fernando Jordão (São Paulo: Global, 1979); *A sangue quente: a morte do jornalista Wladimir Herzog*, de Hamilton Almeida Filho (São Paulo: Alfa-Omega, 1978); *Velado retrato da morte de um homem e de uma época*, de Paulo Markun (São Paulo: Brasiliense, 1985); e *Manoel Fiel Filho: quem vai pagar esse crime?*, de Carlos Alberto Luppi (São Paulo: Scritta, 1980).

Zuenir Ventura fez um relato circunstanciado do “caso Parasar” em 1968: *o ano que não terminou* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988”), no qual me baseei.

2. Ver Márcio Moreira Alves, *A velha classe* (Rio de Janeiro: Idade Nova, 1964, p. 107-108).

3. O texto completo do relatório sobre torturas a presos políticos em Pernambuco logo após o golpe de 1964 está publicado em Márcio Moreira Alves, *Tortura e torturados* (Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966).
4. A principal obra francesa sobre contra-insurreição, baseada na experiência da guerra da Argélia, é a do general Beaufre, *La Guerre révolutionnaire* (Paris: Éditions Fayard, 1972), seqüência da obra do mesmo autor de *Stratégie de l'action*, publicada em 1966. Ambos os textos foram detalhadamente estudados nas escolas de estado-maior dos Estados Unidos. Foi através dos norte-americanos que os seus conceitos básicos chegaram ao Brasil, pois nenhum dos militares que cursaram a Eceme ou a ESG no período, e com quem conversei lembra-se de ter lido ou sequer de ter ouvido falar dos estrategistas franceses.
5. Thomas Skidmore, *op. cit.*, p. 386-387.
6. *Idem*, p. 387, nota 116.
7. Essa suposição me foi contestada, em conversa, pelo general Luciano Casales, quando comandante da Eceme. Ele participou, como oficial-aluno, da delegação brasileira que recepcionou os convidados estrangeiros. Afirma que saíram todos convencidos de que o Brasil se encaminhava para a normalização democrática. Não consegui localizar as atas da reunião nem nos arquivos da Eceme nem nos do Estado-Maior do Exército. Elas tampouco se encontram na documentação existente no CPDoc da Fundação Getúlio Vargas, oriunda da Biblioteca Lyndon Johnson. Uma pesquisa mais aprofundada em Huston, onde esta biblioteca se encontra, pode esclarecer a matéria. Baseio a suposição que faço na improbabilidade de os militares brasileiros, em vésperas de executar uma ação política decidida meses antes, terem deixado os seus interlocutores norte-americanos sem aviso prévio.
8. Alfred Stepan, *op. cit.*
9. *Idem*, p. 177.
10. Raymond Aron, em *Pensar a guerra, Clausewitz* (Brasília: Editora da UnB), examinou detidamente o caráter irracional do conceito de guerra total e, portanto, a sua não-aplicabilidade na história concreta. Na sua opinião, os norte-americanos confundiram guerra revolucionária com guerra de libertação nacional, cometendo com isso graves erros estratégicos, dado que a guerra de libertação nacional não fazia parte do seu sistema conceitual por falta de referências históricas recentes. Eles não só esqueceram os ideais da Revolução Americana como, também, as suas táticas militares. Ver p. 184-193 e 199-210 do v. II do livro de Aron. Essa distinção, se não foi feita pelos mestres, muito menos o foi pelos seus discípulos brasileiros, de qualificação teórica e profissional inferior.
11. Golbery do Couto e Silva, *Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 24).
12. Padre Joseph Comblin, *op. cit.*, p. 55.
13. Para a descrição do Caso Parasar baseio-me no relato de Zuenir Ventura, em *1968, o ano que não terminou*, p. 209-219.

14. Curiosamente, já em setembro de 1973 esses temas apareceram na Conferência de Comandantes de Exércitos Americanos, propostos pelos ministros da Argentina, general Cargagno, e do Peru, general Mercado Jarrin, tendo sido rejeitados por dez votos a seis. O Brasil votou contra. Ver padre Joseph Comblin, *op. cit.*, p. 137.

## Capítulo VIII

1. Os dois depoimentos testemunhais mais importantes sobre o movimento estudantil são o de Fernando Gabeira em *O que é isso, companheiro?* e o de Alfredo Sirkis em *Os carbonários*. Gabeira era um jornalista participante, quase da idade dos estudantes com quem combatia a polícia nas ruas. Sirkis, aluno do célebre Colégio de Aplicação da UFRJ, participava da União Metropolitana de Estudantes Secundários (Umes), tendo evoluído de uma posição conservadora, lacerdista, para a luta armada.

O livro de Zuenir Ventura, *1968: o ano que não terminou* é indispensável para conhecer os debates que agitavam a intelectualidade carioca e as manifestações estudantis no Rio de Janeiro, que trata na primeira parte do trabalho. Excelente repórter, capaz de relatar com brilho o que viu ou ouviu, durante longo tempo editor do Caderno B do *Jornal do Brasil*, onde se publicam notícias culturais e sociais, Zuenir sobrevaloriza esses dois aspectos de 68. As mudanças do ano nos campos econômico, sindical, militar e religioso não o preocuparam exageradamente. Tampouco interessou-se pela questão jurídica que opôs o Congresso ao Executivo e foi determinante na recusa da pretensão do governo de processar-me.

As lutas internas do movimento estudantil paulista e os confrontos entre estudantes de esquerda e de direita são magnificamente estudados por Judith Patarra em *Iara, reportagem biográfica*, provavelmente o mais sério trabalho jornalístico sobre a época.

A documentação sobre os acordos entre os governos brasileiro e norte-americano para a reforma do ensino universitário no Brasil está reunida no meu livro *Os acordos MEC-Usaid* (Rio de Janeiro: Idade Nova, 1968). O relatório do general Meira Matos, propondo medidas de reforma universitária foi publicado na íntegra pelo *O Estado de S. Paulo* de 31 de agosto de 1968. O *Jornal do Brasil* dedicou um caderno especial ao movimento estudantil a 10 de junho de 1968 e a revista *Realidade* publicou duas grandes reportagens sobre o assunto nos números de julho e agosto, intituladas “Eles querem derrubar o governo” e “A faculdade está ocupada”. Os jornais e revistas da época registraram com abundância os acontecimentos, tanto em reportagens como em fotos.

2. Ver, por exemplo, o depoimento de Alfredo Sirkis, *op. cit.*, p. 23-32; o de Marijane Lisboa em *Memórias do exílio*, *op. cit.*, p. 239-242 e a análise de Alzira Alves de Abreu em seu livro sobre o Colégio de Aplicação da UFRJ, *Intelectuais e guerreiros*, p. 127-132.
3. O intelectual brasileiro a defender essa tese mais enfaticamente foi Luís Carlos Bresser Pereira, *op. cit.*, p. 146 ss.

4. Luís Antônio Cunha, *Educação e desenvolvimellto no Brasil* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2ª ed., p. 238-239).
5. Zuenir Ventura, *op. cit.*, p. 104.
6. *Idem*, p. 95.
7. Zuenir Ventura (*op. cit.*), descreve muito bem os conflitos provocados por peças de teatro e canções com os responsáveis pelos órgãos de repressão. Ver, especialmente, p. 87-96 e 201-208.
8. As razões da VPR para o assassinato do capitão Charles Chandler e a descrição dos acontecimentos estão em Antonio Caso, *op. cit.*, p. 159-166.

## Capítulo IX

1. As principais fontes testemunhais sobre a Frente Ampla são os relatos de Carlos Lacerda, no seu *Depoimento* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3ª ed., 1977, cap. XXIII), o de Juscelino Kubitschek em *JK: memorial do exílio*, livro de Carlos Heitor Cony (Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1982, cap. X) e o de Renato Archer, em um depoimento de 728 páginas que pode ser consultado no CPDoc da Fundação Getulio Vargas, do Rio de Janeiro.

Miguel Arraes explicou as razões que o levaram a não apoiar a Frente Ampla em entrevista a Cristina Tavares e Fernando Mendonça, publicada no livro *Conversações com Arraes* (Belo Horizonte: Vega, 1979, p. 105). Thomas Skidmore comenta esse episódio e a atuação dos deputados de esquerda no livro *Brasil: de Castelo a Tancredo*, p. 148-165.

O general Jayme Portella comenta a Frente Ampla, a atividade dos parlamentares, do PCB e dos estudantes de forma um tanto desordenada no seu livro *A Revolução e o governo Costa e Silva* (p. 519-568).

Hélio Fernandes, por sua vez, apresentou uma versão da Frente Ampla em dois longos artigos, publicados na *Tribuna da Imprensa* de 10 e 11 de julho de 1987. Atribui ao deputado estadual Artur Lima CavaIcanti, do PTB de Pernambuco, a paternidade da idéia.

2. Carlos Lacerda, *op. cit.*, p. 447.
3. Hélio Fernandes, *Tribuna da Imprensa*, 10 de julho de 1987.
4. Para o texto integral do Manifesto de Lisboa, ver Lacerda, *op. cit.*, p. 469, nota.
5. Carlos Heitor Cony, *op. cit.*, p. 119-120.
6. Hélio Fernandes, informações dadas ao autor.
7. Renato Archer, “Depoimento” (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDoc, cópia xerox, p. 697).
8. Carlos Lacerda, *op. cit.*, p. 452.
9. Carta de José Gomes Talarico à revista *Manchete*, datada de junho de 1993, nos arquivos do autor.
10. Carlos Heitor Cony, *op. cit.*, p. 123.
11. Renato Archer, *op. cit.*, p. 643.

12. Jayme Portella, *op. cit.*, p. 522.

13. *Idem*, p. 564.

## Capítulo X

1. O chamado “caso Márcio Moreira Alves” teve o seu desenvolvimento factual amplamente coberto pelos jornais e revistas da época, a partir de outubro de 1968, e pode ser acompanhado nas coleções existentes nas principais bibliotecas. *O Diário do Congresso Nacional* é fonte insubstituível para quem queira tomar conhecimento dos discursos e votos pronunciados a respeito. O meu último discurso, de 12 de dezembro, não foi publicado em virtude da censura estabelecida no dia seguinte. Utilizo a cópia existente em meu arquivo particular para os trechos aqui reproduzidos, embora o texto completo possa ser encontrado na edição do *Jornal do Brasil* de 13 de dezembro de 1968.

Os livros que tratam do assunto são os mesmos indicados em capítulos anteriores: *Brasil, de Castelo a Tancredo*, de Thomas Skidmore; *1968: o ano que não acabou*, de Zuenir Ventura; *A Revolução e o governo Costa e Silva*, do general Jayme Portella; e *Depoimento*, de Carlos Lacerda.

O livro de memórias do general Lyra Tavares, *O Brasil de minha geração*, 20º volume (Biblioteca do Exército, 1977), trata do assunto por alto. No entanto, detalha com minúcia o cerimonial de recebimento no Monumento dos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no aterro do Flamengo, da Rainha da Inglaterra, que visitou o Brasil em setembro, período em que a crise foi suspensa para que a real visitante não pensasse ser o Brasil uma república de bananas, dessas onde os generais fecham o Congresso por dá-cá-aquela-palha. Diógenes da Cunha Lima recolheu anedotas, frases e depoimentos sobre Djalma Maranhão em *O homem que pintava cavalos azuis* (Câmara dos Deputados / Forense, 1982).

2. Para uma excelente análise das tendências políticas estruturais das Forças Armadas, ver Mário César Flores, *Bases para uma política militar* (Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 19-38).
3. Utilizo, para estas e as demais citações sobre a representação do governo e os debates na Comissão de Justiça da Câmara as notas taquigráficas das sessões, que guardo em meus arquivos.
4. Jayme Portella, *op. cit.*, p. 550.
5. *Idem*, p. 551-553.
6. Krieger expôs as razões que o levaram a colocar-se contra a pretensão do Governo, embora fosse o seu líder no Senado, em Daniel Krieger, *Desde as missões* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p. 327-345).
7. Evandro Carlos de Andrade, *Jornal da Tarde*, 24 de outubro de 1968. *O Jornal da Tarde*, do mesmo grupo de *O Estado de S. Paulo*, era mais leve e ágil que o seu irmão mais velho. Utilizava alguns dos seus jornalistas, como Evandro, e tinha analistas próprios, como Tereza Cesário Alvim, Ruy Lopes e Ricardo Setti, que produziram a melhor cobertura jornalística dos acontecimentos.

8. Jayme Portella, *op. cit.*, p. 622-623.
9. Daniel Krieger, *op. cit.*, p. 327.
10. *Idem*, p. 329.
11. Jayme Portella, *op. cit.*, p. 638.
12. *Idem*, p. 651.
13. *Idem*, p. 657.
14. Adoto, para a descrição da reunião ministerial que determinou o AI-5, as informações de Zuenir Ventura (*op. cit.*, p. 282-283), obtidas das atas do Conselho de Segurança Nacional.

Este livro foi impresso na cidade de Aparecida,  
em outubro de 1993, pela Editora Santuário  
para a Editora Nova Fronteira do Rio de Janeiro.  
O tipo usado no texto foi Minion, no corpo 10/13.  
Os fotolitos do miolo foram feitos pela Nova Fronteira,  
e os da capa, pela Grafcolor.  
O papel do miolo é off-set 75g,  
e o da capa, cartão supremo 250g.

Não encontrando este livro nas livrarias,  
pedir pelo Reembolso Postal à  
EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A.  
Rua Bambina, 25 – Botafogo – CEP 22251-050 – Rio de Janeiro

